

FUNDAÇÃO DE ENSINO 'EURÍPIDES SOARES DA ROCHA'
CENTRO UNIVERSITÁRIO EURÍPIDES DE MARÍLIA – UNIVEM
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

THAYNARA DRIELLI DE SOUZA GARCIA

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: QUARENTA ANOS DE
AVANÇO, DE ESTOCOLMO À RESPONSABILIDADE SOCIAL
EMPRESARIAL.**

MARÍLIA

2015

THAYNARA DRIELLI DE SOUZA GARCIA

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: QUARENTA ANOS DE AVANÇO, DE
ESTOCOLMO À RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL.

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Administração da Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientadora: Prof.Ms. Solange Aparecida Devechi Ordonez.

MARÍLIA
2015

GARCIA, Thaynara Drielli de Souza.

Desenvolvimento Sustentável: Quarenta Anos de Avanço, de Estocolmo à Responsabilidade Social Empresarial. / Thaynara Drielli de Souza Garcia. Orientadora: Prof.^aMs. Solange Aparecida Devechi Ordones. Marília, SP: [s.n.], 2015.

97 f; ilustrada.

Trabalho de Curso (Graduação em Administração) - Curso de Administração, Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM, Marília, 2015.

1.Conferências. 2. Desenvolvimento Sustentável. 3. Meio Ambiente. 4. Responsabilidade Social Empresarial.

CDD: 658.408



FUNDAÇÃO DE ENSINO "EURÍPIDES SOARES DA ROCHA"
Mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília - UNIVEM
Curso de Administração

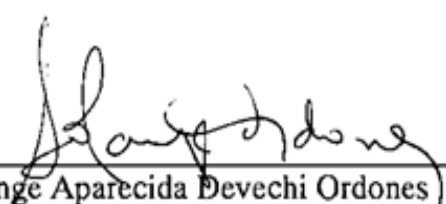
Thaynara Drielli de Souza Garcia - 52180-9

TÍTULO " Desenvolvimento Sustentável: Quarenta Anos de Avanço, de Estocolmo à Responsabilidade Social Empresarial. "

Banca examinadora do Trabalho de Curso apresentada ao Programa de Graduação em Administração da UNIVEM, F.E.E.S.R, para obtenção do Título de Bacharel em Administração.

Nota: 10.0

ORIENTADOR:



Solange Aparecida Devechi Ordones

EXAMINADOR:



Eduardo Rino

EXAMINADOR:



Benedito Goffredo

Marília, 27 de novembro de 2015.

DEDICATÓRIA

Concluí o curso de Administração de Empresas e agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida, e por me guiar durante minha caminhada até aqui, reconhecendo que Ele é o maior mestre que alguém pode ter, e dedico a Ele todo e qualquer esforço para a conclusão do curso.

Dedico à minha família, que é minha maior base, meu refúgio, e que me apoiou e me motivou durante todas as etapas pelas quais precisei passar, me incentivando a sempre superar minhas dificuldades e me instigando a buscar o melhor de mim! Dedico à minha sobrinha, Hadassa, minha princesinha, minha inspiração, que trouxe alegria e luz aos meus dias! Dedico, em especial, à minha avó, minha segunda mãe; me sinto feliz demais em ser sua primeira neta a concluir uma faculdade! Obrigada por ser minha inspiração de mulher!

Dedico aos meus professores, meus mestres, que ao longo destes quatro anos não mediram esforços para nos ensinar um pouquinho do grande conhecimento que têm. Sem eles, não haveria como chegar até aqui!

Dedico, ainda, aos meus amigos, que me apoiaram e motivaram durante os quatro anos. Minha segunda família, que torceu por mim e me encorajou!

AGRADECIMENTOS

Acredito que cada etapa concluída em nossas vidas é como um degrau a mais que caminhamos, rumo aos nossos sonhos, rumo àquilo pelo que nossos corações batem mais forte. Acredito ainda, que ninguém caminha sozinho, e que cada vez que avançamos um degrau na escada da vida, existem diversas pessoas que estão nos bastidores, nos auxiliando e dando todo o suporte necessário para aquela conquista. Portanto, quero agradecer a estas pessoas, que foram meus pilares para que eu conseguisse avançar mais um degrau.

Primeiramente, agradeço a Deus, meu Mestre, Senhor, que me concedeu a oportunidade de viver, de sonhar, e de buscar cada um destes sonhos. Ele que não me deixou desistir, mesmo quando tudo me dizia que não. Ele que é o meu guia.

Agradeço à minha família, que apesar de todos os apesares vividos nos últimos anos, me apoiou. Pai, mãe, Wi e Júnior, obrigada por me entenderem nos meus momentos de ausência, por me motivarem nos meus momentos de cansaço, por serem a melhor família que Deus poderia me dar! Sou grata a Deus pela vida de cada um!

Agradeço a todos da Fundação de Ensino Eurípidés Soares da Rocha, que se empenharam em formar minha base acadêmica, que nos ofereceram aprendizado que, em muitas vezes, ultrapassava as barreiras do saber para alcançar a barreira do viver. Obrigada por nos ensinarem sobre a vida!

Agradeço, de modo especial e particular, à minha professora, orientadora, psicóloga, que se tornou amiga, Solange Aparecida Devechi Ordones, a minha Sol, com a qual venho caminhando desde o primeiro ano da faculdade. Aquela que me motivou ao projeto de iniciação científica, que me ouviu chorar quando os problemas me afligiam, que viajou comigo para congressos, que torceu por mim e tantas vezes enxergou na minha pessoa algo que nem eu mesma era capaz de enxergar. Serei eternamente grata a Deus pela sua vida, e por Ele me permitir ter conhecido você um dia. Obrigada por não ser apenas minha professora. Obrigada por tantas vezes ter sido mãe. Tenho orgulho em ser sua orientanda!

Agradeço também aos meus amigos, em especial, à Jana, à Jaque, à Livia, à Paula e à Pri, que foram mais que amigas, que foram minhas irmãs de alma. Elas que buscavam maneiras de me ajudar, de me tirar da rotina. Elas que me ofereceram sorrisos, abraços, ombros amigos.

Agradeço a essas pessoas por acreditarem em mim, e me fazerem acreditar também. “Porque como imaginou em sua alma, assim é.” (Provérbios 23:7). Obrigada por me ajudarem a imaginar e a enxergar quem eu sou. Eu amo vocês!

EPÍGRAFE

“ (...) Eu procuro amigos. Que quer dizer cativar?

_ É uma coisa muito esquecida. _ disse a raposa _ Significa “criar laços...”

_ Criar laços?

_ Exatamente. _ disse a raposa _ Tu não és ainda para mim senão um garoto inteiramente igual a cem mil outros garotos. E eu não tenho necessidade de ti. E tu não tens também necessidade de mim. Não passo a teus olhos de uma raposa igual a cem mil outras raposas. Mas, se tu me cativas, nós teremos necessidade um do outro. Serás para mim único no mundo. E eu serei para ti única no mundo...

(...)

_ Que é preciso fazer? _ perguntou o príncipezinho.

_ É preciso ser paciente. _ respondeu a raposa _ Tu te sentarás primeiro um pouco longe de mim, assim, na relva. Eu te olharei com o canto do olho e tu não dirás nada. A linguagem é uma fonte de mal-entendidos. Mas, cada dia, te sentarás mais perto...

No dia seguinte o príncipezinho voltou.

_ Teria sido melhor voltares à mesma hora. _ disse a raposa _ Se tu vens, por exemplo, às quatro da tarde, desde às três eu começarei a ser feliz. Quanto mais a hora for chegando, mais eu me sentirei feliz. Às quatro horas, então, estarei inquieta e agitada: descobrirei o preço da felicidade! Mas se tu vens a qualquer momento, nunca saberei a hora de preparar o coração... É preciso ritos.

_ Que é um rito? _ perguntou o príncipezinho.

_ É uma coisa muito esquecida também. _ disse a raposa _ é o que faz com que um dia seja diferente dos outros dias; uma hora, das outras horas. (...)

(...)

_ (...) Eis o meu segredo. É muito simples: só se vê bem com o coração. O essencial é invisível aos olhos.

(...)

_ (...) Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas.”

O Pequeno Príncipe
Antoine de Saint-Exupéry

GARCIA, Thaynara Drielli de Souza. **Desenvolvimento Sustentável: quarenta anos de avanço, de Estocolmo à responsabilidade social empresarial**. 2015. 97 f. Trabalho de Curso (Bacharel em Administração) – Centro Universitário Eurípides de Marília, Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, Marília, 2015.

RESUMO

A questão meio ambiente tem recebido, desde a década de 1970, um enfoque cada vez mais crescente. O assunto eclodiu em 1972, após a Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente, ocorrida em Estocolmo, e a partir da qual, a temática que antes era pouco debatida na comunidade internacional, começou a receber destaque. A partir da década de 1970, os problemas ambientais foram motivos para reunir centenas de países ao longo dos anos, tendo ocorrido até o momento três grandes conferências mundiais de cunho ambiental, além de diversas outras conferências de menor porte. Logo, a evolução da questão meio ambiente proporcionou a criação de propostas e acordos entre os Estados que rumem ao desenvolvimento sustentável, tais como a Economia Verde e a Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Assim sendo, o estudo propõe identificar fatores que tornam as organizações responsáveis socialmente, além de levantar dados que provoquem nas pessoas uma reflexão a respeito dos problemas ambientais que se apresentam de forma preocupante e avançam de maneira acelerada no planeta. A metodologia tem caráter exploratório e descritivo, com apresentação de um estudo de caso realizado em empresa de grande porte do ramo alimentício de Marília. Os resultados percebidos foram de que as conferências trouxeram ações práticas nas organizações, com discussões dos problemas ambientais e suas consequências, porém, ainda há muito que se fazer, visto que as ações são morosas em relação à urgência do tema. Acredita-se ainda, que o fator meio ambiente e a busca pela sustentabilidade serão sempre um assunto atual, e que exija atenção mundial.

Palavras-chave: Conferências. Desenvolvimento Sustentável. Meio Ambiente. Responsabilidade Social Empresarial.

GARCIA, Thaynara Drielli de Souza. **Desenvolvimento Sustentável: quarenta anos de avanço, de Estocolmo à responsabilidade social empresarial.** 2015. 97 f. Trabalho de Curso (Bacharel em Administração) – Centro Universitário Eurípides de Marília, Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, Marília, 2015.

ABSTRACT

The question about environment has received, since 1970, an increasingly focus. This subject broke out in 1972, after the United Nations Conference about the Man and the Environment, held in Stockholm, and from which the theme that before was little debated at international community, started to receive attention. From the 1970s, the environment problems were the cause of gather hundreds of countries along the years, has occurred until now three big international conferences about environment, as well as various other small conferences. So, the evolution of environmental problems led to the creation of proposals and agreements among the States for the sustainable development, like the Green Economy and the Corporate Social Responsibility. This study aims to identify the factors that made the socially responsible organizations, and collect data that make people reflect on about the environment problems, that have advanced so much fast on the Earth. The methodology is exploratory and descriptive, with a case study made in a big food company of Marília. The results were that the conferences have brought practices actions to companies, with discussions about the environment problems and their consequences, but, there is still so much to do, once the actions are lengthy and slow with respect to urgency of this theme. It is believed still that the environment factor and the such for sustainability will be always a current subject, and requiring the worldwide attention.

Keywords: Conferences. Sustainable Development. Environment. Corporate Social Responsibility.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Evolução do Impacto Humano Sobre o Ambiente.....	17
Figura 2 – A Conferências de Estocolmo	21
Figura 3 – Tripé da Sustentabilidade	26
Figura 4 – Gestão Ambiental Empresarial – influências	40
Figura 5 – Responsabilidade Social	48
Figura 6 – Análise do Ciclo de Vida do Produto.....	52
Figura 7 – Sistema de Tratamento de Água	61
Figura 8 – Pilares da Sustentabilidade.....	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACV: Análise do Ciclo de Vida

AG: Assembleia Geral

AND: Autoridade Nacional Designada

BRC: *British Retail Consortium*

CDS: Comissão do Desenvolvimento Sustentável

CDS: Conselho de Desenvolvimento Sustentável

CE: Comitê Executivo

CFC: Gases Clorofluorcarbonetos

CMDMA: Comissão Mundial Para o Desenvolvimento e Meio Ambiente

CNUMAD: Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

DGP: Documento de Concepção do Projeto

DDT: Dicloro-Difenil-Tricloroetano

DNV: Det Norske Veritas

ECOSOC: Conselho Econômico e Social das Nações Unidas

EOD: Entidade Operacional Designada

FDA: *Food and Drug Administration*.

FDL: Fundo de Desenvolvimento Limpo

FSC: *Forest Stewardship Council*

GEE: Gases de Efeito Estufa

IAP: Instituto Ambiental do Paraná

IPCC: Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática

ISO: *International Organization for Standardization*

MDL: Mecanismos de Desenvolvimento Limpo

MIT: *Massachusetts Institute of Technology*

M.P.: Matéria-Prima

ONG: Organização Não Governamental

ONU: Organização das Nações Unidas

P: Página

PDCA: *Plan-Do-Check-Act*

PIEA: Programa Internacional de Educação Ambiental

PNUMA: Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente

PR: Paraná

RCE: Redução Certificada de Emissões

RSE: Responsabilidade Social Empresarial

SA: Social Aberto

SIGA: Sistema Integrado de Gestão Ambiental

SP: São Paulo

Sr.: Senhor

TQM: *Total Quality Management*

TQEM: *Total Quality Environmental Management*

UNEP : *United Nations Environment Programme*

UNESCO: *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

UV: Raios Ultravioleta

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1.CONFERÊNCIAS MUNDIAIS SOCIOAMBIENTAIS EM SEUS QUARENTA ANOS DE AVANÇO.....	15
1.1.O Meio Ambiente, O Homem e Suas Ações.....	15
1.2.Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente.....	19
1.3.Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.....	27
1.4.Rio+20.....	33
2.RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL, UM NOVO CONCEITO DE GESTÃO.....	39
2.1.Gestão Ambiental Empresarial.....	39
2.2.Responsabilidade Social Empresarial.....	44
2.3.Rotulagem ambiental e ciclo de vida do produto.....	48
2.4.Administração da Qualidade Ambiental Total (TQEM).....	53
3.PESQUISA APLICADA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	58
3.1.Caracterização e Histórico da Empresa.....	58
3.2.Procedimentos Metodológicos.....	60
3.2.1.Questionário Aplicado.....	64
3.3.Análise dos Resultados.....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS.....	70
APÊNDICE: Questionário de Sondagem.....	74
ANEXO A – A Carta Declaração Sobre o Meio Ambiente Humano.....	75
ANEXO B – O Futuro que Queremos.....	80

INTRODUÇÃO

O conceito a respeito de sustentabilidade tem ganhado espaço em meio às conferências e discussões internacionais. Embora o homem, há muito tempo, usufrua da natureza e de seus recursos deliberadamente, a temática antes era pouco debatida na comunidade internacional, tendo começado a receber destaque apenas em meados do século XX.

O presente trabalho propõe o levantamento da temática meio ambiente, o apontamento das conferências ambientais mundiais ocorridas desde 1972, em Estocolmo, e das propostas e acordos entre os Estados, que rumem ao desenvolvimento sustentável, conceito que também será abordado no primeiro capítulo.

Em seguida, e com base na evolução da temática meio ambiente, o estudo propõe identificar propostas que tenham como enfoque o desenvolvimento sustentável, tais como a *Green Economy* e a política de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), conceitos abordados no segundo capítulo.

É feito inicialmente a conceituação de meio ambiente, ecossistemas, e da origem dos problemas causados a partir da degradação destes recursos naturais. Em seguida, é exposta cada uma das conferências ambientais, e criado um pano de fundo para a situação atual do meio ambiente. Então, são apontadas as mudanças já ocorridas e quais são as pretensões futuras em relação ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

Com base nestas mudanças em relação ao fator meio ambiente, é feita a conceituação da proposta *Green Economy* e da política de Responsabilidade Social Empresarial, sendo pontuadas quais as abordagens para a gestão ambiental empresarial, e qual a influência que estas políticas social e ambientalmente responsáveis exercem em relação às empresas no mercado.

O estudo tem como **objetivo geral** identificar fatores que tornam as organizações responsáveis socialmente, tendo ainda, como **objetivos específicos**, conceituar o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social empresarial; apontar a ocorrências das conferências ambientais no mundo; identificar a influência das conferências em relação às organizações e conhecer as propostas de gestão ambiental empresarial para o desenvolvimento sustentável após as conferências ambientais.

O interesse em conhecer mais sobre o assunto deu-se devido ao envolvimento da pesquisadora em programas ambientais, desde a época em que cursava o ensino médio na

Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco. A escola possui projetos sociais, de cunho ambiental, que incentivam à conscientização dos alunos quanto à preservação ambiental, visando um futuro melhor. Após ingressar na universidade, a pesquisadora apresentou interesse pela área de pesquisa acadêmica, e iniciou estudos que culminaram em produção acadêmica para iniciação científica, tendo já participado de alguns congressos de iniciação científica e exposto sua pesquisa acadêmica. Devido a este interesse e às pesquisas previamente realizadas com a iniciação científica, optou-se por estender seus estudos sobre o assunto, que culminaram na elaboração do presente trabalho de conclusão de curso.

A hipótese levantada é em relação à quais reflexões as conferências trouxeram e se elas geraram ações de responsabilidade social empresarial ao longo dos anos. Supõe-se, ainda, que essas reflexões e ações tiveram resultados positivos que favoreceram para a melhoria do planeta, do pensamento crítico e da vida das pessoas.

A **metodologia** é exploratória, descritiva e analítica. O estudo deu-se por meio de levantamento bibliográfico sobre o assunto em questão, para embasamento do trabalho, como também buscas acerca das Conferências sobre o meio ambiente e da responsabilidade social empresarial.

A primeira conferência, ocorrida em 1972, na cidade de Estocolmo (capital da Suécia), foi o grande marco inicial para a introdução definitiva do fator meio ambiente como elemento crucial para o desenvolvimento econômico. A segunda, em 1992, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro (Brasil), e contou com a definição de documentos importantes, cujos princípios ainda são buscados nos dias de hoje, tais como a Agenda 21. A terceira ocorreu em 2012, também no Rio de Janeiro, tendo como grande marco a elaboração do documento intitulado “O futuro que queremos”.

A partir dos dados bibliográficos, fez-se uma análise das três Conferências, evidenciando as discussões dos assuntos, que, enfim, remetem a um mesmo norte: o desenvolvimento sustentável. Em cada uma das conferências, analisou-se o que havia melhorado desde a conferência anterior, e a partir daí, criaram-se novas propostas. Com isso, estabeleceu-se uma cadeia entre elas, de tal forma que todas estão interligadas por seus objetivos e propostas.

Desta forma, subentende-se que elas seguem uma mesma linha de raciocínio e propósitos, e espera-se que estes tenham servido, ao longo do tempo, como influência no comportamento das pessoas e das organizações, para que haja uma maior tomada de

consciência para as questões ambientais, inculcando nas pessoas um pensamento crítico acerca deste assunto.

Além disso, tais conferências foram de extrema importância para o desenvolvimento de políticas socioambientais dentro das empresas, como o surgimento de uma política de gestão chamada de responsabilidade social empresarial, que à priori, visa maneiras que busquem alcançar o desenvolvimento sustentável, sem, entretanto, substituí-lo.

Para que seja comprovada tal hipótese acerca da mudança do pensamento das organizações quanto às questões ambientais, e do surgimento de políticas de gestão ambiental empresarial, foi realizada uma pesquisa com uma empresa de grande porte da cidade de Marília - SP, que atua no ramo industrial alimentício, que está há mais de quarenta anos no mercado, e que tem em seus princípios a sustentabilidade, a fim de esclarecer os motivos que levaram tal empresa a se preocupar com as questões ambientais, se estas questões já eram abordadas antes das Conferências e em que estes eventos internacionais focados para o meio ambiente influenciam as ações da organização.

O estudo foi dividido em três capítulos, sendo: Conferências ambientais socioambientais em seus quarenta anos de avanço; Responsabilidade social empresarial, um novo conceito de gestão e Pesquisa aplicada e procedimentos metodológicos.

Finalmente, as últimas considerações acerca da sustentabilidade, dos problemas ambientais, da relevância das Conferências ambientais e das políticas de gestão ambiental empresarial serão expostas, de maneira a trazer reflexões sobre a importância deste assunto.

1. CONFERÊNCIAS MUNDIAIS SOCIOAMBIENTAIS EM SEUS QUARENTA ANOS DE AVANÇO

O presente capítulo aborda o meio ambiente, o homem e suas ações; a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, a Conferência das Nações Unidas para o meio ambiente e desenvolvimento, e os acontecimentos da Rio+20.

1.1. O Meio Ambiente, O Homem e Suas Ações.

De acordo com a Academia Pearson (2011, p. 4-5), ao longo de toda a sua existência, homem e natureza estiveram interligados. Seja devido às crenças religiosas ou a fatos comprovados pela ciência, é inegável que o homem é fruto da natureza. Logo, ele deve ser visto e analisado como parte integrante deste meio.

O jornalista André Trigueiro (2005, p. 13), afirma que, erroneamente, o ser humano tende a pensar que a o meio ambiente inclui apenas a fauna e flora, entretanto, este conceito é muito mais abrangente. Afirma ainda, que a maioria dos brasileiros não têm a auto percepção como parte integrante do meio ambiente, e que, normalmente, se entendem como algo fora, que não os inclui.

De acordo com Barbieri (2007), o meio ambiente abrange tanto o ser humano, quanto os demais organismos vivos que habitam o planeta, além das condições e circunstâncias que tornam possível a existência da vida no meio ambiente. A respeito deste conceito, o autor afirma:

O meio ambiente, como condição de existência da vida, envolve a biosfera e estende-se muito além dos limites em que a vida é possível. Por exemplo, os seres vivos estão condicionados a uma exposição às radiações ultravioleta que, por sua vez, dependem da camada de ozônio existente na estratosfera, região da atmosfera que vai até cerca de 35 Km de altitude e onde não há vida. (BARBIERI, 2007, p.6).

Tendo compreendido o conceito abrangente de meio ambiente, torna-se necessária a definição de outro conceito muitas vezes pouco entendido: os ecossistemas. Eles fazem parte do meio ambiente, e de acordo com a Academia Pearson (2011) são ‘um conjunto composto por diversas comunidades biológicas que vivem e interagem em uma determinada região e, também, pelos fatores abióticos (água, ar, solo, relevo, luz, temperatura, pressão atmosférica, entre outros)’. Ou seja, ecossistemas funcionam basicamente como teias, que estão

interligadas e que, de certa forma, unem seus integrantes, sendo que qualquer alteração, por mínima que seja, pode desencadear diversos acontecimentos e mudanças no ecossistema.

Logo, torna-se necessária a busca pelo equilíbrio (homem x natureza). O filósofo alemão Albert Schweitzer (1875-1965), afirmou que ‘o mundo tornou-se perigoso, porque os homens aprenderam a dominar a natureza antes de dominar a si mesmos’. A Academia Pearson (2011, p. 5) afirma que o homem, por não perceber seu vínculo com a natureza, cometeu ao longo do tempo uma série de abusos contra o planeta, e que, na busca pelo desenvolvimento econômico, ele esgotou os recursos naturais como se não tivesse que, futuramente, prestar contas.

Ainda segundo a Academia Pearson (2011, p. 08), atualmente é comum acreditar que a questão ambiental seja uma invenção do século XX, porém, este foi apenas o século em que surgiram os primeiros esforços para chamar a atenção do mundo quanto à questão ambiental, diante das consequências observadas em virtude da exploração irrestrita dos recursos naturais.

De acordo com o ex-ministro da cultura Gilberto Gil (2005, p.45), ‘a suposta comunhão integral entre o ser humano e o mundo natural nunca chegou a se manifestar nos dias mais antigos de nossa existência terrestre’. Isto significa dizer, segundo a Academia Pearson (2011, p. 08), que a ação do homem em relação à natureza sempre foi com bases predatórias, sendo que, o que diferenciava os tempos mais longínquos dos atuais é o desenvolvimento tecnológico que o homem possuía em cada época determinada. Ou seja, o homem, ao longo de sua história, sempre usufruiu o meio ambiente e a natureza, porém, com o passar dos anos, ele aperfeiçoou suas ferramentas e, conseqüentemente, o seu poder de destruição.

Tal hipótese é comprovada pela Academia Pearson (2011, p. 9-10), que expõe a evolução da ação predatória do homem com relação à natureza, dando destaque para acontecimentos como: a poluição em demasia das civilizações grega e romana, com alta emissão de chumbo durante a fabricação de moedas; o desmatamento que buscava expandir espaços para as plantações na Idade Média; o surgimento do capitalismo mercantil em meados do século XV, que se baseava na manufatura e na noção de mercadoria (cujo objetivo final é a venda e a obtenção de lucro), o qual acarretaria no início do êxodo rural, fazendo com que as pessoas se concentrassem principalmente nas zonas urbanas; as buscas exploratórias realizadas no século XVI pela Espanha e Portugal, com as grandes navegações que após desbravarem “o Novo Mundo”, retornavam aos seus países de origem carregados de recursos extraídos das colônias.

Finalmente, a Revolução Industrial, ocorrida nos séculos XVIII e XIX, é um marco histórico importante, de acordo com a Academia Pearson (2011, p.10-11), visto que proporcionou uma maior produtividade em um menor tempo, o que ficou conhecido como capitalismo industrial.

A respeito deste período de transição da evolução do homem e seus impactos em relação à natureza, a Academia Pearson (2011, p.11) pontua:

Do ponto de vista ambiental, repare que a história do homem pode ser vista como uma transição gradual do ambiente natural para o artificial, passando pelo espaço domesticado. Em outras palavras, o primeiro lar da humanidade foi a natureza selvagem, lugar onde se desenvolveram as civilizações primitivas. Aos poucos, o homem aprendeu a manipular os produtos que a natureza lhe oferecia, domesticando o espaço. Por último, suas técnicas atingiram tamanho estágio de sofisticação que, hoje em dias, já produzem ambientes artificiais.

Ainda a Academia Pearson (2011, p.11) apresenta tal evolução na figura 1, abaixo.

Figura 1 – Evolução do Impacto Humano Sobre o Ambiente



Fonte: Academia Pearson (2011, p.11)

Como observado, nos tempos mais longínquos, o homem não dominava a natureza, mas com o passar dos anos, tal habilidade foi sendo desenvolvida. Ele foi criando técnicas que facilitavam a produção, entretanto, elas eram um agressor direto à harmonia do homem quanto ao meio ambiente, pois tinham o poder de degradar os recursos ambientais, que podem ser divididos em recursos renováveis e não renováveis. Quanto a isso, Barbieri (2009, p. 9) pontua:

A noção de esgotamento ou renovação de recursos envolve a dimensão de tempo, e a perspectiva de tempo dos humanos nem sempre é a mesma daquela que seria necessária para a renovação de um certo recurso. Assim, por recurso renovável se entende aquele que pode ser obtido indefinidamente de uma mesma fonte, enquanto o não renovável possui uma quantidade finita, que em algum momento irá se esgotar se for continuamente explorado. Na realidade, todos os recursos podem se renovar através de ciclos naturais, embora alguns possam levar até milhões de anos. A perspectiva de tempo humana e o modo de usar os recursos são as condições que os tornam renováveis ou não.

É fato que a subsistência humana está intimamente ligada ao meio ambiente e ao uso da natureza como fonte de matéria-prima. Desta forma, torna-se possível afirmar, assim como Barbieri (2007, p.1-2), que ‘Os problemas ambientais, por mais variados que sejam, decorrem do uso do meio ambiente como fonte de recursos para a produção da subsistência humana e como recipiente de resíduos da produção e consumo.’ Ou seja, a exploração dos recursos renováveis e não renováveis, com o passar do tempo, foi gerando diversos problemas ambientais, contra os quais, apenas a partir da metade do século XX, começou-se a buscar alternativas de controle e combate.

A respeito destes recursos, renováveis e não renováveis, a Academia Pearson (2011, p. 13) ainda pontua:

[...] A renovação de produtos na natureza depende da forma como eles são utilizados. Desde que extraído em bases sustentáveis, qualquer produto da natureza pode ser usado indefinidamente. Mas, para a preocupação dos ambientalistas, não é isso o que vem acontecendo. A extinção de várias espécies animais, vegetais e minerais é prova de que a ação humana leva em conta apenas o atendimento de suas necessidades, e não as necessidades do meio ambiente. Ela parece surda aos apelos da natureza, ignorando solenemente seus ciclos de regeneração.

De acordo com Cintia Maria Afonso (2006, p. 18-19), a década de 1960 foi marcada por diversos movimentos sociais de grande proporção (como o movimento hippie), que marcaram e mudaram drasticamente os valores sociais até então predominantes. A respeito disto, a autora explica:

Um dos movimentos de protesto, conhecido como movimento ambientalista, surgiu baseado nas preocupações com as atitudes humanas em relação ao sistema natural terrestre. Essas preocupações partiram da constatação de que os recursos naturais estavam sendo sobre-utilizados e degradados pela intensa urbanização ocorrida no mundo após a Segunda Guerra, motivando a discussão de questões como o crescimento populacional, poluição, custos ambientais das novas tecnologias e crescimento econômico. Assim, o movimento ambientalista consolidou-se como um movimento ativista e político, colocando que a “catástrofe” ambiental só poderia ser evitada

através de mudanças fundamentais nos valores e instituições sociais. (AFONSO, Cintia Maria. 2006, p. 18-19).

Afonso (2006) ainda afirma que a publicação do livro *Primavera Silenciosa*, em 1962, de Rachel Carson foi de extrema importância para que o movimento ambientalista fosse consolidado, tanto quanto a divulgação de diversos fatos específicos e desastres ambientais acontecidos neste período, tais como acidentes com navios petroleiros que por várias vezes contaminaram os oceanos.

Após isso, e ao longo dos últimos quarenta anos, o mundo vem despertando para a questão socioambiental. Países têm se reunido, periodicamente, para discutir a respeito das questões ambientais e sociais que, de certa forma, afetam o mundo como um todo. Foram realizadas três grandes conferências, ocorridas em intervalos de vinte anos, e que cooperaram mutuamente para a implantação do fator meio ambiente no vocabulário das grandes organizações.

1.2. Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente.

O século XX foi marcado por diversos acontecimentos que, conjuntamente, cooperaram para a introdução do movimento ambientalista na sociedade internacional. De acordo com Afonso (2006, p.20), a Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente, realizada em 1972, na cidade de Estocolmo (capital da Suécia) foi o marco inicial da consciência ambiental internacional, introduzindo ao mundo o fator meio ambiente como elemento crucial para o desenvolvimento, visto que foi o primeiro encontro internacional voltado às discussões dos aspectos políticos, sociais e econômicos dos problemas ambientais.

Até aquele momento, o fator meio ambiente não era, de fato, uma preocupação internacional. Antes de 1972 haviam acontecido eventos isolados que remetiam a este fator, e foi a partir destes eventos que o meio ambiente começou a ser visto não apenas como um meio de subsistência inesgotável, mas como uma fonte que, pouco a pouco, estaria se esgotando, e que, portanto, necessitaria de atenção e cuidados especiais.

Segundo Afonso (2006, p.19), a ampla divulgação de desastres ambientais ocorridos na década de 1960 proporcionaram diversos debates acompanhados de uma espécie de “alarmismo” público com relação às perspectivas para o futuro. A autora afirma ainda que ‘como resultado da maior conscientização e preocupação com a qualidade ambiental, alguns

países como os Estados Unidos, já ao final dos anos 60, elaboraram programas e políticas voltados à proteção do meio ambiente e conservação dos seus recursos’.

Dentre os eventos que remeteram à Conferência de Estocolmo, destacam-se três, em particular: a publicação do livro *Primavera Silenciosa*, em 1962, de Rachel Carson, a realização da Conferência da Biosfera, em 1968, e a elaboração do Relatório *Limites do Crescimento*, em 1972, desenvolvido pelo Clube de Roma. Sobre o a publicação do livro, a Academia Pearson (2011, p. 8) afirma:

A obra denunciava os terríveis efeitos do DDT (dicloro-difenil-tricloroetano), então largamente usado na agricultura. Aspergido por aviões, o pesticida comprometia os recursos naturais, prejudicando a saúde dos animais por meio da contaminação da cadeia alimentar. Quanto aos insetos, tornavam-se resistentes ao veneno, exigindo a elaboração de novas fórmulas para exterminá-los. [...] Sob forte pressão dos ambientalistas e da mobilização da opinião pública, o governo norte-americano teve de recuar: em 1969, foi aprovada a Lei Nacional de Políticas Ambientais. Em seguida, o Instituto Nacional do Câncer dos Estados Unidos comprovou a ação cancerígena do DDT, o que levou à proibição definitiva de seu uso em 1972.

Afonso (2006, p.19) explica que o livro permaneceu por várias semanas nas listagens norte-americanas dos livros mais vendidos, visto que motivava a realização de debates sobre a questão ambiental e incentivava a proibição do uso de algumas substâncias tóxicas.

Ainda Afonso (2006, p.19-20) afirma que a ampla divulgação dos problemas ambientais criaram a necessidade da avaliação científica dos fatos, e que tal necessidade motivou o acontecimento da Conferência da Biosfera, realizada em 1968, em Paris, e que tratava de aspectos científicos da conservação do ambiente natural. Para a Academia Pearson (2011, p.24), as discussões de tal conferência resultaram no consenso sobre a inevitável interdependência entre humanidade e natureza, visto que, desta maneira, tornaria uma responsabilidade do homem encontrar o equilíbrio entre o suprimento da sua subsistência e as necessidades do meio ambiente.

Outro evento que teve forte influência para que acontecesse a conferência de Estocolmo deu-se graças ao Clube de Roma. De acordo com a Academia Pearson (2011, p.24), este era o nome dado a um grupo de cientistas, políticos e outros intelectuais, fundado em 1968, a fim de debater temas diversos, como política, economia e, no caso, os problemas ambientais. O Clube, juntamente com uma equipe do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) elaborou o Relatório *Limites do Crescimento*, que relacionava quatro questões principais que deveriam ser solucionadas para alcançar-se a sustentabilidade, sendo elas: controle do crescimento populacional, controle do crescimento industrial, influência da produção de alimentos e esgotamento dos recursos naturais.

A publicação deste relatório culminou na Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente. Segundo Afonso (2006, p.20) a conferência ‘contou com a participação de representantes de 113 países, 19 órgãos intergovernamentais e 400 organizações inter e não governamentais’. Ainda sobre a conferência, a autora expõe que os principais objetivos da reunião internacional foram voltados para a avaliação dos problemas ambientais, tanto quanto a identificação daqueles que poderiam ser resolvidos através de acordo e cooperação internacionais.

De acordo com a Academia Pearson (2011, p.25), a conferência ‘ficou marcada pelo confronto entre dois blocos. De um lado, os países desenvolvidos defendiam a intocabilidade do meio ambiente. Do outro, Estados subdesenvolvidos rejeitavam qualquer tentativa de privá-los dos benefícios da era tecnológica. Assolado por problemas como a fome, a miséria e a falta de saneamento, o Terceiro Mundo via na industrialização sua única saída’.

Desta maneira, a conferência deu origem a duas ideias fundamentalmente contraditórias: o Desenvolvimento Zero, defendido pelos países desenvolvidos e o Desenvolvimento a Qualquer Custo, elaborado pelos países em desenvolvimento. Para a Academia Pearson (2011, p.25-26), a primeira ideia, defendida pelos países do norte, propunha o congelamento do crescimento econômico como solução para a diminuição dos impactos ambientais, de maneira que eles propunham a adoção de medidas preservacionistas que proibissem a ação do homem sobre o meio ambiente, sugerindo que não era mais viável depredar os recursos naturais sob o pretexto de alavancar o desenvolvimento. Em contrapartida, a ideia proposta pelos países em desenvolvimento era exatamente o oposto; eles queriam se desenvolver economicamente, ainda que, para isso, o meio ambiente continuasse tendo grandes impactos ambientais negativos. Sobre a ideia defendida pelos países do sul, a Academia Pearson (2011, p.26) pontua:

Diante da inevitável necessidade de desenvolvimento, eles dependiam da exploração dos recursos naturais para garantir a expansão das atividades econômicas. Ao mesmo tempo, os países pobres prometiam que sua ação sobre o meio ambiente de daria em bases responsáveis.

De acordo com Afonso (2006, p.21), a Conferência de Estocolmo foi marcada também pela produção de três documentos importantes: a Declaração de Estocolmo, uma Lista de Princípios e um Plano de Ação. A autora apontou os principais objetivos de cada um destes documentos na figura 2, a seguir.

Figura 2 – A Conferência de Estocolmo

A Conferência de Estocolmo

Na Conferência de Estocolmo foram produzidos três documentos: a Declaração de Estocolmo, uma Lista de Princípios e um Plano de Ação.

A Declaração de Estocolmo registrou os principais debates, delineando metas gerais e objetivos de proteção ambiental sem, no entanto, estabelecer cláusulas de cumprimento obrigatório.

A Lista de Princípios identificou 26 princípios que deveriam ser adotados pelos países participantes da conferência. Esses princípios podem ser agrupados em cinco categorias:

Categoria 1: Os recursos naturais devem ser resguardados e conservados; a capacidade terrestre de produção de recursos renováveis deve ser mantida e os recursos não renováveis devem ser compartilhados.

Categoria 2: O desenvolvimento e a manutenção da qualidade ambiental devem se constituir em um só objetivo, devendo ser oferecidos assistência e incentivo aos países em desenvolvimento para que promovam uma administração ambiental racional.

Categoria 3: Os países devem estabelecer padrões nacionais de administração e exploração de recursos que também atendam aos princípios de cooperação internacional.

Categoria 4: Os níveis de poluição não devem exceder a capacidade de recuperação dos ecossistemas, devendo ser especialmente evitada a poluição dos oceanos.

Categoria 5: Ciência, tecnologia e pesquisa devem oferecer novos métodos e instrumentos para a conservação dos sistemas naturais.

O último documento produzido na Conferência, o Plano de Ação, apresentou um conjunto de atividades internacionalmente coordenadas (109 recomendações em avaliação ambiental, administração ambiental e medidas de apoio) para desenvolver conhecimento científico a respeito das tendências de alteração ambiental, de seus efeitos sobre a humanidade e sobre os recursos ambientais, e de técnicas de administração e planejamento para proteção e melhoria da qualidade ambiental.

Fonte: Afonso (2006, p.21). Adaptada.

A Academia Pearson (2011, p.26) afirma que ‘apesar das controvérsias, os conferencistas de Estocolmo deixaram um importante legado, produzindo uma nova visão sobre os problemas ambientais’. Isto porque, mesmo em meio a ideias fundamentalmente contraditórias, os chefes de Estados presentes na conferência realizada na capital sueca conseguiram chegar a consensos a respeito da importância da tomada de consciência sobre o meio ambiente.

Ainda a Academia Pearson (2011, p.26) destaca que a conferência de 1972 proporcionou a criação do PNUMA (Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente), que se trata de um organismo internacional para o debate da gestão ambiental, envolvendo diversos parceiros de renome internacional, como a ONU e o Banco Mundial, o qual se

envolveu com a questão ambiental, através do financiamento de iniciativas ecologicamente corretas ao redor do mundo.

Outro importante documento originado a partir da Conferência de Estocolmo foi uma recomendação, criada pela ONU, que promovesse o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), popularmente conhecida como Recomendação 96. Segundo Araújo (2010, p. 12), ‘a Recomendação 96 sugere que se promova a educação ambiental como base de estratégias para atacar a crise do meio ambiente’.

Os anos foram passando, e algumas conferências de menor porte foram acontecendo. Em 1975, foi realizada em Belgrado, capital da Sérvia, a conferência que, seguindo os preceitos da Recomendação 96, originou o Programa Internacional de Educação Ambiental, o PIEA. De acordo com Araújo (2010, p. 15), o PIEA foi criado a partir de uma colaboração da UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, do inglês, *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*) com o PNUMA. Ainda neste ano foi criada a “Carta de Belgrado”, um importante documento que buscava uma estrutura global para a educação ambiental. A respeito desta carta, Araújo (2010, p.15-16) pontua:

A Carta, afirma que a geração de então testemunhava um crescimento econômico e um processo tecnológico sem precedentes, os quais, ao mesmo tempo em que trouxeram benefícios para muitas pessoas, produziram também sérias consequências ambientais e sociais. [...] A Carta de Belgrado entendeu como absolutamente vital que os cidadãos de todo o mundo insistissem a favor de medidas que dessem suporte ao tipo de crescimento econômico que não traga repercussões prejudiciais às pessoas e que não diminuam de nenhuma maneira as condições de vida e de qualidade do meio ambiente, propondo uma nova ética global de desenvolvimento, através, dentre outros mecanismo, da reforma dos processos e sistemas educacionais.

Dois anos depois, em outubro de 1977, foi realizada em Tbilisi, Geórgia, a Primeira Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental, que, de acordo com Araújo (2010, p. 16) foi fortemente inspirada pela Carta de Belgrado e exclusivamente voltada à temática da educação ambiental. O autor ainda afirma que ‘postulou-se na primeira Conferência de Tbilisi que a Educação Ambiental é um elemento essencial para uma educação formal e não formal, e que dela resultarão benefícios para a humanidade’. Além disso, Araújo (2010, p. 16-17) ainda pontua que nesta conferência os chefes de Estado chegaram à conclusão de que tanto a educação quanto a conscientização e transmissão de informação podem ser responsáveis pelo desenvolvimento de hábitos e pela criação de valores nas pessoas, proporcionando assim estabelecer critérios e orientações para a solução dos problemas, o que permitiria a

organização de estratégias internacionais voltadas para ações na área educacional e de formação ambiental.

A respeito desta conferência, Araújo (2010, p.17) ainda destaca a criação da Declaração da Educação Ambiental em Tbilisi de 1977, a qual compreendeu que ‘a educação ambiental é o resultado da reorientação e compatibilidade de diferentes disciplinas e experiências educacionais que facilitam a percepção desses problemas relacionados às questões ambientais’. Além disso, o autor expõe os objetivos dessa educação ambiental da seguinte maneira:

- 1) Fomentar plena consciência e preocupação sobre a interdependência econômica, social, política e ecológica nas áreas urbanas e rurais;
 - 2) Proporcionar, a cada pessoal, oportunidades de adquirir conhecimento, valores, atitudes, compromisso e habilidades necessários para proteger e melhorar o meio ambiente.
 - 3) Criar novos padrões de comportamento de indivíduos, grupos e sociedade como um todo em favor do ambiente.
- (ARAÚJO, 2010, p.17)

Com fins de se atingir tais objetivos, Araújo (2010, p.17) os subdivide em cinco categorias, sendo elas: consciência, conhecimento, atitudes, habilidades e participação. A consciência compreende em auxiliar os diversos grupos sociais a ‘adquirir consciência e sensibilidade para o ambiente e problemas conexos’. O conhecimento, por outro lado, busca proporcionar aos indivíduos ‘uma variedade de experiências e adquirir uma compreensão básica do ambiente e problemas conexos’. As atitudes são direcionadas a ‘ajudar grupos sociais e indivíduos a adquirir um conjunto de valores e sentimentos de preocupação pelo ambiente e motivação para ativamente participarem na melhoria da proteção do ambiente’. As habilidades, por sua vez, proporcionam aos ‘grupos sociais e indivíduos a adquirir habilidades para identificar e resolver problemas ambientais’. Finalmente, a participação compreende em ‘providenciar para grupos sociais e indivíduos a oportunidade de ser ativamente envolvido em trabalhos para solução de problemas ambientais’.

A década de 1980 foi marcada por diversos acontecimentos que cooperaram para que as nações voltassem maior atenção ao meio ambiente. Em 1983, foi criada pela ONU, a Comissão Mundial Para o Desenvolvimento e Meio Ambiente (CMDMA), a qual, de acordo com a Academia Pearson (2011, p.27), possuía um ‘desafio quase intransponível pela frente: conciliar interesses econômicos e ambientais’. Para tanto, a CMDMA publicou um relatório intitulado “O Nosso Futuro Comum”, mais conhecido como Relatório de Brundtland, no qual foi criada e expressão “desenvolvimento sustentável”, que, segundo Louzada (2010), seria ‘o desenvolvimento que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a

capacidade de gerações futuras de suprir suas próprias necessidades¹, e que enfatizou problemas ambientais como a destruição da camada de ozônio e, conseqüentemente, o aquecimento global, além de propor o desenvolvimento de tecnologias para uso de energias renováveis, e a diminuição do consumo de energia.

Para Araújo (2011, p.53-54), o relatório propôs ‘uma síntese operativa entre o desenvolvimento econômico e a defesa da biodiversidade se estendendo por um campo mais holístico dos problemas social e combate à pobreza com as cooperações internacionais de práticas menos devastadoras para o ambiente’. O autor reconhece o relatório como um importante marco para a tomada de consciência global a respeito da preservação do meio ambiente e pontua:

É necessário ter consciência de que não mais é possível pensar num crescimento exponencial da economia sem contabilizar o efeito e causa desse crescimento em termos de ambiente e de esgotamento de recursos naturais, sem a constatação dos enormes desequilíbrios gerados, em termos de desigualdade na distribuição da riqueza e da degradação do Planeta Terra. (ARAÚJO, 2010, p.55).

Ainda sobre o novo conceito abordado no Relatório de Brundtland, acerca do desenvolvimento sustentável, Barbieri (2007, p. 37) o define da seguinte maneira:

O desenvolvimento sustentável resultaria, portanto, de um pacto duplo, um pacto integracional, que se traduz na preocupação constante com o gerenciamento e a preservação dos recursos para as gerações futuras, e um pacto integracional que se expressa nas preocupações quanto ao atendimento às necessidades básicas de todos os humanos.

A Academia Pearson (2011, p.27) explica que a ideia de desenvolvimento sustentável passou a fundamentar-se em três princípios básicos: o equilíbrio ambiental, a equidade social e o crescimento econômico. E que, segundo o pensador britânico John Elkington (2001), ‘o desenvolvimento saudável não pode abrir mão dos aspectos econômicos sociais e ambientais (*profit, people e planet*)’, pois estes seriam os ‘ingredientes indispensáveis do progresso duradouro’.

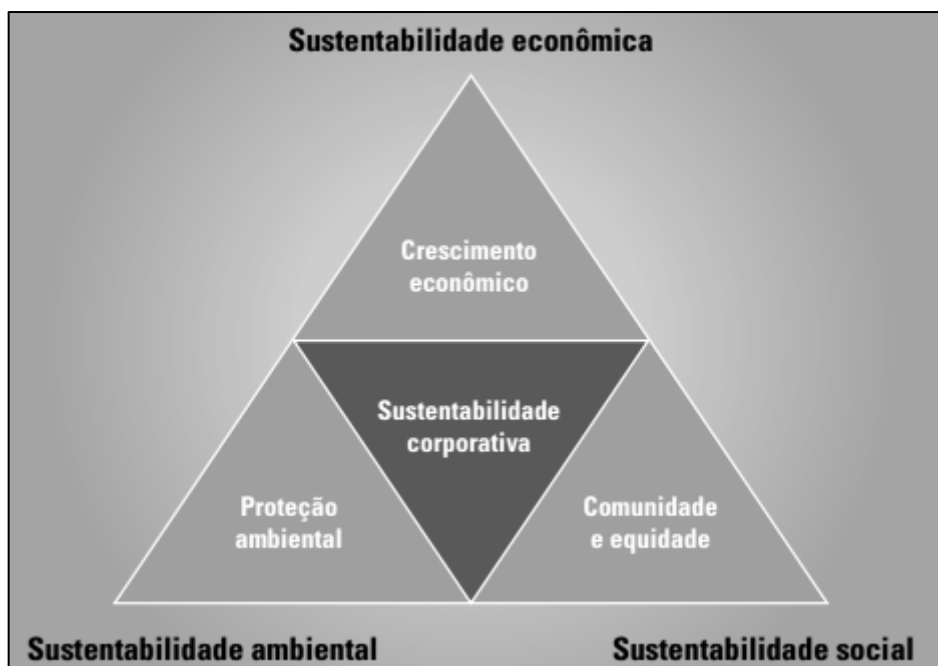
Elkington (2001) criou a expressão *triple bottom line*, que refere-se a este tripé da sustentabilidade. *People* refere-se ao capital humano, ou à equidade social; nesta esfera, há a busca pela igualdade social, visto que é impossível que se alcance a sustentabilidade em meio à desigualdade. *Planet* refere-se ao capital natural, ou ao equilíbrio ambiental; neste aspecto, a busca pelo desenvolvimento inclina-se para o meio ambiente, de maneira que tornam-se

¹Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAABQD0AA/historico-questao-ambiental>>. Acesso em 21 de abril de 2013.

necessárias ações que amenizem os impactos ambientais, ou que os compense, quando for impossível amenizar. Finalmente, *profit* refere-se ao crescimento econômico ou à economia, de forma que é buscado que as nações cresçam e se desenvolvam economicamente, sem, entretanto, agredir os outros dois pilares da sustentabilidade.

A respeito deste tripé da sustentabilidade, o SEBRAE (2012, p. 04) desenvolveu a figura 3, a seguir:

Figura 3 – Tripé da Sustentabilidade



Fonte: SEBRAE (2012, p. 04)

Foi nesta década, ainda, que o mundo despertou para a questão do ozônio, tão discutido atualmente. De acordo com a Academia Pearson (2011, p.28), a descoberta de um buraco na camada de ozônio sobre a Antártica foi o *start* inicial para a busca do controle da emissão dos gases clorofluorcarbonetos, popularmente conhecidos como CFCs. Esta descoberta culminou na realização da Conferência de Viena Sobre a Camada de Ozônio, em 1985, em Viena, Áustria. Ainda a Academia Pearson (2011, p.28) pontua que ‘embora o ozônio seja tóxico na biosfera, ele é indispensável à vida das espécies’. Para Barbieri (2007, p.45), o gás tem fundamental importância para o planeta, visto que funciona como uma espécie de filtro solar para a Terra. O problema então se encontra no fato de que, a alta concentração de gases CFCs na camada de ozônio tem o poder de desgastá-la, provocando assim diversos efeitos nocivos.

O ozônio estratosférico, produzido naturalmente pela ação dos raios solares sobre as moléculas de oxigênio, forma uma camada, daí a expressão camada

de ozônio, que envolve a Terra e a protege das radiações ultravioleta do Sol. Os raios ultravioleta (UV), com comprimento de onda de 280 a 320 nanômetros, denominados UV-B, são prejudiciais aos seres vivos, pois estes não desenvolveram defesas naturais contra estas radiações devido a sua ausência durante milhões de anos, graças à função de filtro desempenhada pela camada de ozônio. (BARBIERI, 2007, p. 45).

Após três anos e ainda referente à questão da emissão de gases poluentes e causadores do efeito estufa, foi elaborado o primeiro relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC), que chamava a atenção da comunidade internacional para a emissão desses gases poluentes, apontando que, em demasia, a produção deles tinha o poder de contribuir para que as mudanças climáticas se acelerassem.

Mais tarde, alguns fatos tornaram necessária a criação de uma convenção, intitulada Convenção da Basileia, que buscava basicamente o combate à exportação de poluentes. A Academia Pearson (2011, p. 30) afirma que a questão que levou à criação desta convenção girava em torno, principalmente, dos Estados Unidos e da Itália, que em 1989 chamaram a atenção mundial para o fato de estarem exportando resíduos poluentes e perigosos para países de Terceiro Mundo. Enquanto os Estados Unidos exportaram aproximadamente duas mil toneladas de resíduos perigosos para o Haiti, a Itália enviou para a Nigéria diversas toneladas de bifenilas policloradas (óleo isolante para transformadores elétricos). Segundo a Academia, ‘o objetivo era reduzir ao mínimo a realocação internacional de lixo tóxico, criando regras para a sua realização segura quando necessária. E o principal: a convenção proibiu o envio de dejetos perigosos para países sem capacidade técnica para trata-los’.

1.3. Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Realizada vinte anos após a conferência de Estocolmo, aconteceu, em 1992, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como Cúpula da Terra, Rio 92 ou ECO 92. De acordo com Araújo (2010, p.53-55), ela seguia basicamente os pressupostos do Relatório de Brundtland, focado no desenvolvimento sustentável como uma alternativa à exploração predatória. O autor ainda afirma que a conferência ‘marca uma agenda planetária e resulta um extenso documento à procura de soluções para um dilema cada vez mais preocupante: crescimento econômico versus defesa do planeta, economia mundial e proteção dos recursos naturais’.

A Academia Pearson (2011, p. 31) afirma que, novamente, duas frentes foram erguidas: de um lado, países emergentes precisavam se desenvolver, cientes dos riscos oferecidos pela industrialização acelerada e inconsequente; do outro, os países desenvolvidos precisavam ceder suas tecnologias não poluentes aos emergentes, para que estes também pudessem se desenvolver. Logo, ficou decidido que os Estados deveriam estabelecer entre si acordos internacionais que respeitassem os interesses de todos e protegessem a integridade do sistema global de meio ambiente e desenvolvimento. A respeito desta decisão entre os Estados, a Academia Pearson (2011, p.31) pontua:

Os resultados foram surpreendentes. A Eco-92 conseguiu superar as divergências, lançando estratégias internacionais para proteger a natureza. A fim de monitorar de perto os avanços da área, a ONU criou a Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável. Sua filiação ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc), já permitia antecipar a vocação da nova comissão. Em vez de tratar o meio ambiente como um tema isolado, ela buscava dialogar com interesses de natureza social e econômica, dando conta da complexidade dos problemas ecológicos, a exemplo do que fizera anteriormente o Relatório de Brundtland.

Além da questão ambiental, a Academia Pearson (2011, p.31) afirma que a conferência também abriu um leque de debates a respeito do desenvolvimento econômico, visto que os países de terceiro mundo reconheceram que seus índices econômicos poderiam ser prejudicados caso não concordassem em abrir mão de seus interesses em favor da natureza. Desta maneira, declararam que tinham conhecimento de suas responsabilidades ambientais, porém, que estas eram, inquestionavelmente, menores do que as dos países do norte, haja visto que estes se industrializaram e agrediram o meio ambiente bem antes daqueles, e que portanto, as responsabilidades destes deveria ser maior do que daqueles.

A conferência também proporcionou o desenvolvimento de cinco documentos importantes, que norteariam estes acordos internacionais. São eles: a Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Declaração sobre Princípios Florestais, a Convenção sobre Mudanças Climáticas, e Convenção sobre Biodiversidade, e finalmente, o mais importante de todos os documentos gerados a partir desta conferência, a Agenda 21.

A Academia Pearson (2011, p. 32) define a Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como a Declaração do Rio, como uma carta com vinte e sete princípios, cujo objetivo era instruir as sociedades para que estas modifiquem seus comportamentos e desenvolvam hábitos que levem à harmonia para com a

natureza, como pode ser observado no ANEXO A. Ainda afirma que ‘a Declaração do Rio apoia a proteção do meio ambiente combinada com o desenvolvimento sustentável’.

A respeito da Declaração sobre Princípios Florestais, a Academia (2011, p.32-33) afirma que foi um importante documento de proteção aos países que possuem grandes florestas, como Brasil e Malásia. Basicamente, o documento propunha a preservação das florestas, de forma à ‘orientar projetos de manejo florestal e evitar o esgotamento dos recursos naturais’ dos países, a fim de que as florestas sejam conservadas.

Já sobre a Convenção sobre Mudanças Climáticas, a Academia (2011, p. 33-34) pontua que foi desenvolvida como uma medida emergencial para o momento climático mundial em que se passava durante a ECO 92. Já havia sido constatado o aumento da concentração de algumas substâncias, como o ozônio (O₃), o dióxido de carbono (CO₂), o metano (CH₄) e o óxido nitroso (N₂O), também conhecidos como gases de efeito estufa (GEEs) na atmosfera, e tal concentração, vinha chamando a atenção da comunidade internacional devido a aceleração das mudanças climáticas ocasionados por eles. Logo, a Convenção propunha que os Estados se comprometessem a diminuir a emissão destes gases, no intuito de desacelerar o efeito estufa.

Com relação à Convenção sobre Biodiversidade, a Academia Pearson (2011, p.35-36) afirma que tinha o objetivo de amenizar as divergências entre países desenvolvidos e emergentes em relação à biodiversidade mundial. De um lado, países desenvolvidos buscavam o livre acesso às riquezas biológicas, podendo explorar o ambiente dentro ou fora de suas fronteiras. Em contrapartida, os países emergentes recusavam-se a abrir suas fronteiras, salvo se os ganhos obtidos através do livre acesso fossem repartidos equitativamente com eles. Logo, a Convenção sobre a Biodiversidade serve como mediador entre as duas posições, de modo que propõe a utilização sustentável dos recursos biológicos, desde que fosse feita a distribuição justa dos ganhos e lucros obtidos.

Finalmente, e de acordo com Adilson Ribeiro de Araújo (2010, p. 58-60), foi elaborado o documento considerado como sendo o de maior importância da ECO 92: a Agenda 21. Tratava-se de um modelo de como satisfazer as necessidades de desenvolvimento das gerações futuras sem, entretanto, comprometer o meio ambiente, conciliando, portanto, um método de proteção ambiental, que apresentava um plano de desenvolvimento sustentável para todos os países. A ideia inicial era desenvolver uma Agenda 21 internacional, a partir da qual, cada um dos 179 países participantes da ECO 92 desenvolveria sua própria Agenda 21, seguindo os pressupostos do documento original.

De acordo com Cerqueira e Francisco, em afirmação feita no site do Brasil Escola², dentre estes pressupostos, divididos em quatro seções básicas, sendo elas dimensões sociais e econômicas, conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento, fortalecimento do papel dos principais grupos sociais e meios de implantação, havia alguns temas como combate a pobreza, sustentabilidade e crescimento demográfico, tratamento e destinação dos diversos tipos de resíduos, conservação da biodiversidade do planeta, desenvolvimento rural com sustentabilidade, fortalecimento das ONGs na busca do desenvolvimento sustentável, planejamento e ordenação no uso dos recursos da Terra e, logicamente, a educação como forma de conscientização para as questões de proteção do meio ambiente, dentre outros temas.

A Academia Pearson (2011, p. 34-43) destaca que a Convenção sobre Mudanças Climáticas também teve papel importante para a elaboração de outro documento bastante conhecido, o Protocolo do Quioto, cinco anos após o término da Rio 92. O documento tem por objetivo firmar acordos e discussões internacionais para estabelecer metas de redução, no mínimo em 5%, na emissão de gases de efeito estufa na atmosfera entre 2008 e 2012, tendo como base os índices de emissão dos GEEs de 1990. O Protocolo se aplicaria principalmente aos países do norte, industrializados, além de buscar criar formas de desenvolvimento com menores impactos ambientais para os países em desenvolvimento.

A Academia (2011) ainda afirma que, para que obtivesse sucesso em sua implementação, foram, primeiramente, estipuladas metas e prazos para o cumprimento dos objetivos almejados no protocolo, além de terem sido desenvolvidos três mecanismos que buscavam a viabilização do protocolo: a implementação conjunta, o comércio de emissões e o mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL).

A Academia (2011) também pontua que foram citados no Protocolo de Quioto os países que se industrializaram mais cedo, e que, por terem poluído mais do que os demais países, receberam metas para redução de emissões. Estes países são: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Bulgária, Canadá, Dinamarca, Eslováquia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Federação Russa, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Letônia, Liechtenstein, Luxemburgo, Mônaco, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia, Suécia e Suíça.

Ainda para a Academia Pearson (2011), e de acordo com os pressupostos da implantação conjunta, primeiro mecanismo de viabilização do protocolo, estes países deveriam cooperar entre si e de maneira mútua, quanto à transferência ou aquisição de

²FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. Eco 92; Brasil Escola. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/eco-92.htm>>. Acesso em 18 de novembro de 2012

unidades de redução de emissões dos GEEs. Já o segundo mecanismo, intitulado como o comércio de emissões, visava autorizar que os países citados realizassem o comércio de emissões de gases para atingir suas metas de redução, ou seja, aqueles países que estivessem com dificuldades quanto à diminuição da emissão dos GEEs, poderiam adquirir auxílio de outros países, por meio da compra do “direito de poluir”, transações que seriam feitas entre empresas ou em bolsas de valores. Estas transações são chamadas de Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), mais conhecidas como créditos de carbono.

Com relação ao mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL), um dos livros da Academia Pearson (2011, p.39) afirma:

Inicialmente, a diplomacia brasileira esforçou-se para criar o Fundo de Desenvolvimento Limpo (FDL). [...]. Os demais negociadores não acolheram a proposta brasileira, mas se inspiraram nela para desenvolver o MDL. De acordo com o mecanismo, um país periférico que reduzir suas emissões merece ser premiado, pois está agindo voluntariamente. A recompensa oferecida pelo MDL é uma quantidade de créditos de carbono, um certificado que permite a emissão de toneladas de CO₂.

Em outras palavras, o crédito de carbono é um direito de poluir que pode ser vendido para países do Anexo I – uma verdadeira moeda ambiental. Dessa forma, o protocolo prevê uma forma de beneficiar Estados que, sem obrigações formais, reduzem suas emissões, incentivando também a transferência de recursos financeiros dos países desenvolvidos para o Terceiro Mundo. (ACADEMIA PEARSON, 2011, p.39).

A Academia (2011) destaca que, para participar do MDL, porém, as empresas necessitam cumprir nove pré-requisitos, ou seja, passar por nove estágios, nos quais será possível a negociação dos créditos de carbono em qualquer um dos estágios, sendo que, quanto antes a negociação for formalizada, menor preço o país comprador pagará por ela. Neste contexto, estes estágios são: a elaboração do projeto pelas empresas que pretendem se beneficiar do mecanismo; a validação do projeto pela Entidade Operacional Designada (EOD), a qual revisará o documento de concepção do projeto, verificará o atendimento a algumas exigências e avaliará quais os impactos ambientais acarretados; o registro do projeto na Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, que definirá critérios e indicadores de sustentabilidade para os projetos, elaborando análises e pareceres sobre os projetos elegíveis ao MDL e aprova-los ou não segundo critérios definidos; a implantação do projeto pelas empresas; o monitoramento do projeto e seus resultados pelas empresas; a emissão de relatório de demonstração dos resultados pelas empresas; a verificação das reduções de emissão pela Entidade Operacional Designada; a certificação das reduções de emissão ou sequestro de carbono pelo Comitê Executivo do MDL com o apoio da Entidade

Operacional Designada e a emissão das Reduções Certificadas de Emissões, também conhecidas como créditos de carbono, pelo Comitê Executivo.

O Protocolo de Quioto foi assinado por diversos países, tanto desenvolvidos quanto emergentes, entretanto, em 2001, os Estados Unidos romperam seu compromisso com o protocolo, tanto alegando que a redução na emissão de gases comprometeria o crescimento econômico do país, quanto exigindo que países emergentes também fossem inclusos no Anexo I do Protocolo.

Em primeiro lugar, o Senado norte-americano afirmou não aceitar interferência externa em questões que poderiam acarretar redução das atividades econômicas domésticas; Além disso, o Senado nem sequer cogitaria retificar o protocolo enquanto grandes poluidores – como China, Índia e Brasil – não fossem inclusos no Anexo I. (ACADEMIA PEARSON, 2011, p.42)

Também em 1997, aconteceu em Nova Iorque, Estados Unidos, na sessão especial da Assembleia Geral da ONU, a conferência que ficou conhecida como Rio+5, que, de acordo com Sequinel (2002, p.12), visava analisar os resultados da conferência de 1992. Foi bastante difundido neste encontro as dificuldades que os Estados encontravam para a implantação dos acordos firmados e a identificação das experiências bem sucedidas. Houve troca de experiências entre organizações não governamentais a respeito de como transformar o conceito de desenvolvimento sustentável em ações práticas e concretas.

Mais cinco nos se passaram e, em 2002, em Johannesburgo, na África do Sul, houve a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como Rio+10. O professor Wagner de Cerqueira e Francisco pontua, em afirmação feita no site do Brasil Escola³, o evento reuniu 189 países, que debateram a respeito da preservação do meio ambiente, abordando também aspectos sociais. Foram discutidos assuntos como o fornecimento de água, energia, saneamento básico, saúde e biodiversidade, além da busca de medidas para a redução, em 50%, do número de pessoas que viviam abaixo da linha da pobreza. E, é claro, foram cobradas atitudes em relação àquilo que havia sido firmado em 1992.

Após outro período de cinco anos, em 2007, foi realizada no Rio de Janeiro, Brasil, a Conferência Internacional Rio+15, que, segundo artigo publicado por colunista do Portal

³FRANCISCO, Wagner De Cerqueira E. "Rio+10"; Brasil Escola. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/geografia/rio-10.htm>>. Acesso em 21 de setembro de 2015

Educação⁴, reuniu 100 representantes do mundo inteiro. Ela incorporou em seus assuntos abordados temas como a execução e cumprimento dos pressupostos da Agenda 21, os acordos estabelecidos no Protocolo de Quioto, apresentando alternativas para a diminuição da emissão de gases poluentes, expondo diversas catástrofes ambientais causadas devido ao aumento do efeito estufa. Ao final desta conferência, foi constatado que os países em desenvolvimento pouco tinham influência em relação ao efeito estufa, uma vez que começaram a se desenvolver somente na segunda metade do século XX, e que eles não deveriam frear seu desenvolvimento, mas buscar fontes alternativas de energia que tivessem menor impacto sobre o meio ambiente.

Dois anos se passaram e, de acordo com a Academia Pearson (2011, p. 43-36), em 2009 foi realizada uma conferência na Dinamarca, conhecida como Conferência de Copenhague. Nela, foram elaborados compromissos entre as nações, tendo como base às limitações político-econômicas de cada Estado, e assim buscando atender a cada necessidade singular e peculiar de cada país. Além disso, todos os Estados participantes sugeriram medidas que minimizariam as emissões de gases em seus territórios. Ainda, a conferência viabilizou um fundo monetário com o objetivo de reunir 100 bilhões de dólares anualmente, os quais seriam designados para as práticas de adaptação e mitigação dos efeitos do aquecimento global, que segundo a Academia Pearson (2011, p.45), têm três objetivos básicos:

- Adaptar os territórios às consequências atuais das mudanças climáticas;
- Combater as causas do aquecimento global;
- Acelerar a transferência de tecnologia para os países subdesenvolvidos.

1.4. Rio+20.

Mais recentemente, em 2012, foi realizada, novamente no Rio de Janeiro, a Rio+20, que reuniu governantes da sociedade internacional para discutir a respeito dos problemas ambientais, analisando quais foram os progressos ambientais desde 1992, quais tratados foram cumpridos e identificando as dificuldades enfrentadas rumo ao desenvolvimento sustentável nos últimos vinte anos. De acordo com a descrição da conferência publicada no site oficial da mesma, a Rio+20 teve como objetivo ‘a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento

⁴PORTAL EDUCAÇÃO. Conferência Rio+15 – 2007. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/biologia/artigos/38693/conferencia-rio-15-2007>>. Acesso em 21 de setembro de 2015.

de temas novos e emergentes'⁵. A descrição ainda aponta os dois principais temas abordados no encontro, sendo eles: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

A Economia verde, também conhecida como *Green Economy*, foi uma proposta criada pelo PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) desde 2008, que se trata de 'uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica. Em outras palavras, uma economia verde pode ser considerada como tendo baixa emissão de carbono, é eficiente em seu uso de recursos e socialmente inclusiva, que seja impulsionada por investimentos públicos e privados (...) mas que não substitui desenvolvimento sustentável'.⁶

A Economia Verde vem como uma proposta de quitação de dívidas do homem para com o meio ambiente e a natureza. De acordo com Barbieri (2007, p. 1-2), 'Os problemas ambientais, por mais variados que sejam, decorrem do uso do meio ambiente como fonte de recursos para a produção da subsistência humana e como recipiente de resíduos da produção e consumo.'. Logo, a proposta *Green Economy* tem o objetivo de minimizar estes impactos já causados, e buscar amenizar os problemas ambientais futuros.

Tal proposta sintetiza algumas outras propostas e acordos estabelecidos anteriormente, em outras conferências internacionais, ou em protocolos criados. A baixa emissão de carbono, por exemplo, está intimamente ligada à Convenção sobre Mudanças Climáticas, ao Protocolo de Quioto, e ao MDL. Já o uso consciente dos recursos naturais e a inclusão social podem ser associados à Declaração do Rio, que buscava o desenvolvimento de hábitos que levassem a sociedade internacional a conviver em harmonia com a natureza e o meio ambiente.

De acordo com Moraes (2015), em artigo publicado para o Brasil Escola, 'o conceito de economia verde não substitui o conceito de desenvolvimento sustentável, mas atualmente existe um crescente reconhecimento de que a realização da sustentabilidade se baseia quase que inteiramente em conseguir o modelo certo de economia'⁷. A autora ainda afirma que,

⁵Disponível em:

<http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html>. Acesso em 23 de setembro de 2015.

⁶Disponível em:

<<http://www.unep.org/greeneconomy/AboutGEI/WhatIsGEI/tabid/29784/Default.aspx>>. Acesso em 20 de novembro de 2012.

⁷MORAES, Paula Louredo. "O Brasil e a economia verde"; Brasil Escola. Disponível em:

<<<http://www.brasilecola.com/biologia/o-brasil-economia-verde.htm>>. Acesso em 23 de setembro de 2015.

embora a sustentabilidade seja um objetivo de longo prazo, é necessário primeiro que a economia se torne mais verde, e que para isso, é necessário investimento público e privado voltados para as seguintes áreas:

- Melhoria dos processos produtivos;
 - Aumento da eficiência com diminuição no uso dos recursos naturais;
 - Diminuição das emissões de gases do efeito estufa;
 - Transformação de resíduos de um processo em insumos de outros;
 - Proteção dos mananciais, uso responsável da água, universalização do saneamento básico;
 - Ampliação de fontes de energia limpas e renováveis;
 - Recuperação e preservação dos ecossistemas;
 - Atenuar os efeitos da mudança do clima.
- (MORAES. "O Brasil e a economia verde"; Brasil Escola)

Como mencionado, a Economia Verde busca a diminuição da emissão de gases e impulsiona a melhoria dos hábitos da comunidade internacional, entretanto, ela não é um substituto para o desenvolvimento sustentável. Ela torna-se, portanto, mais um braço desta vertente de desenvolvimento, sendo então mais um meio para que se alcance um fim esperado.

Na busca de alcançar estes objetivos propostos pela *Green Economy*, foi criado um documento chamado O Futuro que Queremos (ANEXO B), que além de reafirmar tudo o que ficou decidido nas conferências anteriores, tem como diferencial básico a criação de um fórum ministerial para o desenvolvimento sustentável, que foi integrado ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, com o objetivo de ajudar a implantar o conceito de erradicação da pobreza e de desenvolvimento sustentável até o final de 2015.

De acordo com o documento oficial da conferência, a declaração intitulada “O futuro que queremos” contém cento e vinte e oito tópicos, considerados pressupostos e pequenos acordos firmados entre os países, e inicia-se através da definição do cenário atual, por meio dos Chefes de Estado, na qual eles afirmam que buscariam ‘livrar a humanidade da fome e da miséria, por meio da erradicação de todas as formas de pobreza e da luta por sociedades justas, equitativas e inclusivas em prol da estabilidade econômica e do crescimento para o benefício de todos’⁸. Além disso, os chefes de Estado firmaram um compromisso de fortalecer a estrutura institucional que possibilitasse o desenvolvimento sustentável.

Em seguida, são renovados compromissos políticos, tais como o comprometimento em seguir os princípios estabelecidos na Carta das Nações Unidas, a busca pelo progresso na

⁸Disponível em:

<<http://www.fapesp.br/rio20/media/Nacoes-Unidas-O-Futuro-que-queremos.pdf>>. Acesso em 22 de abril de 2015.

implantação de outros tratados, como a Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Agenda 21, do Programa para o Prosseguimento da Implementação da Agenda 21, a Declaração de Johannesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável e o Plano de Implementação da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável.

Após isso, é feita uma análise quanto aos progressos e regressos advindos da Conferência da Cúpula da Terra, quanto aos quais, os Chefes de Estado chegam à conclusão de que os vinte anos passados desde a conferência da Cúpula da Terra, em 1992, resultaram em progressos e mudanças, tanto em relação ao meio ambiente quanto em áreas diversas, como a erradicação da pobreza e a integração dos povos, ocasionada devido ao avanço da tecnologia.

Ainda no documento oficial da conferência é definido o conceito de Economia Verde, e apontado que, no contexto de desenvolvimento sustentável, esta proposta seria de fundamental importância para o cumprimento dos objetivos-chave do desenvolvimento, tais como a erradicação da pobreza, segurança alimentar, gestão racional da água, acesso universal a serviços modernos de energia, cidades sustentáveis, gestão de oceanos e melhoria da resiliência e resposta contra desastres, bem como de saúde pública, desenvolvimento de recursos humanos e crescimento sustentado, inclusivo, equitativo e gerador de empregos, inclusive para os jovens.

Depois, os chefes de Estados deixam acordado que se faz necessário o intercâmbio entre as nações de instrumentos e experiências, sendo que o sucesso da implementação de técnicas para o desenvolvimento sustentável, e de propostas como a economia verde em alguns países podem tornar-se referencial para que outros países busquem o mesmo sucesso. É criado também um quadro ação, que consiste no conjunto de estratégias diferenciadas e personalizadas de acordo com as necessidades de cada Estado, fazendo assim uma retomada aos princípios da Convenção de Copenhague, que tratava de cada nação como única e singular quanto às suas necessidades.

Além disso, os governantes criam o Quadro Institucional para o Desenvolvimento Sustentável, no qual é retomada a importância do *triple bottom line*, e dos três pilares da sustentabilidade (capital humano, capital natural e crescimento econômico), sendo reconhecido que, sem o fortalecimento destes pilares, torna-se impossível alcançar-se o desenvolvimento sustentável.

São propostos, em seguida, compromissos quanto à Assembleia Geral (AG), que considera o desenvolvimento sustentável como elemento chave para as atividades da ONU; ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC), um mecanismo que a ONU utiliza para

coordenar as ações de suas agências e seus órgãos subsidiários, especialmente das comissões funcionais; à Comissão do Desenvolvimento Sustentável (CDS), considerada a mais alta das comissões na busca do desenvolvimento sustentável, visto que tem por objetivo a melhoria de métodos de trabalho, com fins de promover e coordenar a implementação do desenvolvimento sustentável, incluindo medidas que garantam um comprometimento maior da parte dos Estados; e ao Conselho de Desenvolvimento Sustentável (CDS), ao qual compete considerar questões relativas à integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável.

Depois, os Estados acordam entre si e com o auxílio do PNUMA, que é necessário o fortalecimento da governança ambiental na questão do desenvolvimento sustentável, com o objetivo de equilibrar os pilares da sustentabilidade. Eles destacam que esta governança deve ser fortalecida a nível regional, nacional e local, para que tenha maior eficiência e eficácia.

Após isso, o documento apresenta as questões de áreas prioritárias de acordo com cada setor da sociedade. Quanto à segurança alimentar, é firmado que os investimentos em produção alimentícia e no comércio internacional devem ser intensificados e garantir a nutrição apropriada para todos os povos. Em relação à água, é destacado o direito da água potável e do saneamento, como direitos fundamentais ao ser humano, e são estabelecidas metas para a melhor gestão dos recursos hídricos. A energia recebeu enfoque quanto ao aprimoramento da iniciativa de Energia Sustentável Para Todos, cujo objetivo é oferecer um nível básico mínimo de serviços de energia para todos. As cidades não ficaram de fora, e foi reconhecida a necessidade do planejamento para a construção de cidades sustentáveis.

Empregos verdes e inclusão social também foram uma temática abordada no documento oficial da conferência, com fins de gerar empregos decentes, que visem à erradicação da pobreza. Oceanos, mares, e pequenos Estados em desenvolvimento receberam destaque quanto ao comprometimento com relação à preservação, à conservação, à gestão sustentável e à repartição igualitária dos recursos marinhos e oceânicos. Foi reiterado um apelo quanto à diminuição dos riscos de desastres naturais, e reconhecido que as mudanças climáticas continuam sendo um grande desafio da atualidade. A gestão sustentável das florestas, assim como sua conservação e restauração tiveram reconhecimento como sendo de extrema importância quanto aos assuntos abordados, tanto quanto a busca de alternativas para tornar solos degradados e desertificados em solos férteis e produtivos.

Além disso, os chefes de Estados também concentraram devida atenção com relação aos resíduos e poluentes químicos receberam destaque quanto à sua gestão adequada, e foram retomados assuntos anteriormente discutidos na Convenção da Basileia. O consumo e produção sustentável fazem parte deste pacto global, tanto quanto o compromisso com a

educação, à priori como sendo a condição essencial para o desenvolvimento sustentável e a inclusão social. Este foi outro assunto também abordado, focado na igualdade de gêneros e no reconhecimento do papel da mulher na sociedade contemporânea.

A fim de acompanhar o desenvolvimento destes princípios e medir o progresso rumo ao desenvolvimento sustentável, os Estados concordaram quanto à necessidade de lançar um processo inclusivo, como segue:

- a) um conjunto de Objetivos Globais de Desenvolvimento Sustentável que reflita um tratamento integrado e equilibrado das três dimensões do desenvolvimento sustentável, seja consistente com os princípios da Agenda 21, e sejam de aplicação universal para todos os países, ainda permitindo abordagens diferenciadas entre os países;
- b) um mecanismo para acompanhamento periódico e relatórios sobre os avanços atingidos para sua consecução.⁹

Finalmente, o documento apontou os meios para implementação destes acordos, dados através: do financiamento de recursos de assistência ao desenvolvimento; do reconhecimento quanto à necessidade de fortalecimento das competências tecnológicas e de inovação dos países, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável; da capacitação dos países membros do acordo, a partir do intercâmbio de informações e do comércio internacional, gerido pela Organização Mundial do Comércio (OMC), com fins de estabelecer um sistema de comércio universal, multilateral, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo.

Quanto aos reais resultados desta última conferência, entretanto, pouco ainda há para ser analisado, visto que a mesma ainda é muito recente. Porém, diante das três conferências mundiais, analisando tudo o que foi discutido e as propostas criadas, é possível perceber que houve progresso em relação ao enfoque dado às questões ambientais em busca do desenvolvimento econômico. A atenção voltada para o meio ambiente ao longo dos anos foi proporcionando a criação de propostas inovadoras que rumam ao desenvolvimento sustentável. Além disso, identificando-se quais são as causas de um problema, torna-se mais fácil resolvê-los, e é isso que tem sido feito ao longo destes quarenta anos: tem-se buscado encontrar as causas e os responsáveis pelos problemas ambientais, a fim de encontrar soluções para eles.

⁹Disponível em:

<<http://www.fapesp.br/rio20/media/Nacoes-Unidas-O-Futuro-que-queremos.pdf>>. Acesso em 22 de abril de 2015.

2. RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL, UM NOVO CONCEITO DE GESTÃO.

O presente capítulo aborda o desenvolvimento de políticas de responsabilidade social e de responsabilidade social empresarial; a influência do governo, da sociedade e do mercado para a criação de tais políticas; a análise do ciclo de vida do produto (ACV) e a rotulagem ambiental; e a gestão da qualidade total ambiental (do inglês, *Total Quality Environmental Management*, conhecida como TQEM).

2.1. Gestão Ambiental Empresarial

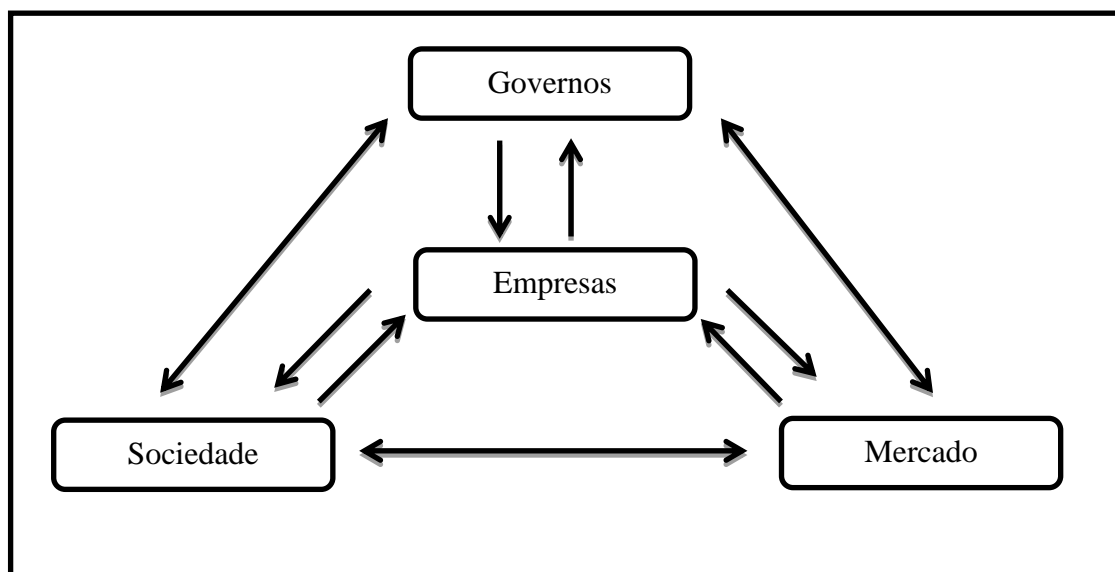
No decorrer das últimas décadas, o enfoque dado à questão ambiental mundial avançou. A temática, antes pouco debatida, pouco a pouco foi ganhando espaço, tanto no vocabulário cotidiano quanto no empresarial, tendo sido abordado, inicialmente, em conferências de porte internacional, que reuniram chefes de Estados para discutirem a respeito dos problemas ambientais mundiais.

De acordo com Barbieri (2007, p.1-2), ‘Os problemas ambientais, por mais variados que sejam, decorrem do uso do meio ambiente como fonte de recursos para a produção da subsistência humana e como recipiente de resíduos da produção e consumo.’ Logo, a busca pela amenização destes problemas ambientais torna-se responsabilidade dos Estados e de suas organizações, o que permite o desenvolvimento de políticas de responsabilidade social e de responsabilidade social empresarial por parte das organizações.

De acordo com a Academia Pearson (2011, p.103), a busca por soluções aos problemas ambientais ou à sua minimização deve ser uma atitude presente no cotidiano dos empresários e administradores, os quais devem ‘considerar o meio ambiente em suas decisões e adotar concepções administrativas e tecnológicas que contribuam para ampliar a capacidade de suporte do planeta’. A Academia ainda afirma que tal atitude raramente é espontânea, visto que os empresários são fortemente pressionados ‘por três grandes conjuntos de forças que interagem entre si: o governo, a sociedade e o mercado’, e que, caso não houvesse essa influência, dificilmente se observaria o envolvimento das empresas em questões de cunho ambiental.

Tal conjunto de forças é exemplificado pela Academia conforme figura 4, a seguir:

Figura 4 – Gestão Ambiental Empresarial – influências



Fonte: Academia Pearson (2011, p. 103).

A Academia (2011, p.104) explica que o governo, por meio da legislação, obriga as organizações a adotarem práticas ambientalmente corretas, sob pena de multa caso as especificações dadas não sejam cumpridas. É cada vez maior o número de organizações que atuam na área ambientalista, e que exercem pressão sobre as demais empresas por meio de denúncias de práticas ambientalmente agressivas. Desta maneira, é crescente o número de aprovações de leis de cunho ambiental.

Segundo a Academia Pearson (2011, p.106), a sociedade exerce pressão para com as empresas devido à conscientização, cada vez maior, do consumidor, que em geral, tem optado por adquirir produtos e serviços de empresas que sejam ecologicamente corretas, estando disposto a dispendir maior valor aquisitivo para o produto devido a enxergar as questões sociais e ambientais como uma forma de agregação de valor aos bens de consumo.

Ainda a Academia Pearson (2011, p.104-105) afirma que o mercado, por sua vez, exerce pressão às organizações ao passo que a questão ambiental não é mais um diferencial competitivo, mas uma obrigação por parte das empresas, visto que, caso uma organização não seja socialmente responsável, esta poderá ser reclusa no mercado, criando assim, barreiras comerciais para a empresa em questão.

Logo, as organizações têm se empenhado pela busca do título de socialmente responsável, ou de empresa sustentável, ainda que saibam que, para isso, necessitarão cumprir alguns pré-requisitos, como apontam os autores da Academia Pearson (2011, p.105) apud Crosbie (1997):

Uma empresa sustentável é aquela que cria valor de longo prazo aos acionistas ou proprietários e contribui para a solução dos problemas ambientais e sociais. Mais especificadamente, os negócios ou empresas sustentáveis são as que:

- satisfazem as necessidades atuais usando recursos de modo sustentável;
- mantêm um equilíbrio em relação ao meio ambiente natural, com base em tecnologias limpas, reuso, reciclagem ou renovação de recursos;
- restauram qualquer dano por eles causado;
- contribuem para solucionar problemas sociais em vez de exacerbá-los;
- geram renda suficiente para se sustentar.

Desta maneira, fica visível que, para que uma empresa seja considerada como social e ambientalmente responsável, ela precisa ir além das suas obrigações civis e legais, e buscar técnicas e mecanismos de gestão que cooperem para que a sustentabilidade seja implantada em seus princípios e valores. Logo, as organizações tendem a adotar abordagens que levem à gestão ambiental empresarial, visto que, dependendo do posicionamento e da atuação da empresa em relação aos problemas ambientais, ela poderá desenvolver três tipos diferentes de abordagens, como aponta a Academia Pearson (2011, p.106): o controle da poluição, a prevenção da poluição e a abordagem estratégica.

A Academia (2011, p.107) define o controle da poluição como a busca pelo desenvolvimento de práticas que impeçam os efeitos da poluição gerados durante os processos produtivos, podendo ser realizado através de ações ambientais reativas das organizações, que muitas vezes se dão pelo simples cumprimento da legislação pertinente ao setor em que a empresa atua, e que tendem a possuir baixo envolvimento da alta administração da empresa, visto que, na maioria das vezes, os empresários e administradores enxergam estas ações como um custo adicional ao seu produto.

No geral, estas ações estão acompanhadas por soluções tecnológicas, que podem ser de duas naturezas: tecnologia de remediação e tecnologia de controle no final do processo (*end-of-pipecontrol*), sobre as quais, autores da Academia Pearson (2011, p.108) afirmam:

A primeira procura resolver um problema ambiental que já ocorreu, como as tecnologias desenvolvidas para descontaminar o solo degradado por algum tipo de poluente ou recuperar o petróleo derramado no mar e limpar as praias. As tecnologias *end-of-pipe* objetivam capturar e tratar a poluição resultante de um processo de produção antes que seja lançado no meio ambiente.

Desta forma, pode-se observar que o controle da poluição atua por meio de duas diferentes maneiras, sendo que, cada uma delas, coopera de modo positivo para o meio ambiente. Isto não significa, porém, que esta seja a abordagem de gestão ambiental empresarial mais eficiente, como apontam os autores da Academia Pearson (2011, p.109):

Do ponto de vista ambiental, as soluções voltadas exclusivamente para o controle da poluição são fundamentais, mas insuficientes. Sem esse controle a humanidade e a maioria dos outros seres vivos teriam perecido, pois se os poluentes captados e tratados tivessem sido lançados no meio ambiente pelas fontes geradoras, a capacidade de assimilação da Terra teria sido ultrapassada em muito, dada a quantidade e a toxicidade desses poluentes. Insuficiente porque são voltados apenas para um lado do problema: a poluição. Suas contribuições para economizar recursos são indiretas.

Outra abordagem pontuada pela Academia Pearson (2011, p.109-111) é com relação à prevenção da poluição. Enquanto a primeira abordagem busca remediar os problemas ambientais já causados, esta abordagem busca preveni-los, através de mudanças em processos e produtos que visem a redução ou eliminação de rejeitos na fonte, ou seja, esta abordagem previne que resíduos poluentes sejam descartados na natureza, uma vez que o seu objetivo é que eles sejam eliminados ou minimizados.

Desta forma, a Academia (2011, p.107) afirma que há um maior envolvimento por parte da alta administração das empresas, visto que os empresários e administradores enxergam tal abordagem como um meio para redução de custo e aumento de produtividade, uma vez que há enfoque no uso eficiente dos insumos e na redução de poluentes, o que significa dizer que os recursos naturais serão poupados, sem reduzir, entretanto, a produção de bens e serviços.

Para tanto, há duas preocupações básicas ambientais das organizações, sendo elas: o uso sustentável dos recursos e o controle da poluição. A respeito delas, os autores da Academia Pearson (2011, p.110) afirmam que as práticas relativas ao uso sustentável dos recursos envolvem ações como ‘a redução da poluição na fonte, a reutilização, reciclagem e recuperação energética’. Segundo a Academia (2011), ‘reduzir significa diminuir o peso ou o volume de resíduos gerados, bem como modificar suas características’. Ou seja, a redução da poluição deve ser a primeira opção das empresas, visto que, caso seja feita de maneira correta, elimina a necessidade das demais práticas relativas ao uso sustentável dos recursos ambientais. A Academia (2011) ainda afirma que ‘reusar internamente significa usar os resíduos da mesma forma em que foram produzidos no próprio estabelecimento que os gerou’. Ou seja, consiste em uma forma de reciclagem interna, visto que, caso o recurso não possa ser novamente integrado ao processo produtivo, poderá ser utilizado de diversas outras maneiras, como acontece com empresas que possuem estação de tratamento da água, e que reutilizam a água em seus banheiros ou para lavagem de equipamentos, por exemplo. Finalmente, a Academia (2011) explica que, ‘como nem todo resíduo pode ser reusado ou reciclado, interna ou externamente, uma terceira alternativa é o reaproveitamento do seu

poder calorífico para geração de energia'. Tal prática consiste na recuperação de resíduos como fonte de matérias primas, normalmente orgânicas, como acontece com papéis, papelões, e pallets contaminados, que são reprocessados e tornam-se fonte de energia primária novamente.

Finalmente, a Academia Pearson (2011, p.113-117) aponta a terceira abordagem de gestão ambiental empresarial como sendo a abordagem estratégica. Esta provavelmente seja a mais utilizada nos dias de hoje, uma vez que utiliza da questão ambiental como forma de competitividade no mercado, com ações reativas e proativas, que buscarão corrigir, prevenir e antecipar problemas ambientais, através do uso de tecnologias limpas, o que traz às organizações possíveis vantagens competitivas, fato que, conseqüentemente, acarreta um maior envolvimento da alta administração da empresa.

De acordo com os autores da Academia Pearson (2011, p.113):

Os problemas ambientais são tratados como uma das questões estratégicas da empresa e, portanto, relacionadas à busca de uma situação vantajosa no seu negócio atual ou futuro. Além das práticas de controle e prevenção da poluição, a empresa procura aproveitar oportunidades mercadológicas e neutralizar ameaças decorrentes de questões ambientais existentes ou que possam ocorrer no futuro.

Em outras palavras, esta modalidade de gestão empresarial ambiental une as demais abordagens, relacionando o controle da poluição e a prevenção da poluição, e analisando o cenário atual da organização, a partir do qual, cria estratégias competitivas, buscando antever possíveis problemas e, assim, se destacar no mercado pela pró-atividade de cunho ambiental.

Ou seja, esta abordagem tem um diferencial em relação às outras pelo fato de conseguir melhorar a imagem da organização perante o mercado, a sociedade e o governo, visto que as ações por ela praticadas não se restringem unicamente àquelas previstas em leis pertinentes ao setor de atuação. Logo, esta abordagem de gestão se torna bastante benéfica para a organização, como mostra North (1997, p.204):

A gestão ambiental pode proporcionar os seguintes benefícios estratégicos:

- a) a melhoria da imagem institucional;
- b) renovação do portfólio de produtos;
- c) produtividade aumentada;
- d) maior comprometimento dos funcionários e melhores relações de trabalho;
- e) criatividade e abertura para novos desafios;
- f) melhores relações com autoridades públicas, comunidades e grupos ambientalistas ativistas;
- g) acesso assegurado aos mercados externos; e
- h) maior facilidade para cumprir os padrões ambientais.

Assim sendo, a Academia (2011) explica que a abordagem estratégica é sinônimo da busca por ações sistematicamente planejadas sobre a temática meio ambiente e problemas ambientais, que se dá através do planejamento estratégico da empresa, a qual poderá criar a necessidade de renovação de portfólio de produtos e que, conseqüentemente, aumentará a produtividade da organização, assim envolvendo um maior número de colaboradores, o que, conseqüentemente, acarretará em novos desafios a serem enfrentados. Desta maneira, a imagem da empresa será mais bem valorizada, o que lhe assegurará maior acesso aos mercados e quebra de barreiras comerciais, assim possibilitando que os padrões ambientais sejam melhores cumpridos, criando assim uma estrutura de cadeia, na qual sempre será vantajoso, tanto para organizações quanto para seus *stakeholders*, que elas invistam em tecnologias e ações ambientalmente corretas.

É claro que, em meio a um cenário tão promissor de valorização da imagem da empresa social e ambientalmente responsiva, há de haver possíveis organizações que se apropriarão do discurso ambiental, sem, de fato, oferecerem contribuições significativas para o meio ambiente e a natureza. A esta prática, dá-se o nome de lavagem verde ou maquiagem verde. Sobre tal assunto, os autores da Academia Pearson (2011, p.116) mensuram:

Constitui lavagem verde qualquer prática deliberada para esconder os impactos ambientais adversos mediante ações paliativas que geram uma imagem falsa da empresa quanto ao seu real envolvimento com as questões ambientais. [...] O que caracteriza a lavagem verde é a intenção deliberada de cuidar mais da imagem da empresa que do meio ambiente.

Desta forma, governo, mercado e sociedade devem-se manter atentos quanto às práticas e políticas de gestão ambiental empresarial apresentadas pelas organizações, e continuar exercendo pressão sobre as empresas, de modo que possam averiguar quando elas estão, de fato, se empenhando na busca por melhorias organizacionais que culminem na preservação ambiental e no desenvolvimento sustentável.

2.2. Responsabilidade Social Empresarial.

Responsabilidade Social, de acordo com o Dicionário de Ciências Sociais (Birou, 1976, p.361), corresponde àquela responsabilidade de quem é chamado para responder por seus atos diante da sociedade ou da opinião pública. Ou seja, é um meio de prestação de contas, que, quando não executado por livre e espontânea vontade, acaba sendo impedido por alguma força externa.

Como já apontado anteriormente, o homem faz parte do meio. Porém, parafraseando Albert Schweitzer, ele tornou-se perigoso para a natureza, visto que aprendeu a dominá-la antes de aprender a dominar a si mesmo, de modo que passou a usufruir o meio ambiente de maneira desenfreada, utilizando-o como fonte de recursos para sua subsistência, causando assim os mais variados problemas ambientais. Logo, a prestação de contas do homem em relação ao meio ambiente, torna-se necessária.

Sendo assim, foi desenvolvida recentemente uma política de gestão empresarial intitulada Responsabilidade Social Empresarial, que de acordo com Costa (2007), consiste no ‘comprometimento e compromisso de uma organização para com a sociedade’¹⁰ na qual está inserida, a partir da prestação de contas da organização para com seus *stakeholders*. É uma política que não substitui o desenvolvimento sustentável, mas que busca meios para alcançá-lo.

Ambos, desenvolvimento sustentável e gestão de responsabilidade social empresarial, caminham juntos. Para alcançar-se o primeiro, faz-se necessário o reconhecimento de que os recursos naturais são finitos, e a partir daí, o planejamento das organizações em suas ações, para que tenham o menor impacto possível para o meio ambiente, porém que ofereçam produtos e serviços de qualidade e a preços competitivos. Cabe então, à alta administração das empresas, a criação de políticas internas que tenham impacto positivo externo.

Dessa maneira, a política de responsabilidade social empresarial atua de forma bilateral, como apontam Hanashiro, Zaccarelli, Teixeira e Godoy (2007, p. 90):

A responsabilidade social empresarial diz respeito a mudanças intencionais responsáveis promovidas no ambiente físico e social.

As organizações possuem duas orientações quanto à mudança social planejada: uma externa, que diz respeito a promover novos comportamentos em públicos-alvo externos à organização, e outra interna, que diz respeito ao público interno.

A responsabilidade social das organizações refere-se, portanto, à influência que exerce em relação ao seu ambiente social interno, tanto quanto externo.

Hanashiro, Zaccarelli, Teixeira e Godoy (2007, p.90-98) afirmam que, em relação ao ambiente interno, a responsabilidade social empresarial está intimamente ligada ao relacionamento entre gestores e colaboradores, tanto quanto às políticas de recursos humanos da empresa. Ela prevê que o relacionamento entre líder e liderado preserve a integridade de ambos, evitando assim possíveis assédios morais. Também busca o equilíbrio entre trabalho e

¹⁰COSTA, Carlos Eduardo Da. Responsabilidade Social Empresarial. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/responsabilidade-social-empresarial/14182/>>. Acesso em 02 de junho de 2014.

vida pessoal, deixando claro aos funcionários que é necessário um balanceamento entre ambos, visando assim à neutralização de qualquer fator que leve à sobrecarga do colaborador.

Além disso, segundo Hanashiro, Zaccarelli, Teixeira e Godoy (2007), a responsabilidade social empresarial assegura que as políticas utilizadas tanto na contratação quanto na redução do quadro de funcionários sejam íntegras, sendo que as práticas de contratação possibilitem que todos os segmentos da sociedade estejam inseridos no mercado de trabalho, enquanto as demissões sejam planejadas e executadas cuidadosamente, incluindo ações antes, durante e depois do processo de demissão, visto que este causa grande impacto social na vida do indivíduo. Por fim, a responsabilidade social empresarial voltada para o público interno da organização visa à saúde, segurança e bem-estar no trabalho, tendo como fundamento que estes são fenômenos que estão inter-relacionados e que, conseqüentemente, podem afetar tanto o colaborador quanto a organização.

Já em relação ao ambiente externo, Hanashiro, Zaccarelli, Teixeira e Godoy (2007, p. 98-104) afirmam que a responsabilidade social empresarial relaciona a gestão responsável da cadeia logística, da cadeia produtiva e do meio ambiente. Ela compreende que as organizações, em sua cadeia logística, formam uma teia interligada, como uma rede, na qual cada elemento tem grande influência sobre o todo. Dessa maneira, o relacionamento com fornecedores e consumidores pode ser influenciado devido a práticas da empresa. Segundo Hanashiro, Zaccarelli, Teixeira e Godoy (2007, p. 98) apud Instituto Ethos:

Sobre as práticas de responsabilidade social na seleção e parceria com fornecedores, três são as iniciativas relatadas: os esforços para a erradicação do trabalho infantil, a busca por garantias de cumprimento de legislação trabalhista em relação aos trabalhadores terceirizados e o apoio ao desenvolvimento dos fornecedores, seja por meio de treinamentos, seja por meio de promoção de atividades em conjunto.

É possível observar que, de acordo com a responsabilidade social empresarial, cada organização deve seguir critérios rígidos quanto à escolha de seus fornecedores, sendo que, caso o fornecedor não cumpra os pré-requisitos estabelecidos pela empresa, esta tem liberdade para não firmar acordos comerciais com a os fornecedores em questão. Tal política de contratação de fornecedores torna-se então uma pressão para que cada fornecedor busque se adequar às práticas exigidas pela empresa contratante.

Também é verdade que o relacionamento com os consumidores tem sido influenciado pelas políticas de responsabilidade social empresarial. O consumidor tem se tornado mais consciente e criterioso quanto à escolha dos produtos e serviços adquiridos, de modo que, em algumas situações, tem optado por deixar de comprar um produto como modo

de punir a empresa que não tem políticas de responsabilidade social empresarial. É o que pôde ser observado em pesquisa realizada pelo Instituto Akatu, em 2004, sobre a qual Hanashiro, Zaccarelli, Teixeira e Godoy (2007, p. 98-99) afirmaram:

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Akatu, em 2004, sobre a atuação social das empresas e a percepção do consumidor, indicou que 42% dos consumidores denominados conscientes deixam de comprar algum produto como forma de punir a empresa e 28% fazem compras tendo como critério a atuação ambiental e ações sociais e 44% esperam que as empresas ajudem a construir uma sociedade melhor para todos, estabelecendo padrões éticos e indo além do que é determinado por lei. Da mesma forma, esses consumidores declararam que estavam dispostos a pagar mais caro por produtos provenientes de empresas que realizem projetos voltados ao meio ambiente (82%) e que destinem parte do lucro a obras sociais (72%).

Como exposto, a visão do consumidor tem sido modificada ao longo do tempo, e hoje, a questão ambiental e social da empresa são sinônimos de que aquela organização é responsável e que, conseqüentemente, é uma melhor opção para o consumo de seus produtos e serviços. É bem verdade que este ainda não é um comportamento da massa geral de consumidores, entretanto, como observado no estudo realizado pelo Instituto Akatu, o consumidor tem, aos poucos, assumido uma posição de consumo consciente.

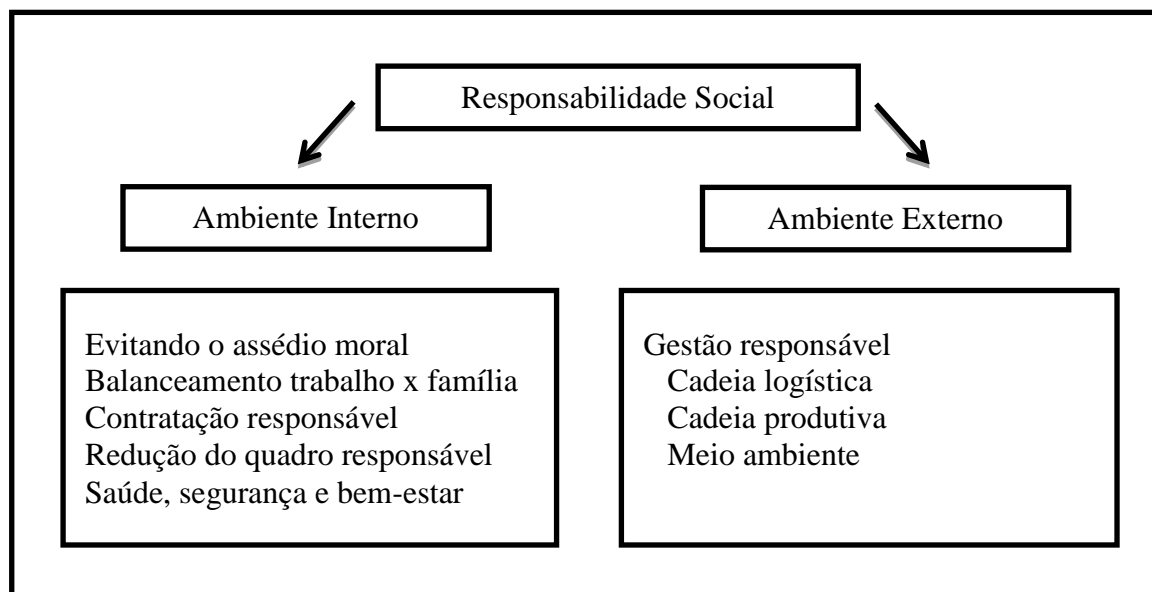
Hanashiro, Zaccarelli, Teixeira e Godoy (2007, p.99) destacam ainda que a gestão do meio ambiente é outro fator que tem extrema importância na relação das organizações para com seu ambiente externo, visto que pode proporcionar à sociedade a conscientização de que os recursos naturais são finitos, e que sua exploração em demasia pode influenciar negativamente as gerações futuras devido aos impactos que podem ser causados. Dessa maneira, a pressão para que as organizações se tornem responsáveis ambientalmente tem crescido, e de acordo com Hanashiro, Zaccarelli, Teixeira e Godoy (2007, p. 99) apud Maimon (1994):

As empresas reagem às pressões para interagir com o meio ambiente de forma responsável:

- adaptando-se às exigências legais de mercado, mas sem modificar a estrutura produtiva ou os produtos;
- adaptando-se às exigências legais de mercado e modificando a estrutura produtiva e/ou produtos;
- adotando comportamentos proativos, antecipando-se a possíveis problemas ambientais futuros.

A respeito desta influência da responsabilidade social empresarial nas organizações, tanto com relação ao ambiente interno, quanto ao externo, Hanashiro, Zaccarelli, Teixeira e Godoy (2007, p.90) exemplificam na figura 5, como segue:

Figura 5 – Responsabilidade Social



Fonte: Teixeira e Zaccarelli (2007, p.90). Adaptada.

Logo, subentende-se que, sejam coagidas pelo Estado ou por iniciativas próprias, as organizações, cada vez mais, tendem a adotar políticas ambientalmente corretas, visto que, caso não o façam, podem estar denegrindo sua própria imagem no mercado. Desta maneira, cada vez mais as empresas têm adotado princípios que têm o meio ambiente como um valor estratégico, como apontado por Sanches (2000, p.79):

Uma responsabilidade ambiental por processos e produtos eu envolve um relacionamento diferente, compartilhado com fornecedores e consumidores, no que se refere à prevenção de poluição, à minimização dos resíduos e à proteção dos recursos naturais. A essa responsabilidade, adicionam-se outras, por questões ambientais mais difusas, como o bem-estar dos trabalhadores, da comunidade e de gerações futuras. Isso obriga as empresas industriais a usarem horizontes de longo prazo e visões mais amplas em seus processos de desenvolvimento de produtos e análise de desempenho. Com isso, reque-se um novo conjunto de valores, incluindo políticas e metas que incorporem a dimensão ambiental na organização.

Quanto às políticas ambientalmente corretas e às principais abordagens das organizações para o desenvolvimento sustentável, é possível citar ações como a reciclagem (associada à coleta seletiva), o tratamento de efluentes, a destinação final adequada dos resíduos, o uso racional da água e do solo, a manutenção e preservação dos ecossistemas, o controle das emissões gasosas, o uso racional da energia e da matéria com ênfase à conservação, a reciclagem e reuso dos materiais e o controle da poluição.

2.3. Rotulagem ambiental e ciclo de vida do produto.

Como já exposto, as organizações tem buscado implementar em suas políticas de valores, a questão ambiental, seja pela consciência própria de seu impacto sobre o meio ambiente, ou pela pressão exercida por parte do Estado e da sociedade para que as empresas sejam ecologicamente corretas.

Desta maneira, e de acordo com a Academia Pearson (2011, p.134-135), a preocupação e obrigação das organizações pela busca de negócios sustentáveis deu espaço para a criação de uma nova estratégia de mercado chamada de marketing verde, que consiste basicamente na exposição, por parte da empresa, de suas práticas de negócios e ações ambientalmente corretas, e que podem ser mensuradas pelos chamados rótulos verdes. Isso significa dizer que foi criada uma maneira de prestação de contas que as organizações têm para com os consumidores, sobre as suas características ambientais em seus produtos e serviços oferecidos.

Segundo a Academia Pearson, (2011, p.135), tal estratégia de mercado foi idealizada devido à percepção, por parte das organizações, de que os consumidores têm tornado-se conscientes ambientalmente, que têm preferência pelo consumo de produtos e serviços que não agridam ao meio ambiente, e que causem o menor impacto possível sobre ele, de modo que estão dispostos a pagar mais caro por um produto ou serviço, desde que este seja ecologicamente correto. Ou seja, houve a criação de valor, por parte dos consumidores, a respeito das práticas e políticas ambientalmente corretas, e as organizações tiveram que se adaptar, criando assim os rótulos ambientais.

De acordo com Andrade e Thabet (2014) apud Tomé (2008), os rótulos ambientais, também chamados de selos verdes ou ecoetiquetas, ‘são uma forma de comunicação visual para mostrar ao mundo e para seus principais consumidores que a empresa participa de ações sustentáveis e conseqüentemente suas marcas estão também aderindo a essas atitudes’. Desta maneira, são uma maneira de prestação de contas a respeito das características dos produtos ou serviços oferecidos pelas organizações, cujo objetivo principal é informar ao consumidor sobre as características benéficas ao meio ambiente que aquele produto ou serviço pode oferecer.

Conta a Academia Pearson (2011, p. 135-136) que tais rótulos têm reconhecimento internacional, sendo que devem se enquadrar nas normas ISO, que é a Organização Internacional de Normalização, do inglês, *International Organization for Standardization*. Para isso, devem conter, obrigatoriamente, informações que sejam verificáveis, relevantes e

verdadeiras, sendo que, existem três tipos de programas de rotulagem, são eles: programas de primeira parte, programas de segunda parte e programas de terceira parte.

A Academia (2011, p;136) aponta que os programas de primeira parte, também conhecidos como rótulos tipo I, são regulamentados pela ISO 14024. Este rótulo ambiental é gerenciado por alguma instituição que se beneficiará da rotulagem, ou seja, por alguma organização que esteja presente no ciclo de vida do produto ou serviço, seja ela a empresa de produção, de transporte ou de comercialização do produto ou serviço. Rótulos desta categoria também podem ser chamados de auto declarações, visto que é a própria empresa que está de auto declarando socialmente responsável.

Ainda a Academia (2011, p.136) pontua que, por outro lado, os programas de segunda parte, chamados de rótulos tipo II, são regulamentados pela ISO 14021. Diferentemente do rótulo tipo I, este rótulo ambiental não é concedido por nenhuma instituição que esteja diretamente ligada ao ciclo de vida do produto. Normalmente, o órgão emissor do selo é uma associação comercial que busque divulgar o crescimento e desempenho ecológico do setor. Desta maneira, este rótulo também pode ser considerado uma auto declaração, visto que beneficiará o setor que está se auto declarando socialmente responsável.

Finalmente, com relação aos rótulos de terceira parte, a Academia Pearson (2011, p.137) afirma que conhecidos como rótulos tipo III, são regulamentados pela ISO 14025. Estes podem ser considerados os rótulos de maior importância ou credibilidade, visto que o órgão emissor, em nada se beneficiará com a concessão do rótulo, uma vez que geralmente os certificadores são organizações não governamentais ou civis, cujo objetivo é transmitir clareza aos consumidores, divulgando os dados ambientais do produto ou serviço, inclusive a respeito de seu ciclo de vida.

De acordo com a Academia (2011, p.139-140), um dos rótulos verdes de maior prestígio mundial é o chamado selo do *Forest Stewardship Council* (FSC). É mundialmente conhecido e respeitado devido às exigências que as empresas devem cumprir para que possam obter esta certificação. São elas: o uso de técnicas ecologicamente corretas, que exigem que a extração dos recursos deva respeitar o ritmo de renovação das florestas (considerando que os recursos são finitos, e que têm tempos diferentes para serem renovados); a justiça social, que exige que a empresa cumpra com as leis trabalhistas, que pague salários dignos e que garanta a segurança no trabalho; e a viabilidade econômica, que garante que as organizações que possuam o selo FSC se tornem mais competitivas no mercado e que, conseqüentemente, atraiam novos clientes e investidores. A respeito desta certificação, autores da Academia Pearson (2011, p.140) afirmam:

Presente em mais de 75 países e em todos os continentes, o conselho de manejo florestal FSC movimenta cerca de 5 bilhões de dólares anualmente. E seus objetivos são do tamanho dos seus negócios: promover em todo o mundo a sustentabilidade nas florestas. Em outras palavras, o FSC pretende nortear o aproveitamento dos recursos florestais, impedindo o seu esgotamento e garantindo a continuidade dos empreendimentos.

Outro meio de prestação de contas e importante ferramenta de gestão utilizada pelas empresas é a análise do ciclo de vida (ACV) do produto. Ela é de extrema importância, pois contempla todas as etapas, tanto antes, durante a após a cadeia produtiva de um produto ou serviço, como exposto por Barbieri (2007, p.164):

A ACV também é conhecida pela expressão *do berço ao túmulo* (*cradle to grave*), berço indicando o nascedouro dos insumos primários mediante a extração de recursos naturais e túmulo, o destino final dos resíduos que não serão reusados ou reciclados. Esse tipo de ciclo não se confunde com o ciclo mercadológico, pelo qual um dado produto, à semelhança de um ser vivo, segue um ciclo desde a sua introdução no mercado (nascimento) até a sua retirada do mercado (morte), passando por crescimento da demanda, maturidade e declínio.

Esta análise compreende todas as etapas dos bens de consumo, desde a extração da matéria-prima, a transformação da matéria-prima em mercadoria, o transporte, o consumo e o descarte do produto, sendo que, através desta análise torna-se possível calcular o impacto ambiental que a fabricação daquele bem de consumo causa na natureza.

Segundo a Academia Pearson (2011, p. 142), a primeira etapa a ser analisada é a extração da matéria-prima, considerando que esta deve ser de maneira consciente e não abusiva, visto que os recursos coletados são finitos, logo, e não podem ser extraídos em demasia. Em seguida, está a etapa de transformação da matéria prima em bens de consumo, a qual deve ser minuciosamente analisada, uma vez que tende a ser a responsável pela liberação de substâncias tóxicas no meio ambiente, tais como o dióxido de carbono ou efluentes industriais líquidos que podem contaminar tanto o solo quanto os rios. Nesta etapa também é analisada a embalagem do produto, dando preferência a embalagens recicláveis ou biodegradáveis.

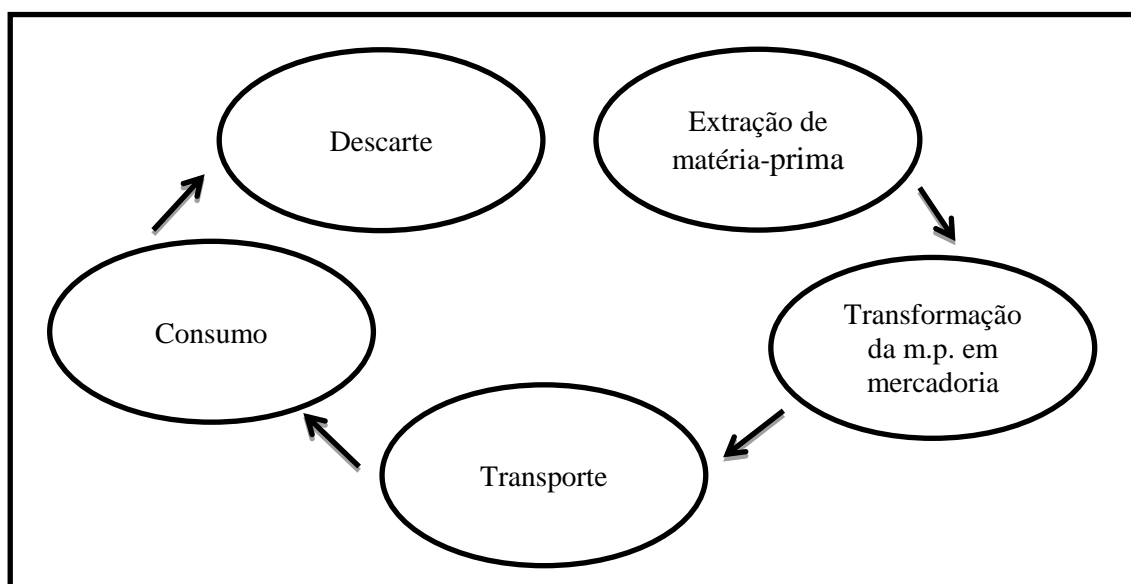
Ainda a Academia (2011, p.143) pontua que a próxima etapa diz respeito ao transporte do produto, a qual analisa aspectos como a queima de combustível gerada a partir do transporte. Depois de transportado, o produto chega à quarta etapa do seu ciclo de vida, o consumo. Este deve ser consciente, e gerar baixo impacto sobre o meio ambiente. Um exemplo que tem sido bastante difundido atualmente diz respeito aos eletrodomésticos que

apresentam qual o consumo energético que possuem, assim possibilitando ao consumidor adquirir produtos que tenham baixo consumo, e conseqüente baixo impacto ambiental.

Finalmente, e de acordo com a Academia (2011, p. 143), a última etapa no ciclo de vida do produto diz respeito ao seu descarte, de modo que, para ser considerado um produto ecologicamente correto, este deve apresentar um destino ecológico pós-utilização, sendo que, existem três modalidades de reaproveitamento de produtos, sendo elas: o reuso, a reciclagem e a revalorização.

A respeito desta análise do ciclo de vida do produto, a Academia Pearson (2011, p.142) criou o seguinte modelo, visto na figura 6, que exemplifica como se dá o funcionamento do ciclo.

Figura 6 – Análise do Ciclo de Vida do Produto



Fonte: Academia Pearson (2011, p.142). Adaptada.

Segundo a Academia Pearson (2011, p.143-144) afirma que o reuso é considerado o destino mais benéfico dos produtos, uma vez que não exige uma nova cadeia produtiva, pois consiste apenas em encontrar uma nova utilidade para um material que seria descartado, evitando assim a retirada de insumos da natureza; é o caso, por exemplo, das empresas que utilizam a água da produção para esfriar seus equipamentos ou na descarga de vasos sanitário. Também existe a reciclagem, que consiste em utilizar um produto como matéria-prima de novo na cadeia produtiva, como é o caso do papel reciclado. Além disso, a revalorização consiste na utilização das sobras de um processo industrial como insumo para outra atividade

econômica, como é o caso do lixo orgânico, bastante utilizado atualmente como forma de combustível alternativo.

Como explica a Academia Pearson (2011, p.145-146), assim como a rotulagem ambiental, a análise do ciclo de vida do produto também é regulamentada pelas normas ISO, sendo que, de acordo com a ISO 14040, a ACV deve passar por quatro etapas de análise: a definição dos objetivos e âmbitos (na qual é descrito o produto ou serviço e é identificado o impacto a ser analisado); a análise do inventário (em que é quantificado o consumo de água, energia e matéria-prima, além de ser medida a emissão de resíduos e efluentes industriais); a análise do impacto (cujo objetivo é verificar quais efeitos a cadeia produtiva gerou no meio ambiente) e a interpretação dos resultados (que averigua todas as etapas anteriores e busca novas alternativas para o ciclo de vida do produto).

É possível verificar que a tomada de consciência, por parte das organizações, influenciadas pelo Estado e pela sociedade em relação ao meio ambiente, tem sido cada vez mais crescente, o que coopera para a criação da responsabilidade social empresarial, medida muitas vezes através de rótulos ambientais. Porém, vale destacar o que Roddick (2002, p.62) afirma sobre o assunto:

Independentemente de um rótulo “socialmente responsável”, “socialmente consciente”, ou “socialmente reflexivo”, o que nos importe é mostrar que as empresas devem se transformar em força voltada para uma mudança social positiva.

Dessa maneira, fica claro que, embora o título de socialmente responsável seja muito importante para as organizações, estas devem se concentrar não na boa imagem que estarão construindo ao adotarem políticas de responsabilidade social empresarial, mas no impacto positivo que estarão causando à sociedade em que estão inseridas, que à priori, é o objetivo primordial da responsabilidade social empresarial.

2.4. Administração da Qualidade Ambiental Total (TQEM).

Como já apresentado, devido à pressão exercida por meio do governo, do mercado e da sociedade, as organizações têm se empenhado cada vez mais pelo desenvolvimento e implementação de políticas de gestão ambiental em seus princípios, valores e práticas na cadeia produtiva de bens de consumo. Para tanto, têm sido desenvolvidos diversos modelos de gestão ambiental que são utilizados como meios para se alcançar um fim desejado: a

melhoria contínua das empresas em relação à questão ambiental e ao desenvolvimento sustentável.

Dentre os mais variados modelos, destaca-se um em especial, conhecido como modelo de Administração da Qualidade Ambiental Total, do inglês, *Total Quality Environmental Management*, ou como é conhecido, TQEM. Como aponta a Academia Pearson (2011, p.-119-121), ele é uma forma aprimorada do TQM (*Total Quality Management*), que é o modelo de Administração da Qualidade Total. Enquanto o TQM propunha a integração entre todos os integrantes da organização com o objetivo de obter-se qualidade total e não apenas atender, mas superar, as expectativas dos clientes, o TQEM mantém estes objetivos estando mais voltado para as questões ambientais que envolvem a cadeia produtiva. A respeito disso, autores da Academia (2011, p.119-121) afirmam:

O *Total Quality Environmental Management* (TQEM) é uma ampliação do modelo de Administração da Qualidade Total (TQM: do inglês *Total Quality Management*). O TQM pode ser entendido como uma concepção de administração que envolve todos os integrantes da organização e seus fornecedores em um esforço contínuo para produzir e comercializar bens e serviços que atendam às expectativas de seus clientes ou usuários. [...] O TQEM é o conhecido TQM preocupado com as questões ambientais. [...] Ambos, portanto, consideram que o atendimento das expectativas dos clientes é a base do sucesso empresarial. Se a qualidade no TQM é definida como a produção de bens e serviços que atendam ou superem as expectativas dos clientes, a qualidade ambiental no TQEM é a superação das expectativas dos clientes internos e externos em termos ambientais. Se *defeito zero* é uma meta do TQM, *poluição zero* é uma meta do TQEM. A eliminação de desperdício é um conceito central do TQM e TQEM, mas este amplia o entendimento de desperdício para incluir tudo que possa causar problemas ambientais.

Desta maneira, fica claro que o TQEM é um modelo de gestão ambiental que busca englobar todos os *stakeholders* da organização, e empenhar todos os esforços da empresa para atender as expectativas dos clientes com bens de consumo e serviços de qualidade que tenham sido produzidos com baixo impacto sobre o meio ambiente, e com um mínimo de problemas ambientais causados durante a cadeia produtiva.

Para tanto, o TQEM necessita utilizar de diversas ferramentas de gestão de qualidade em todas as áreas da organização, para assim assegurar a qualidade total em todas as operações. Ainda de acordo com a Academia Pearson (2011, p.122), uma destas ferramentas é o chamado ciclo PDCA, do inglês, *Plan-Do-Check-Act*, que se resume a um ciclo que interliga o planejamento, organização, checagem e ação. Nele, devem ser estabelecidos objetivos e metas, além da programação das ações (*Plan*, ou planejar). A partir daí, é feita a

organização e treinamento de pessoas, com fins de implementação de ações e propostas (*Do*, ou fazer). Em seguida, é feito o monitoramento e a medição dos resultados obtidos, podendo haver a correção de ações quando necessário (*Check*, ou checar). Finalmente, as ações são executadas para a melhoria contínua do processo (*Act*, ou agir), formando assim um ciclo no qual, todas as vezes em que um padrão pré-estabelecido é alcançado, cria-se um novo padrão que venha a superar o anterior.

Para que seja estabelecido um padrão de qualidade é necessário que as políticas e ações implantadas pelas empresas, sejam tão voltadas para a eliminação dos riscos para o meio ambiente, quanto aos custos que cada ação implicará para a organização. Deste modo, o TQEM tem de identificar quais são os custos ambientais que cada ação desencadeará. De acordo com autores da Academia Pearson (2011) apud Feigenbaum (1987), ‘os custos de qualidade são classificados em quatro categorias: custos de prevenção, custos de avaliação, custos de falhas internas e custos de falhas externas’.

Nesta concepção, e segundo a Academia Pearson (2011, p.123), custos de prevenção e custos de avaliação seriam aqueles cujas atividades visam evitar problemas de qualidade. Enquanto os custos de prevenção objetivam evitar problemas ambientais futuros, os custos de avaliação buscam averiguar como tem sido a postura da organização quanto aos seus deveres legais e ao cumprimento das leis pertinentes ao setor.

Os autores da Academia (2011, p.123) apontam ainda que os custos de falhas internas e custos de falhas externas visam evitar os problemas causados pela ausência da qualidade, ou seja, reparar impactos ambientais que tenham sido causados e produzidos no ambiente interno ou externo da empresa. Em outras palavras, estes são custos ligados à remediação de problemas que já foram causados devido à falta de qualidade ambiental da organização.

Desta forma, por meio de uma análise mais profunda da alta administração das empresas, é possível constatar que a gestão e administração da qualidade ambiental total são tanto benéficas para a empresa quanto para seus *stakeholders*, ou seja, todo o público envolvido em qualquer etapa da cadeia produtiva da organização. Assim sendo, é cada vez maior o número de empresas que buscam se adequar e adaptar a padrões e políticas de qualidade e gestão social e ambiental.

É claro que estes padrões normalmente não são aderidos devido à livre e espontânea vontade das organizações, mas em decorrência da pressão exercida por parte do mercado, do governo e da sociedade. É o que revelou um estudo realizado no Rio Janeiro por Medeiros

(2004, p. 8-9), no qual, 337 indústrias do Rio foram analisadas, e sobre as quais, o autor afirmou:

O Estado é um elemento fundamental no processo de legislação ambiental... Porém, há um número significativo de casos de empresas que realiza ações ambientais visando a construir uma imagem no mercado... ações ambientais visando a redução de custos, ainda é uma minoria.

Como pode ser percebido, muito embora a questão social ambiental seja benéfica para as organizações, em decorrência tanto da imagem da empresa quanto da diminuição de custos de produção, muitas organizações ainda têm dificuldade em implantar políticas ambientalmente corretas, e quando o fazem, em sua maioria, é devido às forças externas que as pressionam para tal. Segundo Hanashiro, Zaccarelli, Teixeira e Godoy (2007) apud Oliveira (2003), ficou constatado que as principais dificuldades das empresas para investirem em programas ambientais são ‘a falta de informação, o custo elevado dos equipamentos, a falta de fontes de financiamento, a regulamentação ambiental mudando com frequência, o custo elevado de mão-de-obra, entre outras’. Isto porque, o custo para a implantação de equipamentos menos agressivos ao meio ambiente é alto, apenas após a implantação deles é que a empresa passará a ter uma diminuição no custo produtivo, o que muitos administradores consideram como um custo-benefício pouco atrativo.

Ainda sobre o assunto, Hanashiro, Zaccarelli, Teixeira e Godoy (2007, p.101) afirmam:

As forças externas, contingenciais e contextuais são os principais determinantes da adoção de estratégias ambientais [...]. Esses fatos, no entanto, não tiram o valor dos esforços que as empresas brasileiras vêm desenvolvendo no sentido de praticar uma gestão ambiental socialmente responsável.

Logo, vale destacar que o empenho das organizações que buscam a implantação de práticas de gestão ambiental socialmente responsável tem recebido prestígio mundial, e colocado o Brasil em posição de destaque internacional no quesito sustentabilidade, como apontam os autores da Academia Pearson (2011, p.134):

Apesar da persistência de muitos problemas ambientais, o Brasil caminha a passos firmes rumo à sustentabilidade. Segundo a revista Exame (2010), o país já ocupa o segundo lugar no *ranking* internacional de consumo verde, perdendo apenas para a Índia. Para a surpresa dos pesquisadores, as nações em vias de desenvolvimento estão dando uma verdadeira lição de ecologia para o mundo industrializado. Na lanterna da classificação, Estados Unidos, França, Inglaterra e Canadá apresentam um desempenho bastante modesto. México e China, por sua vez, despontam como importantes consumidores “verdes”, indicando novas tendências de mercado para o século XXI.

Desta forma, fica perceptível que o Brasil tem trilhado rumo ao desenvolvimento sustentável, e que seus esforços têm tido bons resultados. Entretanto, muito ainda há de se fazer, visto que, como já mensurado, a maioria das organizações ainda implanta políticas de desenvolvimento sustentável apenas para cumprir com suas obrigações.

É fato que já houve progresso, e que, se o Brasil e a Índia, considerados países em desenvolvimento, têm conseguido ser destaque na questão ambiental, o mesmo pode ocorrer com as grandes potências mundiais, assim retornando ao que Roddick afirmou, de que os maiores benefícios que as ações socioambientais têm a oferecer são aqueles que levam à transformação e à mudança da sociedade, tornando-a uma sociedade socialmente positiva e ecologicamente responsiva.

3. PESQUISA APLICADA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente capítulo aborda a pesquisa aplicada na empresa Dori Alimentos S.A, os procedimentos metodológicos, os resultados da pesquisa, análise e comentários.

2.5. Caracterização e Histórico da Empresa.

Como objeto de estudo tem-se a empresa Dori Alimentos SA, situada na cidade Marília e atuante no mercado há mais de quarenta anos. A empresa conta como um de seus princípios o ideal de que ser consciente é também ser sustentável, e investe parte de seu capital em ações socioambientais que visam a “quitação de contas” da organização para com a sociedade e o meio ambiente.

A empresa, que iniciou suas atividades em maio de 1967, atua no ramo de produtos alimentícios, com a produção de amendoins, confeitos, balas e pirulitos em três unidades produtivas distintas, sendo duas localizadas em Marília – São Paulo - (a matriz e a unidade cerealista), e uma localizada em Rolândia – Paraná – a qual possui um sítio com vinte e sete hectares destinados à preservação ambiental (o Sítio Ouro Verde).

Quando criada, a organização recebeu o nome de sua fundadora, Doraci dos Santos Spila. Na época, dona Doraci fabricava doces artesanalmente em sua casa. Anos mais tarde, seu marido, Augusto Spila, que trabalhava como técnico de rádio, abriu mão do emprego para trabalhar com a esposa, que após seis anos conseguiu sua sede própria e teve ser nome alterado para Dori.

Com o passar dos anos, a marca foi se tornando conhecida, e em 1986 a Dori ganhou uma filial na qual a matéria prima da produção era selecionada e preparada. Devido a essa nova fábrica, a empresa necessitou contratar um engenheiro agrônomo, que prestava assessoria aos produtores da região, orientando-os sobre plantação, manejo e qualidade do amendoim. Tal iniciativa criou uma relação de parceria entre os produtores locais e a organização. Neste ano também, dois novos sócios, que não faziam parte da família, Sr. Pedro Lobo da Silva e Sr. Paulo César Venturi, adquiriram parte da empresa.

Dois anos mais tarde, João Batista Barion adquiriu a parte do casal Spila, passando assim a ser detentor de 62% da empresa. Um ano depois, a organização realizou a aquisição de uma nova empresa, em Rolândia (Paraná), chamada ‘Ouro Verde’. E em 1992 é

incorporada ao negócio uma terceira filial, desta vez na capital paulista, aumentando assim a distribuição dos produtos, que passaram a incluir rosquinhas produzidas na filial de Marília.

No ano de 1995, a Dori foi completamente assumida pela família Barion, e em 2003 foi criado um centro de distribuição em Marília, que serviria para armazenar os produtos da matriz e da filial em Rolândia.

No ano de 2009 a DBM do Brasil foi contratada para estruturar o perfil do novo presidente da empresa, que já havia sido definido que seria um dos administradores cotistas da organização, e no ano seguinte, em 2010, Carlos Barion, filho de João Batista Barion, foi eleito por unanimidade do conselho de sócios para assumir a presidência da empresa, sendo recomendado pelo conselho de administração.

Atualmente, a empresa ocupa posição de destaque no mercado de doces e *snacks*, sendo a maior produtora nacional. A capacidade produtiva das duas fábricas em Marília (SP) e uma em Rolândia (PR) é de nove mil toneladas de produtos ao mês, e estas três unidades são responsáveis pelo abastecimento dos produtos para todo o país. Além disso, a Dori possui centros de distribuição em diversas regiões do país, o que facilita a entrega e ampliação do negócio.

A empresa exporta para mais de 60 países, dentre os quais estão todos os países do Mercosul, Austrália, África do Sul, parte da Europa e Estados Unidos. Tal comércio com o mercado internacional obriga a adoção de rigorosos processos de qualidade, de modo que as linhas de produção são constantemente auditadas para a verificação de conformidade com normas internacionais, a exemplo da BRC – *British Retail Consortium*, norma global de segurança de alimento, e do FDA – *Food and Drug Administration*.

A Dori também conta com iniciativas ambientalistas, que visam a preservação do meio ambiente. Para isso, foi instalado na fábrica matriz um sistema de lavagem de gases para caldeiras evitando a poluição do ar e proporcionando o tratamento dos resíduos sólidos que são lançados no esgoto. A empresa possui geradores de energia elétrica, suprindo 100% de suas necessidades, atendendo as emergências e permitindo dispensar totalmente o uso de energia pública nos horários de pico. Na filial de Rolândia, foi implantado recentemente um avançado sistema de tratamento de água, onde as partículas sólidas são separadas e a água tratada é destinada a fertirrigação de uma área agrícola, onde há um projeto de reflorestamento e plantação de feno. O histórico foi extraído da *homepage* da empresa.¹¹

¹¹ Disponível em:

< http://www.dori.com.br/a_essencia_da_dori/historico_da_empresa>. Acesso em 09 de outubro de 2015.

A organização conta com departamento inteiramente focado na gestão ambiental, o Sistema Integrado de Gestão Ambiental (SIGA). O departamento, que tem como objetivo criar um sistema de gerenciamento documentado com normas e procedimentos abrangendo a gestão de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, foi criado com foco na preservação ambiental, a fim de administrar e controlar as atividades poluidoras provenientes dos processos industriais, de maneira a minimizar ou até mesmo eliminar os impactos aos recursos naturais.

Tal objetivo remete à busca por resolver-se a questão apontada por Barbieri (2007; p. 1-2), de que ‘os problemas ambientais, por mais variados que sejam, decorrem do uso do meio ambiente como fonte de recursos para a produção da subsistência humana e como recipiente de resíduos da produção e consumo’.

2.6. Procedimentos Metodológicos.

Para a realização da pesquisa aplicada elaborou-se um questionário (APÊNDICE) com oito perguntas estruturadas com o objetivo de conhecer as práticas da organização frente às conferências apontadas anteriormente e a influência das mesmas diante da tomada de decisão nos assuntos ligados às questões socioambientais.

O questionário contou com a participação do Supervisor Ambiental, Juliano Canonio Pimenta, que atua na empresa há mais de quinze anos.

Na sequência, são descritos os comentários e respostas, extraídos da entrevista que mostra a política da Dori Alimentos SA quanto ao assunto em discussão.

A missão da organização no que diz respeito à gestão ambiental é cumprir os requisitos legais, reduzir o consumo de recursos naturais e divulgar entre os colaboradores práticas de responsabilidade ambiental promovendo o desenvolvimento sustentável.

Vale ressaltar, que embora a organização seja atuante no mercado há mais de quarenta anos, e tenha acompanhado as três conferências mundiais sobre o meio ambiente, de acordo com Pimenta, a consciência ambiental foi promovida e difundida espontaneamente pelos diretores e presidência da corporação. Além disso, os temas discutidos nas conferências vieram ao encontro de práticas que já existiam na empresa ou que estavam projetadas para implementação, pois desde o princípio e independente do cumprimento de legislação pertinente, a empresa sempre se desenvolveu levando como um dos pilares as boas práticas ambientais, que se fortificam cada vez mais com o passar dos anos.

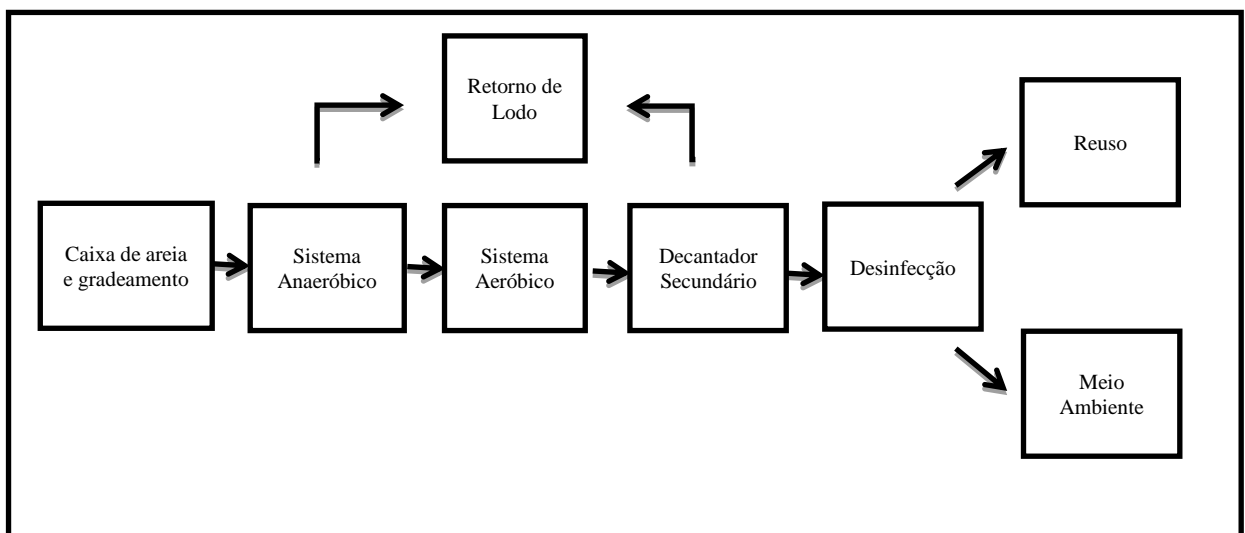
A empresa conta com o SIGA, como já mencionado, que atua com foco em três principais segmentos: líquidos, sólidos e gases, sendo que os principais mecanismos que adota em relação à preservação ambiental consistem no uso responsável e consciente da água, em melhorias no processo para redução na geração de resíduos, na destinação final ambientalmente correta de cem por cento dos resíduos gerados nas unidades da empresa e na multiplicação dos conceitos de boas práticas ambientais entre seus colaboradores.

No que diz respeito ao segmento de líquidos, a empresa criou um sistema para gestão de seus recursos hídricos. A água utilizada em todas as unidades da organização é devidamente tratada antes do descarte final. É realizado o mapeamento do consumo de água por setores, o que permite identificar possíveis vazamentos ou desperdícios de água, sendo possível, assim, a tomada de ações corretivas mais eficazes e rápidas, quando necessário.

Além disso, na unidade de Rolândia existe uma estação de tratamento dos efluentes, onde toda a água utilizada nos processos é tratada internamente e reutilizada para irrigação de uma plantação de eucaliptos que será usada como fonte energética, de origem confiável e ambientalmente correta, para as caldeiras da empresa.

O tratamento da água, com fins para reuso ou destinação para o meio ambiente, podem ser observados na figura 7, a seguir:

Figura 7 – Sistema de Tratamento de Água



Fonte: Dori Alimentos SA

Também nesta unidade, cem por cento da água consumida é proveniente de poços artesianos, e é realizado o monitoramento e controle dos poços, através de sistema outorgado, revezamento dos poços e controle do nível dinâmico da água. A empresa faz, ainda, o

aproveitamento da água da chuva para sanitários e a coleta dos primeiros momentos de chuva e envio para a estação de tratamento dos efluentes. Após ser utilizada nos processos industriais, limpeza das estruturas, máquinas e higiene pessoal, a água passa a ser caracterizada como efluente e é enviada para estações de tratamento internas.

Com relação ao segmento de sólidos, a organização subdivide-se em duas principais vertentes: resíduos recicláveis e resíduos não recicláveis. Na gestão dos resíduos recicláveis, o objetivo é garantir, aos clientes e à população, que os resíduos gerados nos processos produtivos são destinados a parceiros qualificados e que todo o material será reciclado dentro de rígidas normas ambientais. E na gestão dos resíduos não recicláveis, tem-se como princípio que os resíduos não recicláveis e sem aproveitamento energético serão destinados a aterros industriais devidamente licenciados.

A organização baseia-se no conceito dos 3R como pilares da sustentabilidade, sendo eles: reduzir, reutilizar e reciclar. A respeito deste conceito, Brito (2008, p. 1) afirma:

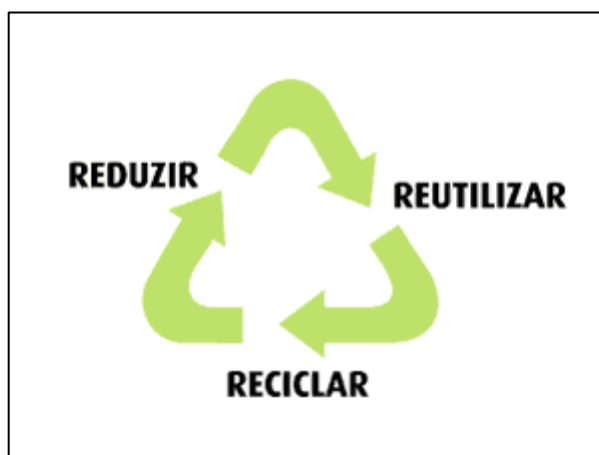
O problema da insustentabilidade do nosso planeta está na cultura do consumo desenfreado. Para amenizar este problema foi criado o conceito dos 3 R (três erres):reduzir, reutilizar e reciclar. Não sendo possível o primeiro, tenta-se o segundo. Se o segundo também não for possível, deve-se adotar o terceiro. Conceito simples, não? Pois é, mas ninguém pensou nisso até que o planeta começasse a esquentar!

De acordo com uma reportagem publicada na Eco-Unifesp, ‘a redução é a primeira etapa dos princípios dos 3R’s (reduzir, reutilizar e reciclar), e consiste em ações que visem à diminuição da geração de resíduos, seja por meio da minimização da fonte ou por meio da redução do desperdício’.

A respeito da reciclagem, Bullara (2008, p.1) afirma que ‘reciclar apenas aquilo que é necessário, separando e encaminhando o lixo devidamente, após ter reduzido ao máximo o meu consumo e reutilizado os objetos e embalagens que foram adquiridos. É transformar o que já foi produzido, consumido e reutilizado, para que se possa fazer dele um novo uso’.

E finalmente, o site EcoD (2008, p.1) define reutilizar como ‘a segunda alternativa para diminuir a quantidade de lixo que chega aos depósitos todos os dias’. O conceito dos 3Rs é representado na figura 8, como segue.

Figura 8 – Pilares da Sustentabilidade



Fonte: Hospital das Plantas¹²

A empresa investe na coleta seletiva, sendo que os resíduos plásticos e de papel são destinados a empresas recicladoras, devidamente licenciadas por órgão ambiental, e se tornam novamente matéria-prima para a confecção de inúmeros produtos. As lâmpadas fluorescentes da organização são descaracterizadas e recolhidas por empresas autorizadas, e os resíduos ambulatoriais e laboratoriais são enviados para a autoclavagem e incineração por empresa licenciada e especializada.

Os resíduos orgânicos, como restos de balas e açúcar, são cem por cento destinados a empresas de ração animal devidamente licenciadas pelos órgãos ambientais. Já os resíduos eletrônicos são enviados para uma ONG da região de Rolândia, que recicla e reutiliza tais resíduos. O lodo é enviado à estação de tratamento e usina de compostagem, sendo transformado em adubo orgânico, enquanto que o óleo mineral e de soja são enviados para empresa de refino e biodiesel. Quanto aos resíduos que não podem ser reciclados, são cem por cento enviados para um aterro industrial controlado.

Com relação ao segmento de gases, a empresa possui um sistema de lavagem dos gases das caldeiras, cujo principal objetivo é a redução do nível de partículas contaminantes e gases que provocam o efeito estufa. Com o lavador é possível reter as partículas maiores, provenientes da queima de biomassa, evitando assim que estas partículas sejam lançadas na atmosfera.

A empresa também possui geradores de energia elétrica que suprem cem por cento de suas necessidades, atendendo as emergências e permitindo dispensar totalmente o uso de

¹² Hospital das Plantas. **Os 3R's da Sustentabilidade**. Disponível em: <<https://www.hospitaldasplantas.com.br/content/8-sustentabilidade>>. Acesso em 13 de outubro de 2015.

energia pública nos horários de pico. É realizada também a análise constante da emissão de gases das caldeiras e geradores elétricos. Além disso, a organização realizou, recentemente, a instalação de caldeira movida à biomassa (cavaco de madeira), em substituição à de combustível fóssil (xisto), com o objetivo de diminuir o custo operacional e reduzir o impacto ao meio ambiente.

A organização ainda é detentora de créditos de carbono, devido ao plantio de sessenta mil mudas de eucaliptos no sítio em Rolândia, todas destinadas a serem combustível das caldeiras (biomassa), e através das quais a empresa retira, diariamente, toneladas de gás carbônico da atmosfera.

Em síntese, a Dori Alimentos SA possui uma propriedade rural chamada Sítio Ouro Verde, a qual possui 27 hectares destinados à preservação ambiental, e onde são desenvolvidas ações como: plantio de mais de setenta e sete espécies de árvores nativas da região (o que resulta em aproximadamente vinte e uma mil árvores); projetos de créditos de carbono; fertirrigação; projetos escolares e universitários (através de visitas monitoradas para a observação do reflorestamento com espécies nativas da região); plantio de eucaliptos para combustível das caldeiras (biomassa) e ampla área de preservação permanente.

O supervisor da empresa afirmou, ainda, que a organização prospecta novos investimentos e ações no que diz respeito à gestão ambiental, através da instalação de uma estação de tratamento de efluentes na unidade matriz, em Marília.

2.6.1. Questionário Aplicado.

Na sequência, apresentam-se as questões aplicadas na organização.

1. Qual a missão da empresa no que diz respeito à gestão ambiental?

A missão da empresa em relação à gestão ambiental é cumprir os requisitos legais, reduzir o consumo de recursos naturais, divulgar entre os colaboradores práticas de responsabilidade ambiental e promover o desenvolvimento sustentável.

2. A organização está presente no mercado há mais de quarenta anos. Consequentemente, acompanhou as três conferências mundiais sobre o meio ambiente, ocorridas nos anos de 1972, 1992 e 2012. Qual o impacto que essas conferências tiveram para a adoção de princípios éticos e socioambientais praticados pela organização?

A empresa está no mercado há mais de quarenta anos, período que aconteceram as três conferências mundiais sobre o meio ambiente, porém, a consciência ambiental Foi

promovida de forma espontânea pelos diretores e presidência da Dori. As conferências ajudaram a consolidar práticas que a empresa já desenvolvia, independente de legislação.

3. O que é o Sistema Integrado de Gestão Ambiental, atuante na empresa?

O SIGA (Sistema Integrado de Gestão Ambiental) é um sistema voltado para a questão ambiental da empresa que atua com base em três fatores: segmentos líquido, sólidos e gasosos. Ele tem medidas voltadas para a preservação ambiental e no uso responsável e consciente da água, na busca pela diminuição dos resíduos descartados e na destinação final destes resíduos.

4. Quais os principais mecanismos que a empresa adota com relação à preservação ambiental?

- Mapeamento de água nos setores*
- Estação de tratamento de efluentes em Rolândia*
- Coleta seletiva para reciclagem*
- Coleta de lâmpadas fluorescentes*
- Transformação de resíduos orgânicos em ração*
- Lavagem de gases nas caldeiras*
- Utilização de biomassa (cavaco de madeira) ao invés de combustível fóssil nas caldeiras*
- Plantio de mudas de eucalipto no sítio Ouro Verde*

5. A empresa possui um sistema de lavagem de gases para as caldeiras. Como ele funciona e o que a motivou a instalá-lo?

O objetivo principal da instalação deste sistema de lavagem foi à redução do nível de partículas contaminantes e dos gases que provocam o efeito estufa. O processo constitui em um lavador, colocado nas caldeiras, que retém as partículas maiores que vêm da queima da biomassa.

6. O que levou a organização a realizar a instalação da caldeira movida à biomassa (cavaco de madeira) em substituição à de combustível fóssil (xisto)?

Essa troca possibilitou diminuir o custo operacional do processo e ainda reduzir o impacto causado ao meio ambiente.

7. Como funciona a gestão dos recursos hídricos praticada pela organização?

A água utilizada em todas as unidades é tratada antes de seu descarte final. É feito o mapeamento do consumo de água nos setores (para identificar possíveis vazamentos ou desperdício de água). O tratamento de efluentes é feito na unidade de Rolândia. Toda água usada nas unidades vem de poços artesianos. É feita a coleta de água da chuva para

utilização nos sanitários. Depois ser utilizada nos processos industriais, limpeza das estruturas, máquinas e higiene pessoal, a água se torna um efluente e é enviada para estações de tratamento internas.

8. A empresa prospecta novos investimentos ou ações na área de gestão ambiental?

Se sim, quais?

Sim. A empresa tem estudado um meio de instalação de uma estação de tratamento de efluentes na unidade matriz, em Marília.

2.7. Análise dos Resultados.

A responsabilidade social, ambiental e econômica é de extrema importância para qualquer organização que queira se destacar no mercado atual. Isto porque, além de cooperar para manter a imagem da organização como ecologicamente correta, a atitude responsável das organizações pode servir como grande aliada para seu crescimento e desenvolvimento, como afirma o SEBRAE (2012, p.07):

Há diversos ganhos em se trabalhar dentro de princípios de sustentabilidade, bastando compreender onde esses conceitos se encaixam dentro do seu negócio. Pode haver ganhos na economia de matérias-primas, de energia, nos processos de produção ou no descarte adequado de resíduos – estes seriam ganhos ambientais diretos. Em questões sociais, os ganhos podem estar na relação ética com seus consumidores e fornecedores, em participar de forma cidadã nas comunidades que são impactadas por seu negócio, seja a sua rua, bairro ou cidade, em utilizar sua publicação não apenas para vender seus produtos e serviços, mas também para reforçar boas práticas e cidadania. No aspecto econômico, compreender que sua empresa não é apenas uma máquina de ganhar dinheiro, mas também uma organização que é parte da qualidade de vida de seus gestores, das famílias envolvidas e das comunidades. (SEBRAE, 2012, p. 07)

Diante deste conceito, do levantamento bibliográfico realizado e da pesquisa aplicada à empresa Dori Alimentos SA, é possível afirmar que a organização possui tal atitude social, ambiental e economicamente correta.

A ideia de sustentabilidade é de grande importância e está intrínseco aos princípios e valores da organização, que preza pela responsabilidade social e compromisso com a sustentabilidade. A empresa tornou-se referência, tanto nacional como internacionalmente, pelas ações de incentivo à preservação e conservação ambiental.

A organização é conhecida por possuir um ciclo de produção fechado, que remete à análise do ciclo de vida (ACV) do produto, e ao princípio *cradle to grave* (do berço ao túmulo). Na unidade localizada em Rolândia, a Dori fechou seu ciclo de produção através do

tratamento dos efluentes separadamente, de sua dosagem em proporções que posteriormente são usadas para irrigação da floresta de eucaliptos que a empresa possui, a qual torna-se combustível (biomassa) para as caldeiras, que produzem vapor para cozimento dos produtos alimentícios, fabricados pela empresa.

Economicamente, a empresa recebe destaque devido à floresta de eucaliptos que mantém, a qual é de cunho de exploração econômica, com técnicas de manejo que visam à alta produtividade por área ocupada e que, ainda, permitem que seja realizado o corte a cada dois anos (o que é um diferencial competitivo, visto que o ciclo médio tradicional para corte costuma ser a cada seis anos).

A empresa também é considerada referência quanto à educação ambiental no estado do Paraná, devido às visitas monitoradas no Sítio Ouro Verde, que permitem aos estudantes conhecerem as políticas e práticas ambientalmente corretas da organização. Além disso, a Dori é monitorada pelo IAP (Instituto Ambiental do Paraná), devido ao seu ciclo fechado. A empresa possui, ainda, ações estratégicas para controle da poluição (como a lavagem da fumaça das caldeiras).

De acordo com o respondente da pergunta, a organização busca soluções para os problemas ambientais ou para a sua minimização, e tal atitude não é consequência de pressões exercidas pelo mercado, Governo ou sociedade. Ao contrário, foram ações que partiram espontaneamente da alta administração da empresa, devido ao seu alto grau de importância, e buscando respeitar aos princípios e valores da empresa.

Com relação às conferências, ficou claro que elas tiveram sim extrema importância para a organização, porém, que a responsabilidade social empresarial não veio em decorrência apenas destes encontros periódicos mundiais, mas sim da ideia de que, ser socialmente responsável é benéfico tanto para a organização quanto para seus *stakeholders*.

Desta maneira, torna-se possível afirmar que a Dori Alimentos SA pode ser considerada uma empresa referência quanto à responsabilidade social empresarial, e ao compromisso e comprometimento que estabeleceu para com a sociedade, abrangendo todos os pilares formadores do tripé da sustentabilidade, o *triple bottom line*, que são o ambiente social, ambiental e econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento sustentável progrediu. Nos séculos passados, o mundo e suas organizações se desenvolveram gradativamente, passando a girar, basicamente, em torno da produção, em série e em massa, que tinha como principal objetivo o lucro. Foram os resultados das Revoluções Industriais, que em seu tempo, proporcionaram a chegada da globalização.

Com o passar dos anos, e após a identificação de problemas ambientais causados devido ao avanço da industrialização, foram sendo inseridos, vagarosamente, conceitos e preceitos que afrontavam o ideal de produzir cada vez mais, e apenas produzir não era o suficiente. As organizações tiveram que buscar diferenciais competitivos e a inserção do fator meio ambiente foi um destes principais diferenciais.

A palavra sustentabilidade, antes pouco debatida, passou a ser difundida através das conferências mundiais sobre o meio ambiente, e o impacto que tais conferências gerou sobre as causas ambientais, tornou-se notório. Cada conferência, que ocorreu após vinte anos da conferência anterior, buscava pontuar quais foram os progressos de cunho ambiental ocorridos no período em questão e, ainda, elaborar novas maneiras de diminuir o impacto ambiental e social causado pela constante industrialização e a crescente globalização.

O que antes era um diferencial competitivo entre as organizações, nos dias de hoje é um elemento básico para uma empresa que queira estar bem inserida no mercado. Isto porque, as conferências mundiais sobre o meio ambiente proporcionaram a criação de políticas e propostas que rumem ao desenvolvimento sustentável, sem, entretanto, substituí-lo, como é o caso da política de responsabilidade social empresarial, e a proposta *Green Economy*. Deste modo, as empresas precisam, cada vez mais, desenvolver internamente políticas de boas práticas de fabricação com redução no impacto ambiental.

Isso não significa dizer que as organizações deixaram de lucrar ou que seus produtos e serviços tornaram-se inferiores. Pelo contrário, conforme observado é possível que uma organização se destaque no mercado e reduza seu impacto sobre o meio ambiente, desde que opte por utilizar-se da política de gestão de responsabilidade social e empresarial. Isto ocorre devido à conscientização que os consumidores têm adquirido, fato tal que os motiva a buscar produtos social e ambientalmente corretos, muitas vezes optando por dispende valor aquisitivo maior pelo produto ou serviço.

É fato que ainda há muito que se fazer e melhorar em relação ao meio ambiente. Ainda haverá outras conferências mundiais sobre o meio ambiente e novas questões serão levantadas e abordadas. A busca pela sustentabilidade provavelmente será cada vez mais crescente, porém, diferentemente de quarenta anos atrás, pensar sustentável nos dias de hoje tornou-se necessidade, e o pensamento sustentável finalmente e, aos poucos, tem sido incutido no pensamento das pessoas e na gestão das organizações.

O estudo permitiu conhecer de perto as propostas das conferências que impactaram o mundo com suas intenções que visam proteger o planeta e promover a qualidade de vida das pessoas.

Por outro lado, o estudo de caso mostra as ações da organização e sua preocupação com o meio ambiente. É notório o cuidado com o cumprimento das questões legais, a redução do consumo dos recursos naturais e a disseminação das informações junto aos colaboradores no sentido de praticar a responsabilidade ambiental e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Desta maneira, considera-se que há diversos fatores que cooperam para que uma organização seja considerada socialmente responsável uma vez que ações isoladas não lhe conferem tal “título”. A sustentabilidade consiste em um conjunto de ações práticas, que envolvem todos os *stakeholders* de uma organização: os acionistas, que enxergam nas causas sociais e ambientais uma oportunidade de criação de valor, em longo prazo, para seu produto ou serviço; as demais organizações da cadeia logística, com as quais as organizações podem ou não estabelecer relações comerciais, devido às suas políticas internas de gestão social e ambiental; a implantação de políticas ambientais nas organizações, alinhada ao treinamento e conscientização de seus colaboradores quanto às causas sociais e ambientais; o cumprimento das leis pertinentes ao assunto, que impulsionam, de maneira coercitiva, às organizações a se adequarem aos padrões pré-estabelecidos de responsabilidade social e ambiental; a implantação de tecnologias limpas e de reuso, reciclagem e renovação de recursos nas organizações; a restauração dos danos causados pela empresa, como forma de quitação de dívidas da organização para com o ambiente; e, finalmente, a contribuição e influência social que a empresa tem na comunidade na qual está inserida.

Como pesquisadora, o trabalho atendeu às expectativas e interesse em, de alguma forma, participar da busca incessante de salvar o planeta Terra, divulgando informações que possam causar reflexões na sociedade, de um modo geral.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Cintia Maria. **Sustentabilidade: caminho ou utopia?** / Cintia Maria Afonso. – São Paulo: Annablume, 2006.

ANDRADE, André de Souza; THABET, Gabriella de Andrade. **Ser sustentável vale a pena?** 2014. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Bacharel em Administração). UNIVEM, Marília, São Paulo, 2014.

ARAÚJO, Adilson Ribeiro De. **Educação ambiental e sustentabilidade: desafios para a sua aplicabilidade.** 2010. 77 f. Monografia (Pós-Graduação *Latu Sensu* em Gestão e Manejo Ambiental em Sistemas Agrícolas). Lavras, Minas Gerais, 2010.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos.** / José Carlos Barbieri. – 2. Ed. Atual e Ampliada – São Paulo; Saraiva, 2007.

BIBLIO.COM.BR. **Frases enviadas por Nildo Lage.** Disponível em: <<http://www.bilibio.com.br/biografia-de/304262/Nildo-Lage.html>>. Acesso em 29 de julho de 2014.

BIROU, Alain. "**Responsabilidade Social**" in Dicionário das Ciências Sociais, 2ªed.. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1976, p.361.

BULLARA, Luciana Soudi. **O Conceito dos 3Rs.** Disponível em: <<http://www.blogconsultoria.natura.net/o-conceito-dos-3rs/>>. Acesso em 13 de outubro de 2015.

COSTA, Carlos Eduardo Da. **Responsabilidade Social Empresarial.** Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/responsabilidade-social-empresarial/14182/>>. Acesso em 02 de junho de 2014.

CROSBIE, L.; KNIGHT, K. **Strategy for Sustainable Business: Environmental Opportunity and Strategic Choice.** Berkshire: McGraw-Hill, 1997.

DORI ALIMENTOS. **Dori Alimentos.** Disponível em: <www.dori.com.br>. Acesso em 29 de junho de 2014.

ECOD. **Dê um novo rumo ao seu lixo.** Disponível em: <<http://www.ecodesenvolvimento.org/noticias/reduzir-reutilizar-e-reciclar-de-um-novo-rumo-ao>>. Acesso em 13 de outubro de 2015.

ECOUNIFEP. **Principio dos 3R's.** Disponível em: <<http://dgi.unifesp.br/ecounifesp/index.php?option=comcontent&view=article&id=10&Itemid=8#reducao>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2013.

FAPESP. **O Futuro que Queremos.** Disponível em: <<http://www.fapesp.br/rio20/media/Nacoes-Unidas-O-Futuro-que-queremos.pdf>>. Acesso em 22 de abril de 2015.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. **Eco 92; Brasil Escola**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/eco-92.htm>>. Acesso em 18 de novembro de 2012.

FREITAS, Eduardo de. **Estocolmo – 72**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/estocolmo-72.htm>>. Acesso em 22 de novembro de 2012.

GESTÃO ETC. **Frases sobre Sustentabilidade**. Disponível em: <www.gestaoetc.com.br/524/frases-sobre-sustentabilidade/>. Acesso em 29 de junho de 2014.

GIL, Gilberto. **Algumas notas sobre cultura e ambiente**. In: TRIGUEIRO, André (org). **Meio Ambiente no século 21**. Campinas: Armazém do Ipê, 2005.

HANASHIRO, Darci M.; Zaccarelli, L. M.; Teixeira, M. L. M.; Godoy, A. S. [et. al.]. **Gestão do Fator Humano: Uma Visão Baseada Em Stakeholders**. São Paulo: Saraiva; 2007.

Hospital das Plantas. **Os 3R's da Sustentabilidade**. Disponível em: <<https://www.hospitaldasplantas.com.br/content/8-sustentabilidade>>. Acesso em 13 de outubro de 2015.

IBG CEAN. **Educação Ambiental**. Disponível em: <<http://www.ibg-cean.org.br/educacao-ambiental/educacao-ambiental>>. Acesso em 20 de abril de 2013.

LOUZADA, Aline Furtado. **Histórico da questão ambiental**. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAABQD0AA/historico-questao-ambiental>>. Acesso em 20 de abril de 2013.

MAIMON, D. Eco estratégia nas empresas brasileiras. Realidade ou discurso? In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.34, n.4, jul./ ago. 1994.

MEDEIROS, L.C.M. **Meio Ambiente e a Empresa: O Mapeamento dos stakeholders relevantes na gestão ambiental das indústrias fluminenses no início do século XXI**. [S.l.]: ENANPAD, 2004.

MEIO AMBIENTE. **Declaração de Princípios sobre Florestas**. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Declaracao_de_Principios_sobre_Florestas.pdf>. Acesso em 21 de abril de 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>>. Acesso em 19 de novembro de 2012.

MORAES, Paula Louredo. **“O Brasil e a economia verde”**; Brasil Escola. Disponível em: <<<http://www.brasilecola.com/biologia/o-brasil-economia-verde.htm>>>. Acesso em 23 de setembro de 2015.

NORTH, K. **Environmental Business management: an introduction**. Management Development Series nº 30, 2. Ed. Genebra: International Labor Office (ILO), 1997.

OPEN LINK. **A Carta da Declaração Sobre o Meio Ambiente Humano.** Disponível em: <<http://openlink.br.inter.net/jctyll/1904.htm>>. Acesso em 19 de abril de 2015.

PEARSON EDUCATION DO BRASIL. **Gestão Ambiental.** Pearson Education do Brasil. - São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Conferência Rio+15 – 2007.** Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/biologia/artigos/38693/conferencia-rio-15-2007>>. Acesso em 21 de setembro de 2015.

RESK, Sucena Shkrada. **Rio+20: uma arena sobre os desafios da sustentabilidade no século XXI.** Disponível em: <<http://www.ipam.org.br/noticias/Rio-20-uma-arena-sobre-os-desafios-da-sustentabilidade-no-seculo-XXI/2136>>. Acesso em 23 de setembro de 2015.

RODDICK, Anita. **Meu jeito de fazer negócios.** Rio de Janeiro: Campus, 2002.

RIO AVE. **Sustentabilidade é cuidar para não ter que reparar.** Disponível em: <<http://www.rioave.com.br/sustentabilidade>>. Acesso em 20 de julho de 2014.

SEBRAE. **Sustentabilidade.** Cuiabá: Sebrae. 2012. Disponível em: <<http://sustentabilidade.sebrae.com.br/sustentabilidade/baixarArquivo?arquivo=f39f249ae28e5310VgnVCM1000002af71eacRCRD>>. Acesso em 18 de outubro de 2015.

SEQUINEL, Maria Carmen M. **O modelo de sustentabilidade urbana em Curitiba: um estudo de caso.** Florianópolis, 2001, 108 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção). UFSC, 2002.

SILVA, Benedicto (Org.). **Dicionário de ciências sociais.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

TEIXEIRA, Luciana da Silva. **Responsabilidade social empresarial.** Disponível em: <<http://professor.ucg.br/siteDocente/admin/arquivosUpload/15040/material/RESPONSABILIDADE%20SOCIAL%20EMPRESARIAL%20NO%20BRASIL.pdf>>. Acesso em 18 de novembro de 2012.

UFPA. **Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental.** Disponível em: <<http://www.ufpa.br/npadc/gpeea/DocsEA/ConfTibilist.pdf>>. Acesso em 21 de abril de 2013.

UNEP. **O que é a economia verde?** Disponível em: <<http://www.unep.org/greeneconomy/AboutGEI/WhatisGEI/tabid/29784/Default.aspx>>. Acesso em 20 de novembro de 2012.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP. **Declaração sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92.** Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-ao-Desenvolvimento/declaracao-sobre-meio-ambiente-e-desenvolvimento.html>>. Acesso em 20 de abril de 2015.

UNRIC. **Novo Fórum da ONU visa preparar o terreno para uma nova agenda global de desenvolvimento.** Disponível em: <<http://www.unric.org/pt/actualidade/31520-novo-forum->

da-onu-visa-preparar-o-terreno-para-uma-nova-agenda-global-de-desenvolvimento->. Acesso em 20 de julho de 2014.

USP. **Pilares da Sustentabilidade**. Disponível em:

< <http://lassu.usp.br/sustentabilidade/pilares-da-sustentabilidade>>. Acesso em 20 de abril de 2015.

APÊNDICE: Questionário de Sondagem

Esta pesquisa é parte de um **Trabalho de Conclusão de Curso**, apresentado para o **Centro Universitário ‘Eurípides de Marília’- UNIVEM**.

O objetivo principal é conhecer as ações práticas da organização de forma a torná-la responsável socialmente.

É necessário que responda a todas as questões com sinceridade e conteúdo para que o trabalho obtenha validade.

Desde já agradeço pela sua atenção em contribuir com a minha formação acadêmica.

Thaynara Drielli de Souza Garcia – Curso de Administração

Contato: thaynara.garcia1994@hotmail.com

QUESTÕES

1. Qual a missão da empresa no que diz respeito à gestão ambiental?
2. A organização está presente no mercado há mais de quarenta anos. Consequentemente, acompanhou as três conferências mundiais sobre o meio ambiente, ocorridas nos anos de 1972, 1992 e 2012. Qual o impacto que essas conferências tiveram para a adoção de princípios éticos e socioambientais praticados pela organização?
3. O que é o Sistema Integrado de Gestão Ambiental, atuante na empresa?
4. Quais os principais mecanismos que a empresa adota com relação à preservação ambiental?
5. A empresa possui um sistema de lavagem de gases para as caldeiras. Como ele funciona e o que a motivou a instalá-lo?
6. O que levou a organização a realizar a instalação da caldeira movida à biomassa (cavaco de madeira) em substituição à de combustível fóssil (xisto)?
7. Como funciona a gestão dos recursos hídricos praticada pela organização?
8. A empresa prospecta novos investimentos ou ações na área de gestão ambiental? Se sim, quais?

ANEXO A – A Carta Declaração Sobre o Meio Ambiente Humano

A Carta da Declaração Sobre O Ambiente Humano

DECLARAÇÃO SOBRE O AMBIENTE HUMANO

Estocolmo, junho de 1972

Declaração firmada por ocasião da Conferência das Nações Unidas, Estocolmo, Suécia, 5-15 de junho de 1972.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Humano, reunida em Estocolmo de 5 a 15 de junho de 1972 e atenta à necessidade de estabelecimento de um critério e de princípios comuns que ofereçam aos povos do mundo inspiração e guia para preservar e melhorar o ambiente humano,

Proclama que:

1.O homem é, a um tempo, resultado e artifice do meio que o circunda, o qual lhe dá o sustento material e o brinda com a oportunidade de desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente. Na longa e tortuosa evolução da raça humana neste planeta chegou-se a uma etapa na qual, em virtude de uma rápida aceleração da ciência e da tecnologia, o homem adquiriu o poder de transformar, por inúmeras maneiras e numa escala sem precedentes, tudo quanto o rodeia. Os dois aspectos do meio humano, o natural e o artificial, são essenciais para o bem-estar do homem e para que ele goze de todos os direitos humanos fundamentais, inclusive o direito à vida.

2.A proteção e melhoria do meio humano é uma questão fundamental que afeta o bem-estar dos povos e o desenvolvimento econômico do mundo inteiro; é um desejo urgente dos povos de todo o mundo e um dever de todos os governos.

3.O homem deve fazer uma constante recapitulação de sua experiência e continuar a descobrir, a inventar, a criar e a progredir. Hoje em dia, a capacidade do homem em transformar o que o circunda, utilizada com discernimento, pode levar a todos os povos os benefícios do desenvolvimento e oferecer-lhes a oportunidade de enobrecer a sua existência. Aplicado errônea e imprudentemente, esse mesmo poder pode causar danos incalculáveis ao ser humano e a seu meio. Ao nosso redor vemos multiplicarem-se as provas do dano causado pelo homem em muitas regiões da Terra: níveis perigosos de contaminação da água, do ar, do solo e dos seres vivos; grandes transtornos no equilíbrio ecológico da biosfera; destruição e esgotamento de recursos insubstituíveis e graves deficiências nocivas para a saúde física, mental e social do homem, no meio por ele criado, especialmente naquele em que vive e trabalha.

4.Nos países em desenvolvimento a maioria dos problemas ambientais é motivada pelo subdesenvolvimento. Milhões de pessoas continuam vivendo em um nível muito abaixo do mínimo necessário para uma existência humana decorosa, por se acharem privados de alimentação, vestuário, moradia, educação, saúde e higiene adequados. Por esse motivo os países em desenvolvimento devem dirigir seus esforços em direção do próprio desenvolvimento, tendo sempre presente as suas prioridades e a necessidade de salvaguardar o meio. Com o mesmo fim, os países industrializados devem esforçar-se para reduzir a distância que os separa daqueles. Nos países industrializados os problemas ambientais estão geralmente relacionados com a

industrialização e o desenvolvimento tecnológico.

5.O crescimento natural da população coloca continuamente problemas relativos à preservação do meio; porém, com a adoção de normas e medidas apropriadas, esses problemas podem ser resolvidos. De todas as coisas do mundo, os seres humanos são o que há de mais valioso. Eles promovem o progresso social, criam riquezas, desenvolvem a ciência e a tecnologia e, com seu duro trabalho, transformam continuamente o meio humano. Com o progresso social, o avanço da produção, da ciência e da tecnologia, a capacidade do homem para melhorar o meio aumenta a cada dia que passa.

6.Chegou-se a um momento da história em que devemos orientar nossos atos em todo o mundo atentando com maior solicitude para as consequências que eles possam trazer para o meio. Por ignorância ou indiferença podemos causar danos imensos e irreparáveis ao meio terráqueo, do qual dependem a nossa vida e o nosso bem-estar. Pelo contrário, com um conhecimento mais profundo e uma ação mais prudente podemos conseguir para nós e para nossa posteridade melhores condições de vida em um meio mais consentâneo com as necessidades do homem. As perspectivas de elevar a qualidade do meio e de criar uma vida satisfatória são grandes. O que se necessita é, a um tempo, entusiasmo e serenidade de ânimo; trabalho árduo, mas sistemático. Para chegar à plenitude de sua liberdade dentro da natureza, o homem deve aplicar seus conhecimentos para forjar, em harmonia com ela, um meio melhor. A defesa e a melhoria do meio humano para as gerações presentes e futuras converteram-se em um objetivo imperioso para a humanidade e deverão ser perseguidas ao mesmo tempo em que o são as metas fundamentais já estabelecidas da paz e do desenvolvimento econômico e social em todo o mundo e em conformidade com ambas.

7.Para chegar a essa meta será mister que cidadãos e comunidade, empresas e instituições em todos os planos, aceitem as responsabilidades que lhes incumbem, e que todos participem equitativamente do labor comum. Homens de toda a condição e organizações de índoles diversas plasmarão, com aportes de seus próprios valores e a soma de sua atividade, o meio ambiente do futuro. Competirá às administrações locais e nacionais, dentro de suas respectivas jurisdições, a maior parte da responsabilidade no que se refere à promulgação de normas e à aplicação de medidas de âmbito geral sobre o meio. Também será necessária a cooperação internacional, com vistas a mobilizar recursos que ajudem os países em desenvolvimento a cumprir a parcela que lhes cabe dentro de sua alçada. E há um número cada vez maior de problemas relativos ao meio que, por seu alcance regional ou mundial, ou ainda, por repercutirem em âmbito internacional comum, requeiram uma ampla colaboração entre as nações e adoção de medidas pelas organizações internacionais em proveito de todos. A Conferência apela aos governos e aos povos que reúnam seus esforços para preservar e melhorar o meio humano em benefício do homem de sua posteridade.

PRINCÍPIOS

Princípio 1 - O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequada em um meio cuja qualidade lhe permite levar uma vida digna e gozar de bem-estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar esse meio para as gerações presente e futura. A este respeito as políticas que promovem ou perpetuam o apartheid, a segregação racial, a discriminação, a opressão colonial e outras formas de opressão e de dominação estrangeira continuam condenadas e devem ser eliminadas.

Princípio 2 - Os recursos naturais da Terra, inclusos o ar, a água, o solo, a flora e a fauna, especialmente as amostras representativas dos ecossistemas naturais, devem ser preservados em benefício das gerações presente e futura, mediante uma

cuidadosa planificação ou regulamentação, segundo seja mais conveniente.

Princípio 3 - Deve ser mantida e, sempre que possível, restaurada e melhorada, a capacidade da Terra para produzir recursos vitais renováveis.

Princípio 4 - O homem tem a responsabilidade especial de preservar e administrar ponderadamente o patrimônio representado pela flora e pela fauna silvestres, bem como pelo seu habitat, que se encontram atualmente em grave perigo, em virtude da conjugação de diversos fatores. Consequentemente, ao se planejar o desenvolvimento econômico, deve atribuir-se uma importância específica à conservação da natureza, aí incluídas a flora e a fauna silvestres.

Princípio 5 - Os recursos não renováveis da Terra devem ser empregados de maneira a se evitar o perigo de seu esgotamento e a assegurar a toda a humanidade a participação nos benefícios de tal emprego.

Princípio 6 - Deve pôr-se fim à descarga de substâncias tóxicas ou de outros materiais, e ainda, à liberação de calor em quantidades ou concentrações tais que o meio não tenha condições para neutralizá-lo, de modo a que não sejam causados danos graves ou irreparáveis aos ecossistemas. Deve ser apoiada a justa luta dos povos de todos os países contra a contaminação.

Princípio 7 - Os Estados deverão tomar todas as medidas possíveis para impedir a contaminação dos mares por substâncias que possam pôr em perigo a saúde do homem, causar danos aos seres vivos e à vida marinha, limitar as possibilidades de lazer ou obstar outras utilizações legítimas do mar.

Princípio 8 - O desenvolvimento econômico ou social é indispensável para assegurar ao homem um ambiente de vida e trabalho favorável e criar na Terra condições adequadas para melhorar a qualidade de vida.

Princípio 9 - As deficiências do meio originadas pelas condições de subdesenvolvimento e os desastres naturais colocam graves problemas; a melhor maneira de superá-los é o desenvolvimento acelerado pela transferência de volume considerável de assistência financeira e tecnológica que complemente os esforços internos dos países em desenvolvimento, bem como qualquer outra ajuda que oportunamente possa se fazer necessária.

Princípio 10 - Para os países em desenvolvimento a estabilidade dos preços e a obtenção de adequada receita dos produtos básicos e de matérias-primas são elementos essenciais para a organização do meio, uma vez que deve levar-se em conta tanto os fatores econômicos, como os processos ecológicos.

Princípio 11 - As políticas ambientais de todos os Estados deveriam orientar-se para o aumento do potencial de crescimento dos países em desenvolvimento e não deveriam restringir esse potencial, nem obstaculizar a consecução de melhores condições de vida para todos, e os Estados e organizações internacionais deveriam tomar todas as providências competentes com vistas a chegar a um acordo, a fim de enfrentar as consequências econômicas que pudessem advir, tanto no plano nacional, quanto no internacional, da aplicação de medidas ambientais.

Princípio 12 - Dever-se-iam destinar recursos à conservação e melhoria do meio, levando em conta as circunstâncias e necessidades especiais dos países em desenvolvimento e o montante de gastos que a inclusão de medidas de conservação do meio possa-lhes acarretar em seus planos de desenvolvimento, bem com a necessidade de lhes prestar, quando o salientem, maior assistência técnica e financeira de caráter internacional voltada para esse fim.

Princípio 13 - A fim de lograr uma administração mais racional dos recursos e melhorar assim as condições ambientais, os Estados deveriam adotar um enfoque integrado e coordenado de planificação do seu desenvolvimento, a fim de assegurar-se a compatibilidade desse processo com a necessidade de proteger e melhorar o meio humano em benefício de sua população.

Princípio 14 - O planejamento racional constitui um instrumento indispensável para conciliar as diferenças que possam surgir entre as exigências do desenvolvimento e a necessidade de proteger e melhorar o meio.

Princípio 15 - Deve-se aplicar o planejamento tanto na ocupação do solo para fins agrícolas, como na urbanização, com vistas a evitar efeitos prejudiciais sobre o meio e a obter o máximo benefício social, econômico e ambiental para todos. A este respeito devem ser abandonados os projetos destinados à dominação colonialista e racista.

Princípio 16 - Nas regiões onde existe o risco de as altas taxas de crescimento demográfico ou as concentrações excessivas da população prejudicarem o meio ou o desenvolvimento, ou onde a baixa densidade populacional possa impedir a melhora do meio e obstaculizar o desenvolvimento, deveriam ser aplicadas políticas demográficas que mantivessem o respeito pelos direitos humanos fundamentais e, ao mesmo tempo, contassem com a aprovação dos governos interessados.

Princípio 17 - Deve ser confiada às instituições nacionais competentes a tarefa de planejar, administrar e controlar a utilização dos recursos ambientais dos Estados, com a finalidade de melhorar a qualidade do meio.

Princípio 18 - Como parte da contribuição que é lícito esperar da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento econômico e social, devem elas ser utilizadas para descobrir, evitar e combater os riscos que ameaçam o meio, para a solução dos problemas ambientais e para o bem comum da humanidade.

Princípio 19 - É indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, dirigido, seja às gerações jovens, seja aos adultos, o qual dê a devida atenção aos setores menos privilegiados da população, a fim de favorecer a formação de uma opinião pública bem informada e uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades, inspiradas no sentido de sua responsabilidade com a proteção e melhoria do meio, em toda a sua dimensão humana.

Princípio 20 - Devem ser fomentados em todos os países, especialmente nos em desenvolvimento, a pesquisa e o progresso científico referentes aos problemas ambientais, tanto nacionais quanto multinacionais. A esse respeito, o livre intercâmbio de informações e experiências científicas atualizadas deve ser objeto de apoio e de assistência, a fim de facilitar a solução dos problemas ambientais; a tecnologia ambiental deve ser colocada a serviços dos países em desenvolvimento, em condições tais que favoreçam sua ampla difusão e sem representar, por outro lado, uma carga econômica excessiva para esses países.

Princípio 21 - Consoante a Carta das Nações Unidas e os princípios do Direito Internacional, os Estados têm o direito soberano de explorar os seus recursos de acordo com a sua política ambiental e têm a obrigação de se assegurarem de que as atividades levadas a cabo dentro de suas jurisdições ou sob o seu controle não prejudiquem o meio de outros Estados ou o de zonas situadas fora das jurisdições nacionais.

Princípio 22 - Os Estados devem cooperar para o contínuo desenvolvimento do Direito Internacional no que se refere à responsabilidade e à indenização às vítimas de contaminação e de outros danos ambientais por atividades realizadas dentro da jurisdição ou sob controle de tais Estados, bem como zonas situadas fora de suas

jurisdições.

Princípio 23 - Sem prejuízo dos princípios gerais que possam ser acordados pela comunidade internacional, bem como dos critérios e níveis mínimos a serem definidos a nível nacional, será sempre indispensável considerar os sistemas de valores prevalentes em cada país e discutir a aplicabilidade de certas normas que possam ser válidas para os países mais avançados, porém inadequadas ou de alto custo social para os países em desenvolvimento.

Princípio 24 - Todos os países, grandes ou pequenos, devem empenhar-se com espírito de cooperação e em pé de igualdade na solução das questões internacionais relativas à proteção e melhoria do meio. É indispensável cooperar mediante acordos multilaterais e bilaterais e por outros meios apropriados, a fim de evitar, eliminar ou reduzir, e controlar eficazmente os efeitos prejudiciais que as atividades que se realizem em qualquer esfera possam acarretar para o meio, levando na devida conta a soberania e os interesses de todos os Estados.

Princípio 25 - Os Estados deverão estar assegurados de que as organizações internacionais realizem um trabalho coordenado, eficaz e dinâmico na conservação e melhoria do meio.

Princípio 26 - Deve-se livrar o homem e o meio humano dos efeitos de armas nucleares e dos demais meios de destruição maciça. Os Estados devem procurar chegar rapidamente a um acordo, nos organismos internacionais competentes, sobre a eliminação e completa destruição das mesmas armas.

Fonte: OPEN LINK. **A Carta da Declaração Sobre o Meio Ambiente Humano.** Disponível em: <<http://openlink.br.inter.net/jctyll/1904.htm>>. Acesso em 19 de abril de 2015.

ANEXO B – O Futuro que Queremos

NAÇÕES UNIDAS

10 de janeiro de 2012

O FUTURO QUE QUEREMOS¹

ÍNDICE	Parágrafos
I. Preâmbulo/Definição do Cenário	
Visão.....	1-5
II. Renovando os Compromissos Políticos	
Reafirmando os Princípios do Rio e planos de ação do passado.....	6-9
Avaliando o progresso até o momento e as lacunas remanescentes na implementação dos resultados das principais cúpulas de desenvolvimento sustentável, e abordando desafios novos e emergentes (Integração, Implementação, Coerência).....	
	10-16
Envolvendo “grupos principais”.....	17-21
Quadro de Ação.....	22-24
III. Economia Verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza	
Enquadrando o contexto de economia verde, os desafios e oportunidades.....	25-31
Intercâmbio de instrumentos e experiências.....	32-36
Quadro de Ação.....	37-43
IV. Quadro Institucional para o Desenvolvimento Sustentável	
Fortalecendo/reformando/integrando os três pilares.....	44
Propostas sobre a AG, ECOSOC, CSD, SDC	45-49
PNUMA, proposta de uma agência especializada em meio ambiente, IFIs, atividades operacionais das Nações Unidas no âmbito dos países... 50-58	
Regional, Nacional, Local.....	59-62
V. Quadro de Ação e Acompanhamento	
A. Questões e áreas prioritárias/chaves/temáticas/intersectoriais.....	63-104
B. Acelerando e medindo o progresso (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - SDGs, PIB e outros).....	105-111
Meios de implementação (financiamento, acesso e transferência de tecnologia, capacitação).....	112-128

¹Encaminhado pelos co-Presidentes em nome do Bureau de acordo com a decisão da Prepcom 2 de apresentar o documento zero dos resultados para a consideração dos Estados Membros e outras partes interessadas até janeiro de 2012.

I. Preâmbulo/Definição do Cenário

1. Nós, chefes de Estado e Governo, reunidos no Rio de Janeiro, Brasil, de 20-22 de junho de 2012, resolvemos trabalhar juntos por um futuro próspero, seguro e sustentável para nossos povos e nosso planeta.
2. Reafirmamos nossa determinação em livrar a humanidade da fome e da miséria por meio da erradicação de todas as formas de pobreza e da luta por sociedades justas, equitativas e inclusivas em prol da estabilidade econômica e do crescimento para o benefício de todos.
3. Estamos comprometidos a envidar todos os esforços para acelerar o progresso na consecução dos objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente, inclusive os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, até 2015, melhorando assim as vidas dos mais necessitados.
4. Também estamos comprometidos a aumentar a cooperação e abordar temas atuais e emergentes de forma a aumentar as oportunidades para todos, centrados no desenvolvimento humano, ao mesmo tempo preservando e protegendo o sistema vital de nosso lar comum, nosso planeta compartilhado.
5. Instamos ações arrojadas e decisivas em relação aos objetivos e temas da Conferência. Renovamos nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável e expressamos nossa determinação em exercer a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza. Afirmamos ainda nossa determinação em fortalecer a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. Tomadas em conjunto, nossas ações devem suprir as lacunas de implementação e atingir uma integração maior entre os três pilares do desenvolvimento sustentável – o econômico, o social e o ambiental.

II. Renovando os Compromissos Políticos

[A. Reafirmando os Princípios do Rio e antigos planos de ação]

6. Reafirmamos que continuamos a nos guiar pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas com total respeito pelas leis internacionais e seus princípios.
7. Reafirmamos nosso compromisso em avançar e progredir na implementação da Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Agenda 21, do Programa para o Prosseguimento da Implementação da Agenda 21, a Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável e o Plano de Implementação da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, o Programa de Ação de Barbados e a Estratégia de Implementação de Maurício. Os Princípios do Rio devem continuar a guiar a comunidade internacional e servir de base para cooperação, coerência e implementação dos compromissos acordados.
8. Também reafirmamos nosso compromisso com o Consenso de Monterrey da Conferência Internacional de Financiamento para o Desenvolvimento, a Declaração de Doha sobre Financiamento para o Desenvolvimento: a Declaração Política sobre as necessidades de desenvolvimento da África, e o Programa de Ação de Istambul para os Países Menos Desenvolvidos.
9. Reconhecemos a necessidade de reforçar globalmente o desenvolvimento sustentável por meio de nossos esforços coletivos e nacionais, de acordo com o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e o princípio do direito soberano dos estados sobre seus recursos naturais.

[B. Avaliando o progresso até o momento e as lacunas remanescentes na implementação dos resultados das maiores cúpulas de desenvolvimento sustentável, e abordando desafios novos e emergentes (Integração, Implementação, Coerência)]

10. Reconhecemos que os vinte anos desde a Cúpula da Terra em 1992 viram progressos e mudanças.

15. Reconhecemos os desafios especiais que enfrentam os países menos desenvolvidos, Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, países de renda média e países africanos.

16. Reconhecemos a diversidade do mundo e que todas as culturas e civilizações contribuem para o enriquecimento da humanidade e proteção do sistema vital da Terra. Enfatizamos a importância da cultura para o desenvolvimento sustentável. Convocamos uma abordagem holística para o desenvolvimento sustentável que guiará a humanidade para uma vida em harmonia com a natureza.

[C. Engajando os Grupos Principais]

17. Destacamos que um dos pré-requisitos fundamentais para atingir o desenvolvimento sustentável é a ampla participação pública nos processos decisórios. O desenvolvimento sustentável requer que os grupos principais – mulheres, crianças e jovens, povos indígenas, organizações não governamentais, autoridades locais, trabalhadores e sindicatos, comércio e indústria, comunidade científica e tecnológica, e agricultores – desempenhem papel significativo em todos os níveis. É importante permitir que todos os membros da sociedade civil estejam engajados com o desenvolvimento sustentável, incorporando seu conhecimento específico e prático às políticas locais e nacionais. Nesse sentido, também reconhecemos o papel dos parlamentos nacionais na promoção do desenvolvimento sustentável.

18. Reconhecemos que uma melhor participação da sociedade civil depende do fortalecimento do direito de acesso à informação e da capacitação da sociedade para exercer esse direito. A tecnologia tem facilitado o compartilhamento de informações pelos governos e faz com que o público possa monitorar o processo de tomada de decisão. Nesse sentido, é essencial trabalhar em prol do acesso universal a

Existem exemplos profundamente inspiradores de progresso, inclusive nas áreas de erradicação de pobreza, bolsões de dinamismo econômico, e conectividade, provocados por novas tecnologias da informação que deram autonomia aos povos.

11. Reconhecemos, entretanto, que também houve retrocessos devido a diversas crises inter-relacionadas – financeira, econômica, e preços voláteis da energia e dos alimentos. A insegurança alimentar, mudança do clima e a perda de biodiversidade afetaram negativamente os ganhos de desenvolvimento. Novas evidências científicas apontam para a gravidade das ameaças que enfrentamos. Os desafios novos e emergentes incluem o aprofundamento de problemas anteriores, que requerem respostas mais urgentes. Estamos muito preocupados com o fato de que cerca de 1,4 bilhões de pessoas ainda vivem em pobreza extrema, um sexto da população mundial está desnutrida, pandemias e epidemias são ameaças onipresentes. O desenvolvimento não sustentável aumentou a pressão sobre os recursos naturais já limitados do planeta e na capacidade de carga dos ecossistemas. Nosso planeta suporta atualmente sete milhões de pessoas, e espera-se que atinja a marca de nove milhões até 2050.

12. Observamos que compromissos nacionais com o desenvolvimento sustentável foram fortalecidos. Muitos governos hoje incorporam questões ambientais e sociais em suas políticas econômicas, e fortaleceram seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, a implementação da Agenda 21 e acordos relacionados por meio de políticas e planos nacionais, legislação e instituições nacionais e da ratificação e implementação de acordos ambientais internacionais.

13. Todavia, observamos que, apesar dos esforços de governos e atores não estatais em todos os países, o desenvolvimento sustentável permanece como um objetivo distante e ainda restam barreiras e brechas sistêmicas na implementação de compromissos acordados internacionalmente.

14. Decidimos dobrar nossos esforços para erradicar a pobreza e a fome, e garantir que as atividades humanas respeitem os ecossistemas do planeta e seus sistemas vitais. Precisamos integrar o desenvolvimento sustentável em todos os aspectos da forma como vivemos. Reconhecemos a responsabilidade particular de cultivar o desenvolvimento sustentável e padrões de produção e consumo sustentáveis.

tecnologias de informação e comunicação.

19. Reconhecemos o papel importante do setor privado em avançar na rota do desenvolvimento sustentável. Incentivamos enfaticamente que empresas e indústrias demonstrem liderança na promoção da economia verde no contexto de desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza.

20. Reconhecemos também o papel essencial de governos locais e a necessidade de integrá-los completamente em todos os níveis decisórios na área de desenvolvimento sustentável.

21. Reconhecemos a importância da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas na implementação global, regional e nacional das estratégias de desenvolvimento sustentável. Também reconhecemos a necessidade de refletir as visões de crianças e jovens, uma vez que as questões abordadas terão forte impacto sobre os jovens de hoje e as gerações futuras.

[D. Quadro de Ação]

22. Comprometemo-nos a melhorar a governança e a capacitação em todas as esferas – global, regional, nacional e local – a fim de promover um processo decisório integrado, preencher as lacunas de implementação e promover a coerência entre as instituições.

23. Comprometemo-nos a revitalizar a parceria global pelo desenvolvimento sustentável. Reconhecemos que os Estados devem trabalhar juntos de forma cooperativa, unindo-se a todos os demais atores interessados para abordar os desafios comuns que enfrentamos em termos de desenvolvimento sustentável.

24. Defendemos uma estrutura política global que incite todas as grandes empresas privadas a considerar questões de sustentabilidade e a integrar informações de sustentabilidade em seus relatórios periódicos.

III. Economia Verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza

Enquadrando o contexto de economia verde, desafios e oportunidades

25. Estamos convictos de que uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza deve contribuir para o cumprimento de objetivos-chave – principalmente as prioridades de erradicação da pobreza, segurança alimentar, gestão racional da água, acesso universal a serviços modernos de energia, cidades sustentáveis, gestão de oceanos e melhoria da resiliência e resposta contra desastres, bem como de saúde pública, desenvolvimento de recursos humanos e crescimento sustentado, inclusivo, equitativo e gerador de empregos, inclusive para os jovens. Ela deve ser baseada nos princípios do Rio, especialmente no princípio de responsabilidades comuns porém diferenciadas, concentrando-se nos indivíduos, de forma inclusiva e oferecendo oportunidades e benefícios para todos os cidadãos de todos os países.

26. Consideramos a economia verde como um meio para alcançar o desenvolvimento sustentável, que deve permanecer como o nosso objetivo principal. Reconhecemos que uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza deve proteger e reforçar a base de recursos naturais, aumentar a eficiência dos recursos, promover padrões de consumo e produção sustentáveis, e guiar o mundo na direção de um desenvolvimento de baixo carbono.

27. Salientamos que a economia verde não pretende ser um conjunto rígido de regras, e sim uma estrutura decisória que promova a consideração integrada dos três pilares do desenvolvimento sustentável, em todos os domínios relevantes dos processos decisórios público e privado.

28. Reconhecemos que cada país, respeitando realidades específicas de desenvolvimento econômico,

29. Estamos convictos de que políticas e medidas de economia verde podem oferecer oportunidades vantajosas para todos para aperfeiçoar a integração do desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental para todos os países, independente da estrutura de sua economia e do nível de seu desenvolvimento.

30. Reconhecemos, entretanto, que os países em desenvolvimento enfrentam grandes desafios para erradicar a pobreza e sustentar o crescimento, e que uma transição para economia verde exigirá ajustes estruturais que podem implicar em custos adicionais às suas economias. Nesse sentido, é necessário o apoio da comunidade internacional.

31. Observamos que a transição para a economia verde não deve ser uma ameaça para nenhum país, e sim uma oportunidade para todos eles. Assim, decidimos que os esforços internacionais para ajudar os países a desenvolver uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza não deve:

- a) criar novas barreiras comerciais;
- b) impor novas condicionalidades de ajuda e financiamento;
- c) aumentar as lacunas tecnológicas ou exacerbar a dependência tecnológica dos países em desenvolvimento em países desenvolvidos;
- d) restringir o espaço político para que os países busquem seus próprios caminhos na direção do desenvolvimento sustentável.

B. Intercâmbio de instrumentos e experiências

32. Reconhecemos que os países ainda estão no início da construção de economias verdes e podem aprender uns com os outros. Constatamos experiências positivas no desenvolvimento da economia verde em alguns países, inclusive países em desenvolvimento. Reconhecemos que será necessária uma combinação de políticas e medidas individualizadas para as necessidades e preferências de cada país. As opções políticas incluem, entre outras, instrumentos regulatórios, econômicos e fiscais, investimentos em infraestrutura verde, incentivos financeiros, reforma de subsídios, compras públicas sustentáveis, transparência das informações, e parcerias voluntárias.

33. Apoiamos a criação de uma plataforma internacional de compartilhamento de conhecimento para facilitar a elaboração e implementação de políticas de economia verde para os países, incluindo:

- a) uma lista de opções de políticas;
- b) um conjunto de boas práticas na aplicação de políticas para economia verde nas esferas regional, nacional e local;
- c) um conjunto de indicadores de medição de progresso;
- d) um diretório de serviços técnicos, tecnológicos e financeiros que possam auxiliar os países em desenvolvimento.

34. Solicitamos ao Secretário-Geral das Nações Unidas, em consulta com organizações internacionais, entidades relevantes do sistema ONU e outros, o estabelecimento dessa plataforma.

35. Instamos os Estados Membros a realizar apresentações nacionais sobre suas experiências na

estrutura institucional adequada, conforme descrição na Seção IV abaixo.

36. Também instamos todos os grandes grupos sociais, principalmente empresas e indústria, a compartilhar suas experiências nesse sentido.

C. Quadro para Ação

37. Reconhecemos o valor de se possuir um conjunto de estratégias diferenciadas, personalizadas de acordo com as necessidades de diferentes países e diferentes setores.

38. Incentivamos todos os Estados a desenvolverem suas próprias estratégias de economia verde, mediante um processo transparente de consultas participativas.

39. Incentivamos as Nações Unidas, em cooperação com outras organizações internacionais relevantes, a apoiar países em desenvolvimento, a pedido, a desenvolverem suas estratégias de economia verde.

40. Incentivamos enfaticamente que empresas e e indústria – organizados por setores industriais, cooperando entre os países e em consulta com os governos, trabalhadores, sindicatos e outras partes interessadas – desenvolvam guias de economia verde para seus respectivos setores, com objetivos e referenciais concretos de progresso, incluindo a geração líquida de empregos.

41. Reconhecemos e incentivamos compromissos e ações nacionais voluntárias por parte de atores estatais, bem como das demais partes interessadas, para alcançar uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, inclusive por meio da formação de parcerias inovadoras.

42. Constatamos que para alcançar progressos significativos na construção de economias verdes serão necessários novos investimentos, formação de novas competências, desenvolvimento, transferência e acesso a tecnologia, e capacitação em todos os países. Reconhecemos a necessidade particular de apoiar os países em desenvolvimento nesse sentido e concordamos em:

- a) oferecer novas fontes adicionais e escalonadas de financiamento aos países em desenvolvimento;
- b) lançar um processo internacional para promover o papel de instrumentos inovadores de financiamento para o desenvolvimento de economias verdes;
- c) eliminar gradualmente os subsídios que impactem negativamente sobre o meio ambiente e sejam incompatíveis com o desenvolvimento sustentável, complementados por medidas para proteger os grupos mais pobres e vulneráveis;
- d) facilitar a pesquisa internacional colaborativa sobre tecnologias verdes que envolvam os países em desenvolvimento, garantindo que as tecnologias desenvolvidas permaneçam sob domínio público e sejam de fácil acesso aos países em desenvolvimento a preços acessíveis;
- e) incentivar a criação de Centros de Excelência como pontos de ligação para P&D em tecnologias verdes;
- f) apoiar cientistas e engenheiros, bem como instituições científicas e de engenharia de países em desenvolvimento a promover seus esforços para o desenvolvimento de tecnologias verdes locais e uso de conhecimentos tradicionais;
- g) estabelecer um esquema de desenvolvimento de competências para oferecer aconselhamento específico para cada país e, quando couber, aconselhamento específico de cada região ou setor para todos os países interessados e para auxiliá-los a acessar fundos disponíveis.

43. Reconhecemos a importância da medição do progresso global. Nesse sentido, seguiremos um plano com as metas e cronograma indicados abaixo:

- a) 2012~2015: estabelecimento de indicadores e métricas para avaliar a implementação; estabelecimento de mecanismos para transferência de tecnologia, compartilhamento de *know-how*, e melhoria das competências;
- b) 2015~2030: implementação e avaliação periódica dos avanços;
- c) 2030: avaliação abrangente dos avanços.

Solicitamos ao Secretário-Geral, em estreita cooperação com o sistema ONU, que forneça um relatório para a Assembleia Geral em sua 67ª Sessão, detalhando outros passos nesse sentido.

IV. Quadro Institucional para o Desenvolvimento Sustentável

A. Fortalecendo/reformando/integrando os três pilares

44. Reconhecemos que uma governança forte nas esferas local, nacional, regional e global é imprescindível para o progresso do desenvolvimento sustentável. O fortalecimento e a reforma do quadro institucional devem, entre outros:

- a) integrar os três pilares do desenvolvimento sustentável e promover a implementação da Agenda 21 e resultados relacionados, de acordo com os princípios de universalidade, democracia, transparência, relação custo-benefício e prestação de contas, levando em consideração os Princípios do Rio, principalmente as responsabilidades comuns, porém diferenciadas.
- b) oferecer orientação política coesa sobre desenvolvimento sustentável direcionada a governos e identificar ações específicas a fim de cumprir sua agenda mediante a promoção de um processo decisório integrado em todos os níveis.
- c) monitorar o avanço na implementação da Agenda 21 e resultados e acordos relevantes nas esferas local, nacional, regional e global.
- d) Reforçar a coerência entre as agências, fundos e programas do sistema das Nações Unidas, inclusive as Instituições Financeiras e de Comércio Internacionais.

B. Propostas sobre a AG, ECOSOC, CDS e CDS

[Assembleia Geral]

45. Reafirmamos o papel central da Assembleia Geral como o mais alto órgão decisório, e a convocamos a considerar o desenvolvimento sustentável como elemento-chave do quadro global das atividades das Nações Unidas.

[Conselho Econômico e Social]

46. Reafirmamos que o Conselho Econômico e Social é um mecanismo central para a coordenação do sistema das Nações Unidas e suas agências especializadas, e para a supervisão de seus órgãos subsidiários, especialmente suas comissões funcionais.

47. Também reafirmamos que o ECOSOC é um fórum central para deliberações intergovernamentais sobre questões econômicas e sociais, e oferece orientação e coordenação às atividades operacionais do sistema ONU para o desenvolvimento na área.

48. Concordamos em promover o papel do ECOSOC na integração dos três pilares do desenvolvimento sustentável, inclusive por meio de melhor uso do segmento de coordenação do ECOSOC para monitorar a implementação de acordos de desenvolvimento sustentável e, de forma análoga, fazendo uso das atividades operacionais e segmento humanitário do ECOSOC a fim de promover a integração do

desenvolvimento sustentável em programas de agências e programas da ONU.

[Comissão de Desenvolvimento Sustentável]

49. Reafirmamos o papel da Comissão de Desenvolvimento Sustentável como a mais alta comissão sobre desenvolvimento sustentável no sistema das Nações Unidas. Concordamos em considerar opções para a melhoria dos métodos de trabalho, da agenda e programa de trabalho da Comissão a fim de facilitar, promover e coordenar a implementação do desenvolvimento sustentável, incluindo medidas para garantir um comprometimento mais focado, equilibrado e responsivo, com um conjunto de questões mais limitado, e melhor implementação de suas decisões. Também concordamos em considerar meios para aprimorar a função de revisão da Comissão, inclusive mediante um processo voluntário de revisão.

OU

[Conselho de Desenvolvimento Sustentável]

49 alt. Decidimos transformar a CDS em um Conselho de Desenvolvimento Sustentável, que funcionará como o órgão de alto nível competente para considerar questões relativas à integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável.

49 alt. bis O trabalho do Conselho será baseado em documentos fundamentais sobre desenvolvimento sustentável, como a Agenda 21, os Princípios do Rio e resultados relacionados. O Conselho deverá, entre outros, exercer plenamente as funções e mandatos da Comissão de Desenvolvimento Sustentável. Seria guiado pela necessidade de promover a integração dos três pilares do desenvolvimento sustentável, promover a implementação efetiva em todas as esferas e promover a coerência institucional efetiva. Deverá auxiliar na intensificação do envolvimento de todas as partes interessadas, especialmente os grupos principais, no acompanhamento da Rio+20.

49 alt ter. Solicitamos ao Presidente da Assembleia Geral que conduza negociações abertas, transparentes e inclusivas, com o objetivo de estabelecer o mandato, modalidades, funções, porte, composição, adesão, métodos de trabalho e procedimentos do Conselho, e que relate o resultado antes de 67a Sessão da Assembleia Geral.

C. PNUMA, proposta de agência especializada em meio ambiente, Instituições Financeiras Internacionais, atividades operacionais das Nações Unidas em nível nacional

50. Reafirmamos a necessidade de fortalecer a governança ambiental dentro do contexto do quadro institucional para o desenvolvimento sustentável, a fim de promover a integração equilibrada dos pilares econômico, social e ambiental do desenvolvimento sustentável, e para isso:

51. Concordamos em fortalecer a capacidade do PNUMA para cumprir seu mandato estabelecendo membresia universal para seu Conselho Diretor e conclamamos um aumento significativo de sua base financeira para aprofundar a coordenação de políticas e aperfeiçoar os meios de implementação.

OU

51 alt. Decidimos estabelecer uma agência especializada da ONU para o meio ambiente, com membresia universal para seu Conselho Diretor, baseada no PNUMA, com mandato revisado e fortalecido, mantida por contribuições financeiras estáveis, adequadas e previsíveis, e operando em pé de igualdade com outras agências especializadas da ONU. Essa agência, sediada em Nairóbi, cooperaria estreitamente com outras agências especializadas.

52. Enfatizamos a necessidade de uma revisão regular do estado do planeta e da capacidade de **sustentação** da Terra, e solicitamos ao Secretário-Geral que coordene a preparação dessa revisão em consulta com organizações internacionais relevantes e com o sistema ONU.

53. Conclamamos que seja fortalecido o processo decisório embasado cientificamente, no âmbito do sistema ONU, e que se aperfeiçoe a interface entre ciência e formulação de políticas.

54. Reconhecemos que o desenvolvimento sustentável deve receber a consideração devida de Instituições Financeiras Internacionais, especialmente do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, bancos regionais de desenvolvimento, UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) e Organização Mundial do Comércio na regulamentação do comércio global. Nesse sentido, solicitamos às instituições financeiras internacionais que revejam suas estratégias programáticas para garantir a prestação de melhor apoio aos países em desenvolvimento para a implementação do desenvolvimento sustentável.

55. Reconhecemos a necessidade de coordenação e cooperação entre Acordos Multilaterais Ambientais para, entre outros, abordar a fragmentação política e evitar sobreposição e duplicação. Saudamos o trabalho feito até então para aprimorar as sinergias entre as três convenções de químicos e resíduos. Conclamamos novas medidas para aumentar a coordenação e a cooperação entre os Acordos Multilaterais Ambientais em outros grupos.

56. Enfatizamos a necessidade de fortalecer as atividades operacionais para o desenvolvimento sustentável, especialmente a capacidade de resposta da ONU nessa área.

57. Concordamos em considerar o estabelecimento de um Ombudsperson, ou Alto Comissariado para Futuras Gerações, para promover o desenvolvimento sustentável.

58. Concordamos em tomar medidas para ampliar o efeito do Princípio 10 do Rio nas esferas global, regional e nacional, como apropriado.

D. Regional, nacional, local

59. Reafirmamos que estratégias gerais de desenvolvimento sustentável, se incorporadas em planos nacionais de desenvolvimento, são ferramentas-chave para a implementação dos compromissos de desenvolvimento sustentável nas esferas regional, nacional e sub-nacional.

60. Conclamamos o fortalecimento de mecanismos regionais e sub-regionais existentes, inclusive as comissões regionais, na promoção do desenvolvimento sustentável por meio de capacitação, intercâmbio de informações, experiências, e expertise.

61. Ressaltamos a necessidade de planejamentos e processos decisórios mais coerentes e integrados em nível nacional. Logo, conclamamos os países a estabelecer e fortalecer, quando couber, conselhos nacionais de desenvolvimento sustentável, para permitir que coordenem, consolidem e garantam a integração de questões transversais nos órgãos decisórios mais altos, com a integração e total participação de todas as partes interessadas.

62. Reconhecemos a necessidade de integrar políticas de desenvolvimento sustentável urbano como componente-chave de uma política nacional de desenvolvimento sustentável e, nesse sentido, dar autonomia a autoridades locais para trabalhar mais próximas aos governos nacionais. Reconhecemos que parcerias entre as cidades surgiram como uma força vetora para ação na área de desenvolvimento sustentável. Comprometemo-nos a apoiar a cooperação internacional entre autoridades locais, inclusive mediante assistência de organizações internacionais.

V. Quadro para Ação e Acompanhamento

A. Questões e Áreas prioritárias/chave/temáticas/intersectoriais

63. Reconhecemos que progressos na implementação requerem atenção para uma série de áreas prioritárias setoriais e intersectoriais, bem como para a relação entre diferentes setores. Também reconhecemos que a avaliação dos avanços nessas áreas pode se beneficiar da definição de aspirações, metas e indicadores, conforme o caso. Logo, comprometemo-nos com as seguintes ações:

[Segurança Alimentar]

64. Reafirmamos o direito à alimentação e conclamamos todos os Estados a priorizar a intensificação sustentável da produção de alimentos mediante mais investimentos em produção local, melhoria do acesso a mercados agrícolas e alimentícios locais e globais, e redução de resíduos pela cadeia de abastecimento, com atenção especial às mulheres, pequenos agricultores, jovens, e agricultores indígenas. Comprometemo-nos a garantir a nutrição apropriada para nossos povos.

65. Conclamamos por sistemas de comércio mais transparentes e abertos e, quando couber, por práticas que: contribuam para a estabilidade dos preços de alimentos e dos mercados domésticos; garantam acesso à terra, água e outros recursos; e apoiem programas sociais de proteção.

66. Apoiamos iniciativas em todas as esferas que aperfeiçoem o acesso à informação, aumentem as interações entre agricultores e especialistas, por meio de serviços de educação e extensão, e aumentem o uso de tecnologia apropriada para a agricultura sustentável.

[Água]

67. Ressaltamos a importância do direito à água potável limpa e segura e ao saneamento como direito humano essencial para a plena apreciação da vida e de todos os demais direitos humanos. Ademais, salientamos a importância crítica dos recursos hídricos para o desenvolvimento sustentável, incluindo da erradicação da pobreza e da fome, saúde pública, segurança alimentar, hidroenergia, desenvolvimento agrário e rural.

68. Reconhecemos a necessidade de se estabelecer metas para a gestão de águas residuais, incluindo a redução de poluição da água de fontes domiciliares, industriais e agrícolas, e de promover a eficiência hídrica, tratamento de águas residuais e uso dessa água como recurso, principalmente em áreas urbanas.

69. Renovamos o compromisso assumido com o Plano de Implementação de Joanesburgo no que diz respeito ao desenvolvimento e implementação de planos de gestão integrada de recursos hídricos e de eficiência da água. Reafirmamos nosso compromisso com a Década Internacional para Ação “Água para Vida”, de 2005-2015. Incentivamos iniciativas de cooperação para a gestão de recursos hídricos, especialmente pelo desenvolvimento de competências, troca de experiências, melhores práticas e lições aprendidas, bem como intercâmbio de tecnologias e *know-how* ambientalmente sólidos e apropriados.

[Energia]

70. Propomos a continuidade e o aprimoramento da iniciativa Energia Sustentável para Todos, lançada pelo Secretário-Geral, com o objetivo de oferecer acesso universal de um nível básico mínimo de serviços modernos de energia, tanto para consumo quanto para produção até 2030; melhorar a eficiência energética em todos os níveis objetivando dobrar a taxa de melhorias até 2030; e dobrar a parcela de energia renovável na matriz energética até 2030 por meio da promoção do desenvolvimento e uso de fontes de energia renovável e tecnologia em todos os países. Conclamamos a oferta adequada de recursos financeiros, com qualidade suficiente e disponibilização oportuna, para países em desenvolvimento avançarem na eficiência e variedade de fontes de energia.

71. Concordamos que cada país deve trabalhar em prol do desenvolvimento de baixo carbono. Incentivamos o uso mais amplo de ferramentas de planejamento de energia para oferecer um quadro robusto de doadores e parceiros para coordenar seus esforços de desenvolvimento de cooperação.

[Cidades]

72. Comprometemo-nos a promover uma abordagem integrada e holística para o planejamento e construção de cidades sustentáveis mediante apoio a autoridades locais, redes eficientes de transporte e comunicação, prédios mais verdes e assentamentos humanos e sistemas de serviços urbanos eficientes, melhor qualidade do ar e da água, redução dos resíduos, e melhor resposta e preparo a desastres e maior resiliência climática.

[Empregos verdes, inclusão social]

73. Reconhecemos que o desenvolvimento de competências humanas é essencial para atingir um crescimento econômico amplo, construir comunidades fortes e sustentáveis, promover bem-estar social, e melhorar o meio ambiente. Os trabalhadores devem possuir as competências e proteções necessárias para participar e se beneficiar da transição para uma economia verde, que tem grande potencial para gerar empregos decentes, especialmente para os jovens, e erradicar a pobreza.

74. Também reconhecemos que oportunidades significativas de geração de emprego podem ser alcançadas por meio de investimentos em trabalhos públicos de restabelecimento e aumento de capital natural, solos sustentáveis e práticas de gestão hídrica, agricultura familiar, agricultura ecológica, sistemas de produção orgânica, gestão sustentável de florestas, uso racional da biodiversidade para fins econômicos, e novos mercados ligados a fontes de energia renováveis e não convencionais. Incentivamos empresas e a indústria a contribuírem com a geração de empregos verdes por meio de suas cadeias globais de abastecimento, inclusive por meio do apoio a pequenas e médias empresas.

75. Reconhecemos e confirmamos que o bem-estar social e o crescimento também são construídos sobre uma infraestrutura robusta e de alta qualidade, que gere empregos e riqueza, agregue valor a longo prazo e permita maior inclusão. Nesse sentido, comprometemo-nos a aumentar os investimentos em infraestrutura que promova o desenvolvimento sustentável.

76. Compreendendo que a construção de economias verdes dependerá essencialmente da geração de empregos verdes, concordamos em adotar as seguintes medidas:

- a) melhorar o conhecimento sobre as tendências e desdobramentos dos empregos verdes, e integrar dados relevantes em estatísticas econômicas nacionais;
- b) abordar potenciais déficits de competência por meio de mapeamento e promoção de programas de treinamento em empregos verdes;
- c) colocar em prática um ambiente favorável para a criação robusta de empregos decentes por empresas privadas que investem em economia verde, incluindo pequenas e médias empresas.

77. Enfatizamos a necessidade de oferecer proteção social a todos os membros da sociedade, inclusive aqueles que não estão empregados pela economia formal. Nesse sentido, incentivamos enfaticamente iniciativas nacionais e locais que visem oferecer proteção social a todos os cidadãos.

[Oceanos e Mares, Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento]

78. Reconhecemos que os oceanos são críticos para o sustento dos sistemas vitais da Terra. A exploração negligente dos oceanos e seus recursos coloca em risco a habilidade de continuar a oferecer alimentos, bem como outros benefícios econômicos e serviços ambientais para a humanidade. Enfatizamos a importância da conservação, gestão sustentável e repartição igualitária de recursos marinhos e oceânicos. Reconhecemos também a contribuição econômica, social e ambiental significativa de barreiras de coral para os Estados insulares e costeiros, e apoiamos a cooperação baseada na Iniciativa do Triângulo de Corais (*Coral Triangle Initiative-CTI*) e na Iniciativa Internacional para os Recifes de Corais (*International Coral Reef Initiative -ICRI*).

79. Endossamos o Processo Regular para a Avaliação Marinha Global como um processo de credibilidade e robustez, e apoiamos a conclusão de sua primeira avaliação global integrada sobre o estado do meio ambiente marinho até 2014. Conclamamos que sejam consideradas as constatações da

avaliação na elaboração de políticas nacionais, regionais e global sobre oceanos.

80. Mencionamos o estabelecimento, pela Assembleia Geral, de um Grupo de Trabalho Ad-Hoc Informal em Aberto para estudar questões relacionadas à conservação e uso sustentável da diversidade biológica marinha além das áreas com jurisdição nacional, e concordamos em iniciar, o mais rápido possível, as negociações de um acordo implementador da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), que aborde a conservação e o uso sustentável da biodiversidade marinha em áreas além da jurisdição nacional.

81. Conclamamos os países a avançar na implementação do Programa Global de Ações para a Proteção do Ambiente Marinho das Atividades Terrestres, incluindo capacitação e mobilização de recursos para investimento no tratamento de detritos humanos e águas residuais, e a desenvolver um plano de ação global para combater a poluição marinha.

82. Também propomos a implementação de uma rede de observação internacional sobre a acidificação dos oceanos e para trabalhar coletivamente para evitá-la.

83. Mencionamos que apesar do acordo para recuperar as populações de peixes a níveis sustentáveis até 2015, muitas populações continuam a ser depauperadas de forma não sustentável. Conclamamos os Estados a reassumirem o compromisso de manter ou restaurar as populações de peixes a níveis sustentáveis e também comprometerem-se a implementar planos de gestão científica para restabelecer as populações até 2015.

84. Instamos os países a combater a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, por meio da adoção e implementação de ferramentas efetivas em concordância com a legislação internacional. Mencionamos o acordo sobre medidas portuárias a fim de evitar, deter e eliminar a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada aprovado pela FAO, em 2009, e instamos os Estados que ainda não aderiram para que o façam.

85. Reafirmamos que os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento permanecem como um caso especial para o desenvolvimento sustentável em vista de suas vulnerabilidades singulares e específicas. A vulnerabilidade desses países se agravaram nas duas últimas décadas, principalmente devido à maior exposição a choques externos, inclusive os impactos negativos das mudanças climáticas e a ocorrência mais frequente e intensa de desastres naturais, bem como as crises financeira, de combustível, alimentos, , combinadas com a falta de apoio internacional adequado.

86. Conclamamos maiores esforços para auxiliar os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento a implementar o Programa de Ação de Barbados (BPOA) e a Estratégia de Implementação de Maurício (MSI) para atingir o desenvolvimento sustentável, incluindo o aperfeiçoamento e o fortalecimento de entidades relevantes dentro do sistema das Nações Unidas que os apoiem. Também conclamamos a participação na conferência internacional sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, a realizar-se em 2014.

[Desastres naturais]

87. Reiteramos o apelo para que a redução de riscos de desastres continue a ser tratada no contexto do desenvolvimento sustentável e seja incluída na agenda de desenvolvimento pós-2015. Conclamamos uma maior coordenação entre as esferas nacional, regional e internacional para uma reação vigorosa às emergências ambientais e melhores sistemas de previsão do tempo e sistemas de alertas antecipados, bem como maior coordenação entre as respostas de emergência e os esforços de recuperação rápida e desenvolvimento, inclusive a adoção de um pós “Quadro de Ação de Hyogo” e sua integração às políticas de desenvolvimento.

[Mudanças Climáticas]

88. Reafirmamos que as mudanças climáticas são um dos grandes desafios do nosso tempo, e

expressamos nossa profunda preocupação com o fato de os países em desenvolvimento estarem particularmente vulneráveis e vivenciando os impactos cada vez mais negativos das mudanças climáticas, que estão enfraquecendo seriamente a segurança alimentar e os esforços de erradicação da pobreza, além de também ameaçarem integridades territoriais, a viabilidade e, até mesmo, a existência dos Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento. Saudamos os resultados da COP17 em Durban e esperamos pela urgente implementação de todos os acordos firmados.

89. Incentivamos as iniciativas e parcerias internacionais que tratem da conexão entre água, energia, alimentos e mudanças climáticas a fim de alcançar sinergias bem como minimizar os conflitos entre objetivos políticos, sendo especialmente sensível aos impactos sobre as populações mais vulneráveis.

[Florestas e biodiversidade]

90. Apoiamos os políticas e instrumentos de mercado que efetivamente reduzam, estanquem e revertam os processos de desmatamento e degradação, e promovam o uso e a gestão sustentável das florestas, assim como sua conservação e restauração. Conclamamos a implementação urgente dos Instrumentos Juridicamente Não Vinculantes sobre todos os Tipos de Florestas - NLBI”.

91. Saudamos o Protocolo de Nagoia adotado durante a décima reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Biodiversidade. Apoiamos a integração da biodiversidade e serviços ecossistêmicos em políticas e processos decisórios nas esferas internacional, regional e nacional, e incentivamos os investimentos em capital natural por meio de incentivos e políticas apropriadas, que apoiem o uso sustentável e equitativo da diversidade biológica e ecossistemas.

[Degradação e desertificação do solo]

92. Reconhecemos o peso econômico e social dos solos, especialmente sua contribuição ao crescimento, segurança alimentar e erradicação da pobreza, e observamos que a intensidade da desertificação na maior parte dos solos aráveis da África é um grave desafio para o desenvolvimento sustentável da região. Conclamamos maior apoio da comunidade internacional para a implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD).

93. Concordamos em apoiar as parcerias e iniciativas para a proteção de recursos do solo como a Parceria Global para o Solo (Global Soil Partnership - GSP). Também incentivamos estudos científicos e iniciativas que visem a conscientizar sobre os benefícios econômicos das políticas de gestão sustentável do solo que levem a solos saudáveis e produtivos.

[Montanhas]

94. Reconhecemos que as montanhas são altamente vulneráveis às mudanças globais como mudanças climáticas, e com frequência abrigam comunidades, inclusive os povos indígenas, que desenvolveram usos sustentáveis de seus recursos, mas que ainda são marginalizadas, por vezes com altos índices de pobreza, exposição a riscos naturais, e insegurança alimentar. Reconhecemos os benefícios derivados das montanhas e ecossistemas associados. Também reconhecemos a necessidade de explorar mecanismos globais, regionais, nacionais e locais para compensar e premiar comunidades de montanhas pelos serviços prestados para a proteção do ecossistema.

[Químicos e Resíduos]

95. Conclamamos o fortalecimento do Sistema Estratégico para o Gerenciamento Internacional de Substâncias Químicas (*Strategic Approach to International Chemicals Management - SAICM*), para fortalecer os esforços para um regime internacional mais robusto, coerente, efetivo e eficiente para químicos durante todo seu ciclo de vida útil. Financiamentos adequados e sustentáveis a longo prazo serão importantes para auxiliar países em desenvolvimento com forte gestão de químicos e resíduos por meio de uma abordagem integrada.

96. Recomendamos maior coordenação e cooperação entre as Convenções da Basileia, Roterdã, e Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, e conclamamos parcerias público-privadas que visem aumentar as competências e tecnologias para uma gestão correta de resíduos. Também notamos com preocupação os desafios emergentes de lixo eletrônico e plásticos no ambiente marinho, que devem ser tratados, entre outros, por meio de programas apropriados e tecnologias ambientalmente seguras para a recuperação material e energética. .

[Consumo e Produção Sustentáveis]

97. Concordamos em estabelecer um Quadro de Ação de 10 anos sobre Consumo e Produção Sustentáveis como parte de um pacto global sobre o tema, baseado no texto elaborado nas negociações da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas em sua décima-nona sessão.

[Educação]

98. Reconhecemos que o acesso a educação de qualidade é condição essencial para o desenvolvimento sustentável e inclusão social. Comprometemo-nos a fortalecer a contribuição de nossos sistemas educacionais na busca do desenvolvimento sustentável, inclusive por meio de reforço aos treinamentos de professores e desenvolvimento de currículos.

99. Conclamamos as universidades a se tornarem modelos de melhores práticas e transformação ao estabelecerem exemplos de sustentabilidade em suas instalações e campi, e ao adicionar desenvolvimento sustentável como módulo em todas as disciplinas. Dessa forma, práticas sustentáveis estarão enraizadas na teoria e na prática.

100. Incentivamos o intercâmbio de atividades educacionais internacionais no processo de educação para o desenvolvimento sustentável, incluindo a criação de bolsas de estudo e pesquisas para estudos internacionais e disciplinas e campos interdisciplinares pertinentes à promoção do desenvolvimento sustentável.

101. Concordamos em promover a educação para o desenvolvimento sustentável para além do término da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas em 2014, para educar as novas gerações de alunos sobre os valores, disciplinas essenciais e holísticas e abordagens interdisciplinares cruciais para a promoção do desenvolvimento sustentável.

[Igualdade de Gêneros]

102. Reconhecemos que o desenvolvimento sustentável está relacionado e depende da contribuição econômica das mulheres, tanto formal quanto informalmente. Observamos com preocupação que desigualdades persistentes nos campos social e econômico continuam a afetar mulheres e crianças, que compõem a maioria da população que vive na pobreza.

103. Conclamamos a remoção de barreiras que impedem as mulheres de serem participantes plenas na economia e a abertura de seu potencial como vetores do desenvolvimento sustentável, e concordamos em priorizar medidas para promover a igualdade de gêneros em todas as esferas de nossas sociedades, incluindo educação, emprego, posse de recursos, acesso à justiça, representação política, processo decisório institucional, prestação de cuidados, e gestão domiciliar e comunitária.

104. Apoiamos o trabalho da ONU Mulheres na consecução da igualdade de gêneros e autonomia das mulheres em todos os aspectos da vida e chamamos a atenção para os vínculos entre igualdade de gêneros e promoção do desenvolvimento sustentável.

Acelerando e medindo o progresso

105. Reconhecemos que os objetivos, metas e marcos são essenciais para medir e acelerar o progresso

para o desenvolvimento sustentável e concordamos em lançar um processo inclusivo para conceber até 2015:

- a) um conjunto de Objetivos Globais de Desenvolvimento Sustentável que reflita um tratamento integrado e equilibrado das três dimensões do desenvolvimento sustentável, seja consistente com os princípios da Agenda 21, e sejam de aplicação universal para todos os países, ainda permitindo abordagens diferenciadas entre os países;
- b) um mecanismo para acompanhamento periódico e relatórios sobre os avanços atingidos para sua consecução.

106. Convidamos todas as partes interessadas a participarem e solicitamos ao Secretário-Geral que coordene esse processo.

107. Propomos que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável possam incluir padrões de consumo e produção sustentáveis, bem como áreas prioritárias como oceanos; segurança alimentar e agricultura sustentável; energia sustentável para todos; acesso e eficiência hídrica; cidades sustentáveis; empregos verdes, trabalho decente e inclusão social; e redução dos riscos de desastres e resiliência.

108. Consideramos que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável devem complementar e fortalecer os ODMs na agenda de desenvolvimento para o período pós-2015, com vistas a estabelecer uma série de objetivos em 2015 que façam parte da Agenda de Desenvolvimento pós-2015.

109. Também propomos que os avanços em relação a esses objetivos devem ser medidos por indicadores apropriados e avaliados por metas específicas a serem atingidas possivelmente até 2030, e solicitamos ao Secretário-Geral que apresente propostas nesse sentido.

110. Decidimos fortalecer a capacidade de todos os países em colher e analisar informações e dados necessários para embasar o monitoramento dos avanços dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Solicitamos ao Secretário-Geral, com o apoio de doadores interessados, sistema ONU, organizações internacionais e outras entidades, que promova uma parceria global nesse sentido.

111. Também reconhecemos as limitações do PIB como métrica de bem-estar. Concordamos em desenvolver e fortalecer indicadores que complementem o PIB, integrando dimensões econômicas, sociais e ambientais de forma equilibrada. Solicitamos que o Secretário-Geral estabeleça um processo em consulta com o sistema ONU e outras organizações relevantes.

C. Meios de Implementação

[Financiamento]

112. Conclamamos o cumprimento de todos os compromissos oficiais de assistência ao desenvolvimento, incluindo os compromissos de muitos países desenvolvidos de destinar a meta de 0,7 por cento do produto nacional bruto para assistência ao desenvolvimento de países em desenvolvimento até 2015, bem como a meta de 0,15 a 0,20 por cento do produto nacional bruto para assistência oficial ao desenvolvimento de países menos desenvolvidos. Para cumprir os cronogramas acordados, os países doadores deverão tomar todas as medidas necessárias e apropriadas para aumentar a taxa de desembolsos de assistência a fim de cumprir os compromissos existentes. Instamos os países desenvolvidos que ainda não o fizeram que envidem esforços concretos para atingir a meta de 0,7 por cento do produto nacional bruto para assistência oficial ao desenvolvimento para países em desenvolvimento, incluindo a meta específica de 0,15 a 0,20 por cento do produto nacional bruto para assistência oficial ao desenvolvimento de países menos desenvolvidos, de acordo com o Programa de Ação de Istambul para os Países Menos Desenvolvidos para a década de 2011-2020, de acordo com seus compromissos.

113. Conclamamos a priorização do desenvolvimento sustentável na alocação de recursos de acordo com as prioridades e necessidades dos países em desenvolvimento, e para aumentos substanciais na oferta de financiamento para o desenvolvimento sustentável de países em desenvolvimento.

114. Conclamamos maior eficiência da ajuda, levando em conta a Declaração de Paris, a Agenda de Ação de Accra e a Parceria de Busan para o Desenvolvimento Efetivo da Cooperação em garantir que a ajuda seja eficiente, responsável e responsiva em relação às necessidades e prioridades dos países em desenvolvimento. Há a necessidade de maior coerência tanto nas esferas nacional e internacional, incluindo a supervisão efetiva de recursos para garantir que os países em desenvolvimento possuem acesso permanente e previsível a financiamento adequado, inclusive pelo setor privado, para a promoção do desenvolvimento sustentável.

115. Saudamos os esforços contínuos para fortalecer e apoiar a cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular. Enfatizamos que a cooperação Sul-Sul não substitui, e sim complementa, a cooperação Norte-Sul. Enfatizamos também que a cooperação triangular deve ser utilizada como modalidade efetiva para a cooperação para o desenvolvimento.

116. 116. Reafirmamos o papel-chave do setor privado em promover o desenvolvimento sustentável, inclusive por meio de parcerias com múltiplos atores. As políticas públicas devem criar um ambiente estável para o investimento e um quadro regulatório favorável aos investimentos de longo prazo e às práticas empresariais e industriais socioambientalmente responsáveis.

117. Conclamamos que o Fundo para o Meio Ambiente Mundial (*Global Environment Facility – GEF*) seja fortalecido, com regularidade nos fluxos de financiamento e reforma dos processos de governança direcionados a sistemas mais transparentes e democráticos. Conclamamos a simplificação de procedimentos e assistência aos países menos desenvolvidos e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento em acessar os recursos do GEF.

[Ciência e Tecnologia]

118. Reafirmamos os compromissos relacionados a ciência e tecnologia contidos na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Agenda 21 e nos resultados de outras grandes Conferências e Cúpulas das Nações Unidas.

119. Reconhecemos a importância de fortalecer as competências científicas, tecnológicas e de inovação dos países a fim de promover o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, enfatizamos a necessidade de mecanismos efetivos, meios aprimorados, ambientes favoráveis, e da eliminação de obstáculos ao escalonamento do desenvolvimento e transferência de tecnologia a países em desenvolvimento.

120. Concordamos em fortalecer a cooperação internacional favorável à transferência de investimentos e tecnologia, desenvolvimento e difusão.

[Capacitação]

121. Reafirmamos a necessidade de oferecer apoio às estruturas regionais e sub-regionais existentes e mecanismos dos países em desenvolvimento, e incentivamos sua criação, quando couber, com o objetivo de facilitar a cooperação e o intercâmbio de informações, incluindo capacitação, intercâmbio de experiências e expertise para levar adiante a implementação de decisões nas esferas regional e sub-regional.

122. Conclamamos a implementação imediata do Plano Estratégico de Bali para Apoio Tecnológico e Capacitação.

123. Instamos a participação e representação de cientistas dos países em desenvolvimento em processos relacionados à avaliação ambiental global e de desenvolvimento sustentável a fim de fortalecer as competências científicas nesses países.

[Comércio]

124. Instamos os membros da OMC a redobrar os esforços para chegar a um sistema de comércio universal, multilateral, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo, bem como um resultado da Rodada Doha de negociações comerciais multilaterais que seja próximo, equilibrado, ambicioso e orientado ao desenvolvimento. Conclamamos a efetivação plena dos compromissos firmados em 2005 na Declaração Ministerial de Hong-Kong da OMC em prol dos países menos desenvolvidos.

125. Reafirmamos a necessidade premente do trabalho conjunto de instituições internacionais econômicas e financeiras para garantir que os países em desenvolvimento, especialmente os menos desenvolvidos, possam se beneficiar das vantagens do sistema de comércio multilateral e sua integração aos mercados globais.

126. Apoiamos a eventual eliminação progressiva de subsídios ambientalmente perniciosos e distorcivos que impedem a transição para o desenvolvimento sustentável, incluindo subsídios sobre combustíveis fósseis, agricultura e pesca, com salvaguardas para proteger grupos vulneráveis.

127. Apoiamos a capacitação em comércio e facilitação das atividades de organizações internacionais e regionais que possam auxiliar os países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos, na identificação e aproveitamento de novas oportunidades de exportação, inclusive as criadas pela transição para uma economia verde.

[Arquivo/compêndio de compromissos]

128. Saudamos os compromissos voluntários firmados na Rio+20 e convidamos o Secretário-Geral a compilá-los em um arquivo/compêndio que funcionará como prestação de contas.

Fonte: FAPESP. **O Futuro que Queremos.** Disponível em:
<<http://www.fapesp.br/rio20/media/Nacoes-Unidas-O-Futuro-que-queremos.pdf>>. Acesso em 22 de abril de 2015.